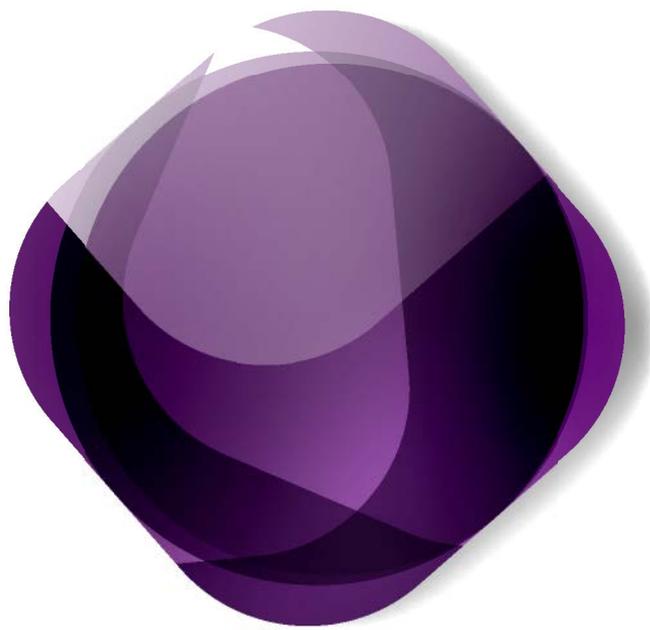


RELATÓRIO DE GESTÃO

2019-2020



FEVEREIRO 2021



RELATÓRIO DE GESTÃO

2019-2020

FEVEREIRO 2021

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
DE MINAS GERAIS**

CONSELHEIROS

Mauri Torres

Presidente

José Alves Viana

Vice-Presidente

Gilberto Diniz

Corregedor

Durval Ângelo

Ouvidor

Wanderley Geraldo de Ávila

Sebastião Helvecio Ramos de Castro

Cláudio Couto Terrão

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Licurgo Joseph Mourão de Oliveira

Hamilton Antônio Coelho

Adonias Fernandes Monteiro

Telmo de Moura Passareli

Victor de Oliveira Meyer Nascimento

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

PROCURADORES

Elke Andrade Soares de Moura

Procuradora-Geral

Cristina Andrade Melo

Subprocuradora-Geral

Maria Cecília Borges

Glaydson Santo Soprani Massaria

Sara Meinberg Schmith de Andrade Duarte

Marcílio Barenco Corrêa de Mello

Daniel de Carvalho Guimarães

COLEGIADOS

TRIBUNAL PLENO

Conselheiro Mauri Torres | Presidente

Conselheiro Wanderley Ávila

Conselheiro Sebastião Helvecio

Conselheiro Cláudio Terrão

Conselheiro José Alves Viana | Vice-Presidente

Conselheiro Gilberto Diniz | Corregedor

Conselheiro Durval Ângelo | Ouvidor

PRIMEIRA CÂMARA

Conselheiro José Alves Viana | Presidente

Conselheiro Sebastião Helvecio

Conselheiro Durval Ângelo

Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

Conselheiro Substituto Licurgo Mourão

SEGUNDA CÂMARA

Conselheiro Wanderley Ávila | Presidente

Conselheiro Cláudio Terrão

Conselheiro Gilberto Diniz

Conselheiro Substituto Adonias Monteiro

Conselheiro Substituto Telmo Passarelli



Mauri José
Torres Duarte
Conselheiro Presidente



José
Alves Viana
Conselheiro Vice-Presidente



Gilberto Pinto
Monteiro Diniz
Conselheiro Corregedor



Wanderley
Geraldo de Ávila
Conselheiro



Sebastião Helvecio
Ramos de Castro
Conselheiro



Cláudio
Couto Terrão
Conselheiro



Durval
Ângelo Andrade
Conselheiro Ouvidor



Licurgo Joseph
Mourão de Oliveira
Conselheiro Substituto



Hamilton
Antônio Coelho
Conselheiro Substituto



Adonias
Fernandes Monteiro
Conselheiro Substituto



Telmo de
Moura Passareli
Conselheiro Substituto



EXPEDIENTE

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Carlos Alberto Pavan Alvim

DIRETORIA-GERAL

Marconi Augusto Fernandes de Castro Braga | Diretor

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Luiz Cláudio Diniz Mendes | Diretor

DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E INOVAÇÃO

Flávia Avila Teixeira | Diretora

Joelma Conceição Zeferino de Oliveira | Assessora

ELABORAÇÃO

Escritório de Planejamento Estratégico

Sandra Rodrigues de Carvalho Vale | Coordenadora

Carolina Galvão de Paula

José Geraldo de Carvalho

Márcia Aparecida Cordeiro

Maria José Diniz Mourão

Tereza Cristina de Melo Correa

Vanessa Luciana Leão Ferraz Lima

REALIZAÇÃO

Coordenadoria de Publicidade e Marketing

André Zocrato | Coordenador

Bruna Pellegrino

Livia Maria Barbosa Salgado

Vivian de Paula

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

André Luiz de Oliveira Junior

FOTOS

Arquivo TCEMG / Ingimage

SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE | 10 |
ENTREVISTA | 14 |
ORGANOGRAMA | 18 |

CAPÍTULO I - PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E CONTROLE EXTERNO

GESTÃO PROCESSUAL | 22 |
PALAVRA DA SUPERINTENDENTE | PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO CONTROLE EXTERNO | 22 |
AÇÕES DE DESTAQUE | 23 |
LEVANTAMENTO SOBRE O FUNDEB | 25 |
A ATUAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19 | 31 |

CAPÍTULO II - INSTITUCIONAL

PALAVRA DO SUPERINTENDENTE | 40 |
AÇÕES EDUCACIONAIS JUNTO AOS JURISDICIONADOS E PÚBLICO INTERNO DO TCEMG | 42 |
PARCERIAS INSTITUCIONAIS | 47 |
PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS | 48 |
TERMOS E PARCERIAS ASSINADOS | 49 |
TCEMG - 85 ANOS | 50 |
PREMIAÇÃO CONIP 2020 | 50 |
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS | 50 |
CONTA VINCULADA | 51 |
AÇÕES DESENVOLVIDAS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 51 |
NOVA CADEIA DE VALOR | 52 |
GESTÃO DA INOVAÇÃO | 53 |
NOVO PLANO ESTRATÉGICO | 55 |
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS EXERCÍCIOS DE 2019 E 2020 DO TCEMG E DO FUNCONTAS – TCEMG | 58 |
AÇÕES ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS À COVID-19 | 59 |
OUTRAS AÇÕES RELEVANTES | 62 |

CAPÍTULO III - PROJETOS E AÇÕES ESTRATÉGICOS

RECEITAS | 70 |
SOB CONTROLE: CONTROLE INTERNO PARA AMPLIAR RESULTADOS | 71 |
AUTOMATIZAÇÃO DOS ATOS DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO | 75 |
DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO - DFT - MESA DE TRABALHO DO SGAP | 75 |
MINA DE DADOS | 75 |
SISOP-MG | 76 |
PRESTAÇÕES DE CONTAS ELETRÔNICAS ESTADUAIS | 76 |
BENEFÍCIO DO CONTROLE | 76 |
APP DA TRANSPARÊNCIA | 77 |
A ESCOLA NA FORMAÇÃO PARA EXCELÊNCIA NA GESTÃO | 80 |
PREFEITO CIENTE: MUNICÍPIO EFICIENTE | 81 |
ATUALIZAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS | 81 |
SIGESP | 82 |
TCSIC – SISTEMA DE CUSTOS | 83 |
SIAD | 83 |
GOVERNANÇA DE PRIVACIDADE E GESTÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS - LGPD | 84 |
GESTÃO DO CONHECIMENTO | 84 |
DASHBOARD SGAP | 85 |
FASES RECURSAIS E INCIDENTAIS | 85 |
PLENÁRIO VIRTUAL | 86 |
REGISTRO DAS SESSÕES | 87 |
AUTOMATIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS DA LRF | 87 |
FOCUS | 87 |
CONSOLIDAÇÃO DO NA PONTA DO LÁPIS | 88 |
COMPUTAÇÃO EM NUVEM | 89 |
CONCLUSÃO | 91 |

PALAVRA DO PRESIDENTE



Assumi a Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais para o biênio 2019 - 2020, juntamente com o Vice-Presidente, Conselheiro José Alves Viana.

Alinhados ao Plano Estratégico Institucional 2015-2020, adotamos como diretrizes da gestão o foco no jurisdicionado e o fortalecimento do papel educacional do Tribunal, atuando em duas frentes complementares, a prevenção e a correção, tendo como pilares a eficácia no acompanhamento das receitas públicas e a efetividade do controle interno do jurisdicionado.

Em meu discurso de posse enfatizei o compromisso assumido com Minas Gerais de ter no diálogo permanente o eixo de minha gestão, por acreditar que esse é imperativo para uma prestação jurisdicional de excelência numa sociedade plural, conectada e digital. No mesmo sentido priorizamos ações pedagógicas com foco na aproximação com o jurisdicionado, visando a um Tribunal cada vez mais democrático, inclusivo e transparente.

Nesses dois anos os desafios foram muitos e diversos. Em 2020, ano em que o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, criado pela Constituição Mineira de 1935, completou 85 anos, fomos surpreendidos com a maior pandemia dos últimos cem anos. Nesse momento difícil, o Tribunal se manteve em pleno funcionamento, garantindo a efetiva continuidade da prestação jurisdicional.

Logo no início da pandemia lançamos um *hot-site* especial para disponibilizar informações e *links* úteis aos gestores públicos. Criamos um canal de comunicação ágil para formulação de perguntas sobre a gestão dos recursos destinados ao enfrentamento da doença. No Portal, foi incluída a aba “painel COVID-19”, específica para divulgação das contratações e aquisições realizadas pelos municípios mineiros no combate ao coronavírus.

Para os municípios que não dispunham do Portal Transparência, lançamos a nova funcionalidade no aplicativo Lupa de Minas: a opção “Covid”. A nova aba possibilitou que os cidadãos tivessem acessos aos investimentos feitos em saúde no enfrentamento à pandemia. O aplicativo “Lupa de Minas” foi lançado em dezembro de 2019, com o objetivo principal de incentivar a cidadania por meio de uma nova ferramenta de transparência para o controle social, sendo apresentado em eventos nacionais e em dois eventos internacionais no ano de 2020, a saber: CICIC (*Canadian Information Centre for International Credentials*) e Congresso Internacional do CLAD (*Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo*).

Na mesma linha de importância, uma das prioridades da gestão foi a implantação do Projeto Receitas, com objetivo de incrementar a receita dos municípios mineiros. Entre suas ações, foram emitidos 678 comunicados, apontando a existência de mais de 22 mil fragilidades das gestões financeiras e tributárias dos municípios. E diversas medidas foram aplicadas pelos gestores públicos, de modo que mais de 600 fragilidades diagnosticadas pelo TCEMG, nas cinco dimensões de atuação do projeto, foram sanadas, sendo 218 em Procedimentos de Fiscalização; 124 em Legislação Tributária; 158 em Estruturas e Sistemas de Informação; 70 em Recursos Humanos e 65 em Cobranças Judiciais de Créditos Tributários.

Ainda, com fundamento no seu papel pedagógico e preventivo, visando à capacitação dos candidatos a prefeito nas eleições de 2020, em outubro do mesmo ano realizamos o evento denominado Prefeito Ciente, Município Eficiente, que tem como objetivo o treinamento em temas relacionados à administração pública e prestação de contas eleitorais. Realizado de forma híbrida com quatro painéis *online* e um treinamento presencial, abordou os seguintes temas: o controle interno; o planejamento na administração pública; parcerias e convênios; prestação de contas anual e de campanha; políticas públicas e aquisições. No evento presencial de encerramento o Conselheiro Ouvidor do TCEMG, Durval Ângelo, falou sobre os modos de fiscalização da Corte de Contas e, parafraseando manifestações do Conselheiro Sebastião Helvécio, ressaltou que no passado a atuação do Tribunal era como um “cão de guarda” dos recursos públicos, “era um diálogo surdo e desproporcional”, mas hoje o TCEMG atua como um “cão guia”.

No mesmo sentido realizamos, ainda, o Encontro Técnico “O TCEMG e os Municípios”, que na edição de 2020 teve como tema central “A atuação do controle em tempos de pandemia”, em virtude da relevância do momento. O evento foi realizado de forma *online*.

Visando ao fortalecimento da cultura ética e ao fomento de ações preventivas no combate à corrupção, por meio de uma iniciativa conjunta do Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa, Controladoria-Geral, Ministério Público e Defensoria Pública, com o apoio da Transparência Internacional Brasil, foi realizado o 1º Seminário de Integridade Pública, no período de 28 a 30 de setembro. Evento *online* reuniu especialistas e autoridades de todas as esferas do Poder de Minas Gerais para debater temáticas relativas à integridade e ao combate à corrupção. Na ocasião, foi assinado o Protocolo de Intenções para a instituição da Rede Mineira de Integridade – RMI. O objetivo principal da RMI é o fortalecimento de ações conjuntas de fomento à integridade, prevenção e combate à corrupção, promoção da integridade e da ética pública, respeitadas as competências e atribuições de cada membro integrante.



Em busca do aperfeiçoamento das atividades para melhor atender ao jurisdicionado e à sociedade, realizamos o processo de Formulação da Estratégia Institucional para o período 2021-2026. De forma amplamente participativa, promovemos o “Seminário Virtual Tribunal do Futuro” abordando, em momentos destacados, temas relevantes para as discussões sobre as perspectivas do controle externo da gestão pública em tempos de transformação, com o apoio do Instituto Rui Barbosa - IRB. Destacamos, por oportuno, a 3ª edição do referido *webnário*, cujo tema central foi “Agenda 2030”. O objetivo do evento foi promover uma discussão sobre o papel dos Tribunais de Contas na Agenda da ONU (Organizações das Nações Unidas) para implementação dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Para melhor enfrentamento à situação de emergência e adequação ao momento, o TCE desenvolveu ferramentas inovadoras e tecnológicas. Destacamos aqui a reformulação do e-TCE, principal plataforma eletrônica de relacionamento com o público, que passou a permitir o recebimento também de petições, defesas e diligências relativas a processos físicos.

Os frutos dessa verdadeira transformação administrativa e digital estão refletidos na produtividade desta Corte. No campo das deliberações processuais, o Plenário da Casa manteve suas sessões semanais por meio de videoconferência, todas transmitidas ao vivo pela TVTCE,

veículo de comunicação do TCEMG no *Youtube*. Dessa forma, conseguimos avançar sobre a longa pauta de julgamentos colegiados, mesmo em meio à maior pandemia vivida. Foram autuados, em 2020, 14.008 processos e deliberados mais de 16 mil processos, e entramos em 2021 com 27.735 processos em estoque, o que representa uma redução de 10% quando comparado ao estoque no início de 2019.

Tudo isso contribuiu para o alcance da nossa missão institucional: exercer o controle da gestão pública de forma eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade. Encerramos a gestão 2019-2020 com a certeza do dever cumprido e orgulhosos dos resultados alcançados, pelo que agradecemos a todos os servidores e colaboradores, que contribuíram para os excelentes resultados. Estou certo de que as sementes plantadas no último biênio continuarão a gerar frutos nos anos vindouros, colaborando, de modo concreto, para uma jurisdição constitucional efetiva na garantia dos direitos fundamentais.

Convidamos todos a conhecerem outras grandes entregas efetivadas nesta gestão apresentadas ao longo deste relatório de gestão.

Conselheiro Mauri Torres

Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

“Mas, sendo a vez, sendo a hora, Minas entende, atende, toma tento, avança, pelega e faz.”

Guimarães Rosa

ENTREVISTA

Por Karina Camargos Coutinho
Coordenadora de Jornalismo e Redação

OS ENTREVISTADOS DESTA GESTÃO SÃO: O CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TCEMG CARLOS ALBERTO PAVAN E O DIRETOR-GERAL DO TCEMG MARCONI BRAGA



“O biênio 2019-2020, da gestão do conselheiro Mauri Torres, foi impactado pela pandemia da COVID-19. Entretanto, o que poderia representar um obstáculo, foi transformado na capacidade de acelerar ações e projetos, entregando resultados positivos para a sociedade e para o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG)”

Chefe de gabinete da Presidência, Carlos Alberto Pavan



“A pandemia da COVID-19 provocou mudanças na Administração Pública e na forma de atuação dos órgãos de controle. O TCEMG, por meio de portal específico, levou a efeito a fiscalização da transparência, das compras públicas e despesa com pessoal. No portal, a sociedade e os jurisdicionados podem interagir e obter informações acerca da gestão pública no seu município nesse período de pandemia. Como professor da Escola de Contas, não posso deixar de mencionar o pioneirismo deste Tribunal ao implantar, nesta gestão, o primeiro curso de pós-graduação em Finanças Públicas, na modalidade ensino a distância (EAD), beneficiando a capacitação de servidores dos municípios menores e com necessidade de melhoria na qualificação”.

Diretor-geral do TCEMG, Marconi Braga

Repórter: Qual foi o eixo básico desta gestão?

Presidência biênio 2019-2020: Pouco antes de iniciar a gestão do conselheiro Mauri Torres como presidente, traçamos as diretrizes gerais que dariam norte às ações a serem efetivadas para o período 2019/2020.

Nesse contexto, buscou-se direcionar a atuação do TCEMG para a entrega de resultados com foco nos cidadãos. Além disso, objetivamos promover uma gestão moderna e ágil com o alinhamento institucional entre os atores envolvidos na política de modernização das ações de controle.

Nosso foco foi em uma gestão capaz de atuar, de forma tempestiva e assertiva, frente aos desafios contemporâneos e às situações emergenciais. Buscamos também a simplificação de normativos, procedimentos, processos e da estrutura administrativa. O aprimoramento da capacitação dos servidores e daqueles que atuam no Estado e nos municípios mineiros também foi prioridade nesta gestão.

OS GESTORES DA PRESIDÊNCIA NO BIÊNIO 2019-2020 DESTACARAM COMO REALIZAÇÕES DESTA GESTÃO:

O forte cunho pedagógico representado pelo Projeto Receitas que foi “abraçado” por cerca de 600 municípios mineiros. “Eles alavancaram suas receitas próprias com crescimento expressivo e sem a criação de novos tributos ou elevação de alíquotas”, explica a atual Presidência;

A remodelação e modernização da Escola de Contas do Tribunal, representado por investimentos na infraestrutura da escola, com a aquisição de equipamentos de ponta para a instalação do estúdio de gravação Ensino a Distância (EAD), modernização do seu auditório e laboratório de informática;

O lançamento do primeiro curso de pós-graduação totalmente em EAD, cuja primeira turma recebeu seu certificado de conclusão em 03/02/2021;

O ineditismo do treinamento para prefeitos candidatos às eleições de 2020, realizado com a parceria do Ministério da Justiça e Segurança Pública e o apoio do Tribunal Regional Eleito-

ral de Minas Gerais (TREMIG). O evento, realizado em 4 webinários e 1 seminário presencial, teve a participação de cerca de 1.200 candidatos a prefeito, inclusive de outras unidades da federação como Rio de Janeiro, Espírito Santo, Maranhão, Bahia e Acre;

O projeto de fortalecimento do Controle Interno e o projeto Sob Controle, ambos voltados a unidades de Controle Interno municipal, e que proporcionaram diversas ações de capacitação dos controladores internos.

Além disso, a realização de diagnóstico da situação das unidades de controle interno dos 750 municípios que espontaneamente responderam ao questionário elaborado pelo TCE.

O objetivo dessas ações foi trazer o controlador Interno para ser um parceiro do Tribunal. Por sua vez, o Tribunal os capacitou e orientou quanto à estruturação da Controladoria Interna Municipal;

O forte apoio à transparência, representado pelo lançamento do **Lupa de Minas**, um aplicativo que condensa todas as informações fiscais, orçamentária-financeira e da gestão de cada um dos 853 municípios mineiros. “Cabe realçar que o ineditismo do aplicativo o levou a ser apresentado em dois grandes eventos internacionais: a Décima Conferência Iberoamericana de *Complejidad, Informática y Cibernética*: CXX CICIC/2020 (realizado em Orlando/EUA) em março/2020 e, também, no XV Congresso Internacional do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), realizado em Lisboa/Portugal, em novembro/2020. Ambos os eventos foram voltados para o mundo acadêmico e estudiosos da administração pública;

Destaca-se também, a consolidação do aplicativo Na Ponta do Lápis como uma fonte inesgotável de informações dos educandos quanto à qualidade do ensino e da infraestrutura das escolas públicas;

Forte investimento tecnológico que possibilitou a realização das sessões do Pleno e da Câmara por vídeo conferência com grande êxito;

A realização do Plano Estratégico do TCE para o período 2021 a 2026, apontando o rumo a ser seguido pelo Tribunal. Cabe lembrar o apoio e parceria da Fundação João Pinheiro

na realização do Plano. Este foi o primeiro planejamento estratégico do TCE realizado com a participação intensa dos Conselheiros da linha sucessória, dos servidores e dos gestores das diversas unidades internas;

O investimento na aquisição do sistema eletrônico de registro de sessões, que possibilitou um grande salto do Tribunal no registro de sessões;

A preparação do Tribunal para em futuro muito próximo realizar sessões totalmente virtuais, possibilitando significativo aumento no julgamento de processos dos jurisdicionados.

PERSPECTIVAS NO ÂMBITO INTERNO DO TCEMG

Repórter: Quais foram as principais ações e resultados no âmbito interno do TCEMG?

Presidência biênio 2019-2020: Dentre as principais entregas e dos resultados alcançados, na gestão 2019/2020, destacam-se as ações direcionadas ao público interno, tais como: a educação continuada e qualificação técnica dos servidores e colaboradores, a reestruturação e implantação de novas unidades, a implementação de melhorias no SGAP (Sistema de Gerenciamento e Administração de Processos), a atualização dos atos normativos do Tribunal, a consolidação e efetiva implementação do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento (Sigesp) e Focus, a celeridade nos procedimentos e processos administrativos específicos da área meio, a reestruturação e aquisição de equipamentos para a Escola de Contas e Diretoria de Comunicação.

A implantação do Sistema de Informações de Serviços de Engenharia e Obras Públicas de Minas Gerais (Sisop-MG), em substituição ao Geo-Obras, representou um significativo avanço no controle de obras e serviços de engenharia dos municípios mineiros e do Estado. Neste tema, a Presidência frisou que o sistema propicia estímulos ao controle social, por meio da consulta ao portal do Sisop pelos cidadãos.

Outra entrega desta gestão, que merece destaque, foi a elaboração do nosso Plano Estratégico 2021/2026. Nele consta nossa visão contemporânea de ser uma instituição referência de boa

governança, bem como as diretrizes pontuadas, as quais inserem esta Casa como pioneira, no âmbito nacional e internacional.

No que diz respeito às ações de controle externo, podemos ressaltar a execução do Plano Anual de Fiscalização, notadamente a auditoria financeira realizada na Prefeitura de Belo Horizonte, pioneira nesta Casa, além das auditorias operacionais na área de transporte público municipal, no saneamento básico e na Lagoa da Pampulha.

Além das demais inspeções e auditorias realizadas no período 2019/2020.

Outro ponto que merece ser pontuado diz respeito às ações e atuação integrada com a Rede de Controle e Combate à Corrupção (ARRCO) em Minas Gerais.

Os encontros técnicos realizados nesse período, alguns de forma virtual, muito contribuíram para o aperfeiçoamento e qualificação dos servidores municipais.

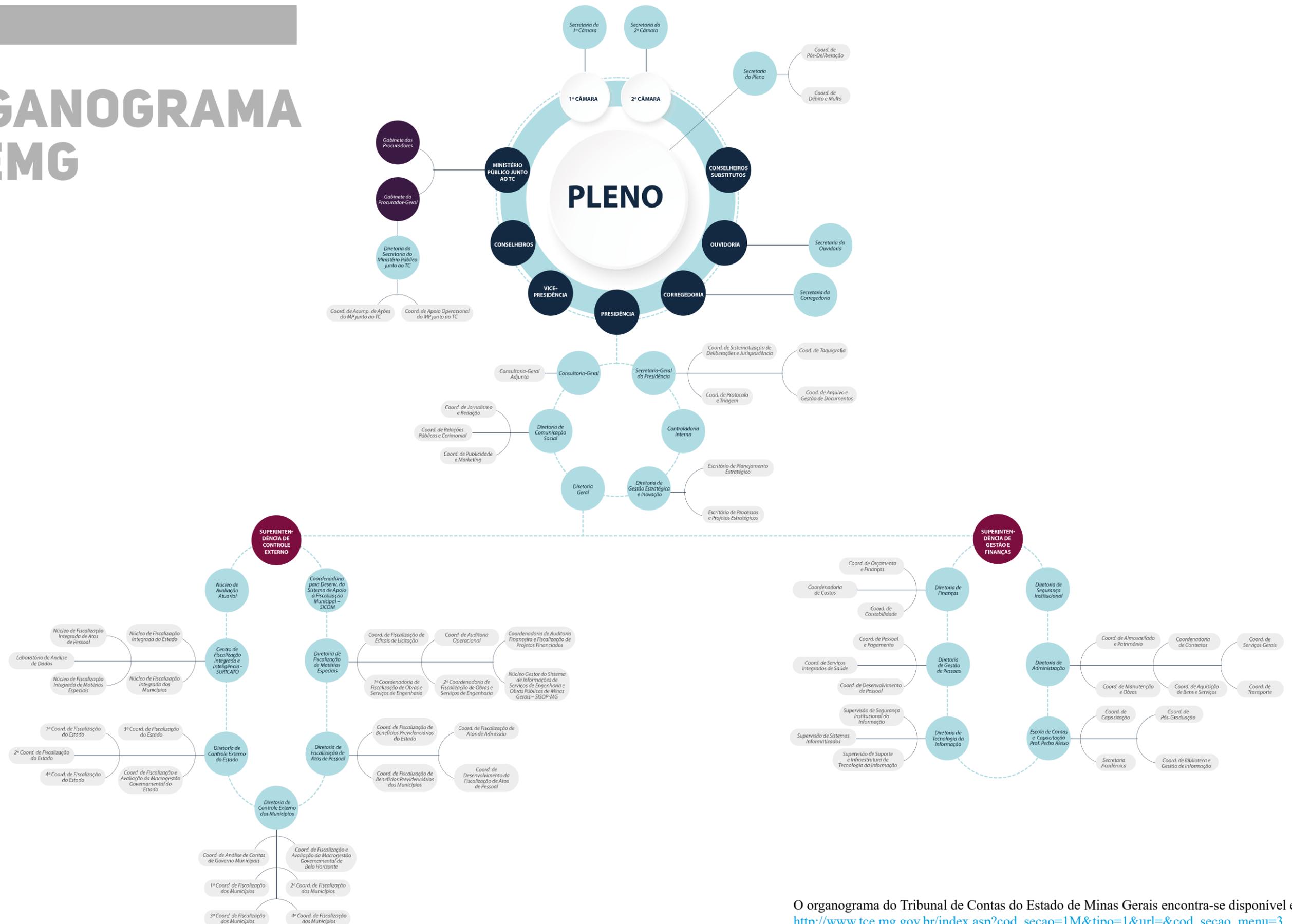
Outro destaque é o Projeto Receitas Municipais que conseguiu a adesão de mais de 700 municípios e com mais de 17 mil acessos ao portal inserido no site do TCEMG. O principal objetivo desse projeto é o aprimoramento da administração fazendária municipal, sem que haja aumento de impostos e, ao mesmo tempo, o fortalecimento do desenvolvimento dos municípios mineiros.

A pandemia da COVID-19 provocou mudanças na Administração Pública e na forma de atuação dos órgãos de controle.

Nesse sentido, o TCEMG, por meio do Portal específico, levou a efeito a fiscalização da transparência, das compras públicas e despesa com pessoal. No portal, a sociedade e os jurisdicionados podem interagir e obter informações acerca da gestão pública no seu município, nesse período de pandemia. Como professor da Escola de Contas (Marconi Braga), não posso deixar de mencionar o pioneirismo deste Tribunal ao implantar, nesta gestão, o primeiro curso de pós-graduação em Finanças Públicas, na modalidade ensino a distância (EAD), beneficiando a capacitação de servidores dos municípios menores e com necessidade de melhoria na qualificação.



ORGANOGRAMA TCEMG



O organograma do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais encontra-se disponível em: http://www.tce.mg.gov.br/index.asp?cod_secao=1M&tipo=1&url=&cod_secao_menu=3

CAPÍTULO I
CONTROLE EXTERNO

GESTÃO PROCESSUAL

Entre 01/01/2019 e 31/12/2020 foram autuados 39.669 processos. Desses, 33.821 processos (85%) são de aposentadoria, reforma e pensão, que o Tribunal, no seu dever constitucional, deve registrar. 1.702 (4%) são as prestações de contas dos municípios mineiros, que o Tribunal emite parecer prévio para julgamento. 1.703 (4%) são processos de denúncia e representação, o que demonstra, de certa forma, o controle social. E 185 (0,5%) são tomada de contas especial. Além disso, entraram, nos últimos dois anos, 416 (1%) recursos para serem analisados. E outros 1.842 (4,6%) são processos de outras naturezas, como consulta, auditoria, balanço geral do estado, entre outros.

Entramos em 2021 com 27.735 processos em estoque para serem analisados, o que representa uma redução de quase 10% do estoque processual de 2019, de 30.755 processos. Isso só foi possível graças aos esforços e trabalho de todos os servidores do Tribunal, o que possibilitou deliberar durante essa gestão mais de 42 mil processos. Dos processos deliberados no período, 30.297 foram decisões monocráticas, 852 deliberados pelo Tribunal Pleno, 5.758 pela Primeira Câmara e 5.123 pela Segunda Câmara. Conseguimos, assim, uma redução no estoque processual do Tribunal, mesmo que sejam necessários esforços para redução ainda maior.

Em relação ao estoque atual, 82% dele é representado por processos de Atos de pessoal (aposentadoria, reforma e pensão), 4% são processos de prestação de contas, 8% diz respeito a denúncia e representação, 1,5% tomada de contas, 1% processos de fiscalização, como auditoria e inspeção, e 3,5% são outras naturezas processuais. Abaixo apresentamos um quadro com o quantitativo de deliberação processual por grupo de macro natureza, nos dois anos da gestão:

Tabela 1 - Processos deliberados

Grupo de Natureza	2019	2020
	Deliberados	Deliberados
Atos de Pessoal	22.160	13.289
Consulta	203	166
Denúncia e Representação	1.059	901
Fiscalização	175	98
Prestações de Contas	1.399	856
Processo Administrativo	235	69
Tomadas de Contas	419	188
Outras Naturezas	523	437
Total	26.173	16.004

Fontes: Relatório de Atividades do Exercício de 2019 e SGAP BI.

PALAVRA DA SUPERINTENDENTE

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO CONTROLE EXTERNO



No início de sua gestão, o Conselheiro Presidente Mauri Torres passou como diretriz para a unidade técnica o fortalecimento e a qualificação do controle preventivo e concomitante, tendo destacado, em seu discurso de posse, dois pilares: a efetividade do controle interno

do jurisdicionado e a eficácia no acompanhamento das receitas públicas.

Assim, o aumento da utilização de instrumentos de controle prévio ou concomitante, tais como levantamentos e acompanhamentos, foi característica marcante das atividades de controle externo nesta gestão. Além disso, visando sempre garantir o melhor uso do recurso público, realizamos fiscalizações mais sistêmicas que resultaram na produção de conhecimento especializado relevante em temas de grande impacto.

Nesse sentido, merecem destaque as ações do Projeto Receitas e do Projeto Sob Controle que estabeleceram rotinas bem diferentes de trabalho e, ao aproximar o Tribunal de seus jurisdicionados, contribuíram para qualificar a gestão pública e fortalecer os controles internos municipais e, por consequência, acabaram por qualificar e fortalecer as próprias atividades de controle externo.

Objetivando avançar institucionalmente em alguns parâmetros importantes do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD), diversas providências foram adotadas, entre elas destaco a criação de uma coordenação especializada em auditoria financeira, a instituição do Comitê de Asseguração da Qualidade das Fiscalizações no âmbito da Superintendência de Controle Externo; a aprovação do Manual de Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia; e o estabelecimento inédito de meta de prazo para deliberação das auditorias no Plano Plurianual de Ações Governamentais (PPAG) de 2020 a 2023.

A atuação do Tribunal em parceria com outros órgãos também foi relevante, pois potencializa o benefício do controle externo para a gestão pública e viabiliza não só uma fiscalização mais assertiva, mas também e principalmente previne irregularidades, destacando-se as ações realizadas com apoio dos controles internos e as ações da Rede de Controle e Combate à Corrupção em Minas Gerais (ARCCO).

A utilização da tecnologia da informação para agregar valor às fiscalizações também merece relevo, na medida em que foram elaborados relatórios de inteligência, trilhas e malhas eletrônicas, por meio da análise e mineração de dados. A utilização de recursos de tecnologia da

informação foi potencializada pela pandemia de COVID-19 que impôs o isolamento social e, consequentemente, o trabalho remoto e o desenvolvimento de ações e projetos criativos e inovadores nessa seara.

Em relação à organização e à estruturação da unidade técnica, foi criado o Núcleo de Avaliação Atuarial, viabilizado pela posse de analistas de controle externo formados em ciências atuariais e o Núcleo de Avaliação de Programas e Políticas Públicas, alinhado às recentes tendências de controle externo constantes da Carta de Moscou e da Carta de Foz do Iguaçu. Ademais, durante a gestão foi aprovada pelo Tribunal Pleno a Resolução n. 09/2020 de 02/12/20, dispondo normas sobre a Política de Informações Estratégicas e de Fiscalização Integrada – SURICATO.

Além disso, em 2020, a participação da unidade técnica na elaboração do Plano Estratégico 2021-2026 do Tribunal foi qualificada, por meio de um grupo destacado para estudar as diretrizes e macro-tendências de controle externo no Brasil e no mundo.

Por fim, importante enfatizar o contínuo aprimoramento da sistemática de planejamento das ações de controle, tanto das fiscalizações quanto da análise de processos, objetivando maior clareza e padronização da utilização dos critérios de seletividade (materialidade, risco, relevância e oportunidade) em todas as unidades, e também agregar os referenciais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

AÇÕES DE DESTAQUE

PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

Na Tabela 1, estão elencadas as ações de fiscalização planejadas e realizadas pela área técnica do Tribunal, por tipo de ação, e os respectivos percentuais de execução em 2019.

Importante ressaltar que o percentual de cumprimento do Plano Anual de Fiscalização é calculado pela média dos percentuais de cumprimento de cada uma das ações de fiscalização, isoladamente calculados. Considera-se como

parâmetro: 33% para a fase de planejamento, 33% para a fase de execução, 14% para os relatórios finais elaborados pela equipe técnica e 20% para a anexação do relatório concluído no SGAP e tramitado para fora da unidade técnica. Dessa forma, o percentual de cumprimento

do Plano Anual de Fiscalização apurado pode (ou não) corresponder a um número inteiro de ações de fiscalização finalizadas. Esses parâmetros foram divulgados no Plano Anual de 2020 e foram informados ao governo estadual como forma de conferir maior transparência.

Tabela 2 - Percentual de Cumprimento do Plano Anual de Fiscalização de 2019

Ação de fiscalização	Planejadas	Incluídas	Canceladas	Total	% de cumprimento
Acompanhamento	5	0	1	4	66%
Auditoria de conformidade	56	1	5	52	89%
Auditoria financeira	1	1	0	2	100%
Auditoria operacional	3	3	0	6	40%
Inspeção	10	6	4	12	78%
Levantamento	5	4	0	9	90%
Monitoramento	15	0	1	14	71%
Requisição de Informações	1	0	0	1	100%
Malha eletrônica	14		2	12	69%
Análise de Dados	9	1	-	10	93%
Desenvolvimento de Programa	1	-	-	1	86%
Total	120	16	13	123	80%

Fonte: Superintendência de Controle Externo

Objetivando aumentar a transparência sobre o cumprimento do Plano Anual de Fiscalização, a partir da Portaria n. 82/PRES/2019, que apro-

vou referido plano para o exercício de 2020, passou-se a dar publicidade ao resumo dos quantitativos das atividades de fiscalização:

Instrumento de Fiscalização	Quantidade Planejada
Acompanhamento	2
Auditoria de Conformidade	47
Auditoria Financeira	2
Auditoria Operacional	8
Inspeção	8
Levantamento	9
Monitoramento	39
Total	115

Contudo, o Plano Anual de Fiscalização de 2020 foi extremamente impactado pela pandemia de COVID-19. Como não é possível realizar todas as fiscalizações remotamente, as prioridades da gestão pública foram completamente revistas e, com isso, novas fiscalizações

tiveram que ser estruturadas e ações antes planejadas tiveram que ser reformuladas, canceladas ou adiadas. Nesse contexto, a Portaria n. 51/PRES/2020 aprovou as alterações propostas, nos seguintes termos:

Instrumento de fiscalização	Planejado ¹	Incluído	Excluído	PAF replanejado
Acompanhamento	2	8	--	10
Auditoria de conformidade	47	16	21 ²	42 ³
Auditoria financeira	2	1	--	3
Auditoria operacional	8	--	2	6
Inspeção	8	4	3	9
Levantamento	9	3	3	9
Monitoramento	39	5	11	33
Requisição de Informação	--	2	--	2
Total	115	39	40	114

Na Tabela 2, estão elencadas as ações de fiscalização realizadas pela área técnica do Tribunal,

após o replanejamento, por tipo de ação, e os respectivos percentuais de execução em 2020:

Ação de fiscalização	Replanejadas	Desconsideradas do cálculo ⁴	Total	% de cumprimento
Acompanhamento	10	--	10	65%
Auditoria de conformidade	37	--	37	95%
Auditoria financeira	3	--	3	33%
Auditoria operacional	6	--	6	98%
Inspeção	9	--	9	97%
Levantamento	9	--	9	98%
Monitoramento	33	7	26	96%
Requisição de Informações	2	--	2	90%
Total	109	7	102	91%

Dessa forma, evidencia-se que, nos dois anos da gestão, a unidade técnica cumpriu a meta estipulada no Plano Plurianual de Ações Governamentais (PPAG) para a execução do Plano Anual de Fiscalização, que é de 80%, e avançou para garantir transparência para o quantitativo das ações planejadas, discriminadas por instrumento de fiscalização, bem como na transparência da forma de aferição do percentual de execução do PAF.

LEVANTAMENTO SOBRE O FUNDEB

Uma ação de fiscalização de grande relevância foi o levantamento envolvendo o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. O principal objetivo desse trabalho, além de outros específicos, foi conhecer o funcionamento e gestão do Fundo no âmbito do Estado de Minas Gerais e, ainda, avaliar a viabilidade da realização de uma futura ação de controle por parte desta Corte de Contas.

¹ Quantitativo publicado no DOC de 8/1/2020.

² Verifica-se erro material nessa célula. Apesar de ter constado da publicação desse quadro resumido das fiscalizações que foram excluídas 21 (vinte e uma) auditorias de conformidade, compulsando o documento completo encaminhado para a Diretoria-Geral e Presidência, verifica-se que foram excluídas 26 (vinte e seis) auditorias de conformidade.

³ Em razão da alteração do número de auditorias de conformidade excluídas, verifica-se a necessidade de adequar o número total de auditorias de conformidade para 37 (trinta e sete) ao invés de 42 (quarenta e dois).

⁴ 7 (sete) monitoramentos foram desconsiderados do cálculo, para fins de cumprimento de meta, na medida em que os processos estavam pendentes de ações que não dependiam em nada da unidade técnica. Entendeu-se mais correto desconsiderá-los do que computar como cumpridos 100%, pois isso inflaria o percentual de cumprimento sem atividades efetivas.

A partir do resultado desse trabalho, o Tribunal poderá deflagrar ações de controle relacionadas ao Fundeb com mais assertividade, economicidade e efetividade, tendo em vista que o levantamento proporcionou um conhecimento mais aprofundado sobre a questão. Corrobora essa afirmação o fato de ter sido sugerida a realização de uma inspeção com objeto específico na conclusão do levantamento, ação que já se encontra em andamento nesta Corte de Contas. Outro resultado que pode ser evidenciado é o de que o grupo de servidores responsável pelo trabalho também apresentou Representação a esta Corte, devido a uma irregularidade específica identificada no decorrer dos trabalhos.

Portanto, esse levantamento contribuiu de diversas formas para os usuários internos do Tribunal e, principalmente, para a sociedade, visto que os resultados das ações de fiscalização poderão ser mais efetivos e considerando-se que o Fundeb está diretamente ligado à educação, que é um direito social de inegável importância, previsto na Constituição Federal.

Acordo da Associação Mineira de Municípios - AMM

Merece destaque a fiscalização do Acordo da Associação Mineira de Municípios – AMM: o Estado comprometeu-se, a partir do mês de janeiro de 2020, a liquidar, em 3 (três) parcelas mensais, os valores em atraso devidos aos municípios associados à AMM, a título de ICMS e IPVA referentes aos repasses de janeiro de 2019, no montante, respectivamente, de R\$ 476.342.219,55 e R\$533.441.680,35, totalizando R\$ 1.009.783.899,90.

A Coordenadoria de Fiscalização e Avaliação da Macrogestão Governamental do Estado – CFAMGE - constatou que esses valores foram devidamente repassados aos municípios, conforme estipulado no Acordo, tendo sido excluídos dessa dívida montantes já transferidos a alguns deles, por força de liminares e bloqueios (R\$ 21.829.735,28 de ICMS e R\$ 10.702.261,63, de IPVA).

O Estado comprometeu-se também, nesse Acordo, a liquidar, a partir de abril de 2020, em 30 (trinta) parcelas mensais, os valores em atraso devidos aos municípios, a título de ICMS e Fundeb, relativos aos exercícios de 2017-2018 (Cláusula Terceira).

No que se refere ao Fundeb, serão 30 parcelas de R\$ 164.142.903,32 (abril/2020 a setembro/2022), totalizando R\$ 4.924.287.099,53. Com relação ao ICMS, serão 9 (nove) parcelas de R\$ 51.419.966,24, a serem liquidadas de abril/20 a dezembro/20, mais 21 (vinte e uma) parcelas de R\$ 31.389.591,27 (janeiro/21 a setembro/22), totalizando R\$ 1.121.961.112,80

De abril a agosto/20, os pagamentos do Fundeb em atraso totalizaram R\$ 820,715 milhões, cumprindo o valor acordado. Desse montante, R\$ 437,228 milhões retornaram ao Estado e R\$ 383,486 milhões foram repassados aos municípios. Verificou-se que foi adotado um percentual padrão de 3,33% para a efetuação desses pagamentos. O critério adotado foi o quanto representa, percentualmente, cada parcela a ser quitada, R\$ 164.142.903,32, em relação ao total da dívida, R\$ 4.924.287.099,53.

Quanto ao ICMS em atraso, a CFAMGE constatou que o Estado também tem repassado tais valores aos Municípios mineiros.

Incremento da força de trabalho na área de controle

O ano de 2019 foi marcado pela posse de 125 analistas de controle externo, aprovados em concurso público realizado na gestão do Conselheiro Claudio Terrão e pela primeira vez todos foram lotados na área técnica, conforme previsto no edital do concurso. Dando continuidade aos trabalhos, após a posse, iniciou-se, na atual gestão, o “Programa de Acolhimento e Formação de Novos Servidores”, pensado e formatado em um trabalho conjunto da Escola de Contas, da Diretoria de Gestão de Pessoas e da Superintendência de Controle Externo. O objetivo do programa foi oferecer um período de acolhimento e uma capacitação teórica sobre a estrutura e atuação do Tribunal.

Os analistas formados em Contabilidade, Engenharia e Direito ainda tiveram um período de aproximadamente três meses de prática supervisionada, treinamento prático com processos, acompanhados de perto por servidores mais experientes, destacados como facilitadores, numa iniciativa inédita que demandou esforços substanciais de praticamente todas as coordenadorias e diretorias da unidade técnica.



O servidor **Gabriel Venturim de Souza Grossi (foto)**, um dos empossados em 2019, compartilhou como foi sua experiência em relação à prática supervisionada: “A prática supervisionada desenvolvida pela Superintendência de Controle Externo foi de fundamental importância para a integração dos analistas oriundos do Concurso Público n. 01/2018 às atividades finalísticas do Tribunal. O período da prática permitiu que o contato dos novos servidores com os processos e as matérias de competência da Corte se desse de maneira gradual e orientada, viabilizando a assimilação de novos conhecimentos e o avanço seguro para os temas de maior complexidade. Não se pode deixar de destacar, nesse sentido, o relevante trabalho realizado pelos colegas que foram destacados para atuar como tutores junto aos servidores então recém-admitidos, representando, para estes, importantes pontos de apoio no início de sua trajetória no TCEMG. Além disso, a prática supervisionada proporcionou o contato dos servidores com processos e matérias de diversas diretorias e coordenadorias técnicas, bem como possibilitou a identificação das características particulares de cada servidor, as quais apoiaram o cuidadoso processo de lotação realizado ao final da prática supervisionada”.

A servidora Viviane Ataíde Giovannini atuou como tutora dos recém empossados e destacou a alegria de atuar numa iniciativa tão inovadora: “Tão logo os novos servidores tomaram posse, recebi o convite para ser tutora na prática supervisionada dos analistas de controle externo, especialização em Direito. Recebi o convite com alegria, pois, para mim, representou o reconhecimento da minha trajetória profissional no TCEMG, instituição a qual tenho muito orgulho de pertencer. Assim, abracei essa tarefa com grande satisfação e expectativa, junto a outros colegas veteranos, sobre os quais, inclusive, já cultivava admiração pela excelência

profissional. A profunda gratidão a Deus pelo meu trabalho, que sinto todos os dias ao iniciar minha jornada, me acompanhou nesse período de forma mais intensa. Sabia que recebera um desafio e me alegrava por torná-lo realidade. Compartilhei muitos conhecimentos com os novos servidores que, a cada instante, revelavam um potencial fora da curva. E confesso que aprendi mais do que ensinei. Sim... sou mais feliz e realizada hoje, porque potencializei minha contribuição para o nosso TCEMG, porque lapidei o meu conhecimento técnico e porque tenho mais amigos hoje do que antes! Obrigada amigos, obrigada TCEMG!”

O Coordenador da 2ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios Daniel Uchôa Costa Couto comentou como foi receber esses servidores após a prática supervisionada: “Os novos servidores vêm dando notável contribuição para a produtividade e para a qualidade dos trabalhos da 2ª Coordenadoria de Fiscalização dos Municípios, envolvendo sobretudo a análise técnica de processos e documentos. Para tanto, a prática supervisionada foi de suma importância para que esses servidores pudessem vivenciar os processos de trabalho e de fiscalização desempenhados pelo Tribunal, tendo em vista o prévio treinamento técnico, de caráter prático, com a supervisão de servidores com experiência e vasto conhecimento nas matérias analisadas. Nesse sentido, a prática supervisionada contribuiu sobremaneira para a ambientação dos novos servidores ao Tribunal, facilitando a adaptação e o conhecimento prático de atividades desempenhadas rotineiramente pelos analistas”.



A Coordenadora da 2ª Coordenadoria de Fiscalização do Estado **Regina Leticia Climaco Cunha (foto)**, por sua vez, destacou a importância da renovação dos servidores para a

gestão do conhecimento: “Receber as novas servidoras em meu setor foi uma experiência muito boa e enriquecedora. Tivemos o prazer de receber a Janaína Fernandes, a Paula Roetger e a Rebeca Fonseca, o que gerou no ambiente um impulso motivador. Novas ideias, novas experiências a serem compartilhadas, novas amigas. Elas foram envolvidas pelas colegas antigas, ansiosos para repassarem seus conhecimentos, fazendo-lhes aflorar ideias já adormecidas em suas mentes. Foi uma experiência de “ressurreição”. Aqueles servidores à beira da aposentadoria viram nelas uma fonte de esperança de que sua jornada de trabalho de longos anos vai ter uma continuação e progresso, desenhando novos rumos. Seus legados não se aposentam com eles, mas servirão de base para levantar novos degraus. E sentir assim é renovador, rejuvenesce os pensamentos, mostra novos caminhos para as metas esquecidas pela falta de expectativa. Só tenho a agradecer pela experiência”.

Durante todo esse período de prática supervisionada, a Diretoria de Gestão de Pessoas realizou o mapeamento de perfil desses novos servidores e apoiou constantemente a equipe da Superintendência de Controle Externo na avaliação dos currículos e dos perfis dos servidores e dos gestores para que a definição de suas lotações pudesse atender, da melhor forma possível, as demandas das unidades e os potenciais individuais de cada servidor. Uma premissa importante que balizou todo esse esforço de capacitação e definição de lotação foi a de inserir o máximo de servidores nas atividades de auditoria, tendo em vista a perspectiva de aposentação de grande parte dos auditores.

E com o apoio da Escola de Contas Professor Pedro Aleixo foram oferecidas, no total, 144 horas de formação, divididas em duas etapas, como pode ser observado no quadro abaixo:

Etapa I	Etapa II	
Acolhimento e ambientação	Formação geral	Formação específica
Palestras, visitas às instalações do TCEMG, assistir sessão plenária	Módulo I - Administração Pública e o Controle externo	Auditoria e práticas supervisionadas
	Módulo II - Controle Externo no século XXI	
	Módulo III - Sistemas Informatizados	



Grupo dos novos servidores com formação em Direito.



Grupo dos novos servidores com formação em Engenharia

ATUAÇÃO INTEGRADA E INTERCÂMBIO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS REDE DE CONTROLE E COMBATE À CORRUPÇÃO EM MINAS GERAIS (ARCCO)

O Tribunal fortaleceu sua atuação integrada com outros órgãos de controle, sobretudo com a Rede de Controle e Combate à Corrupção em Minas Gerais (ARCCO), que surgiu da união de diversos órgãos de controle do País na tentativa de somar esforços no combate à corrupção, e também é composta por representantes da Controladoria-Geral do Estado (CGE-MG), do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), do Ministério Público Federal de Minas Gerais (MPF-MG), do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria-Geral da União (CGU), do Ministério Público de Contas (MPC-MG), da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PC-MG), da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte (CTGM).



Além das diversas ações de fiscalização, pode-se destacar a realização de eventos de capacitação, entre eles o Seminário “Atuação em Rede: o combate à corrupção na prática”, em agosto de 2019 e “O Dia Internacional Contra a Corrupção” em 03 de dezembro de 2020. Esse último evento teve o propósito de compartilhar os avanços alcançados e refletir sobre os desafios do setor público em face da atual crise sanitária mundial, com destaque para as investigações relativas à COVID-19, bem como a prevenção e transparência em Minas, com ênfase na necessidade de construir estratégias de atuação em rede para o combate à corrupção. Ambos realizados por meio de plataformas virtuais.

Rede Mineira de Integridade

A Rede Mineira de Integridade no fomento à promoção da transparência, oposição à corrupção e ações de equidade foi inicialmente formada, em setembro de 2020, com assinatura de protocolo de intenções, pelo Governo do Estado de Minas Gerais por meio da Controladoria-Geral do Estado, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG), pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) e pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG). Há intenção de envolver outros órgãos e entidades do setor público e privado, incluindo universidades e organizações da sociedade civil, objetivando a construção de uma sociedade mais íntegra, justa e sustentável, além de fortalecer ações conjuntas de fomento à integridade, prevenção e combate à corrupção, promoção da ética pública, respeitadas as competências e atribuições de cada membro integrante.

Numa perspectiva de buscar esse fortalecimento, visto como essencial para obter a melhoria dos serviços públicos, realizou-se o 1º Seminário de Integridade Pública, no período de 28 a 30 de setembro de 2020, quando foi assinado o protocolo de intenções. O evento *online* reuniu especialistas e autoridades de todas as esferas do Poder de Minas Gerais para debater temáticas relacionada ao tema. E certificou ao todo 832 pessoas.



Controladoria-Geral do Estado

Diversas iniciativas estreitaram a colaboração técnica entre o TCEMG e a CGE, sendo pertinente destacar a significativa redução das inadimplências dos jurisdicionados no Cadastro de Agentes Públicos do Estado e Municípios de Minas Gerais – CAPMG a partir da atuação do engajamento da CGE e dos controles internos dos municípios. E também o treinamento dos servidores das unidades técnicas deste Tribunal sobre “Gestão de Riscos” ministrado pelo superintendente da Central de Auditoria em gestão de riscos e de programas da Controladoria Geral do Estado (CGE), Armando Noé Carvalho, em outubro de 2019.

Embaixada da Dinamarca no Brasil e Transparência Internacional

Com o apoio do projeto denominado “Diálogos Nórdicos” da embaixada da Dinamarca no Brasil, a Transparência Internacional estruturou o projeto denominado “Integridade nos Estados Brasileiros”, com o objetivo de provocar avanços nos referenciais normativos e na atuação articulada de diversos órgãos e entidades de controle interno, externo e social para o desenvolvimento de um ambiente institucional de promoção da integridade nos Estados.

A Superintendente de Controle Externo do Tribunal, Flávia Alice Dias, foi indicada para compor a equipe do projeto como representante de um dos órgãos de controle externo e também como membro da Rede de Controle e Combate à Corrupção em MG – ARCCO, já que a atuação das redes de controle tem um papel fundamental nesse projeto. Os outros representantes de Minas Gerais foram a Subcontroladora de Transparência e Integridade da Controladoria-Geral do Estado, Nicolle Ferreira Bleme, e o Diretor Executivo do Observatório Social de Sete Lagoas, Paulo Henrique Rocha Leão.

Assim, a Superintendente de Controle Externo do Tribunal participou, em dezembro de 2019, do curso *Transparency and Good Governance*, de duas semanas, na *University of Copenhagen*, na Dinamarca, pago integralmente pelo governo dinamarquês.

A Dinamarca lidera o ranking dos países menos corruptos do mundo conforme os índices calculados pela organização *Transparency Inter-*

nacional. Assim, os participantes conheceram a dinâmica de funcionamento do governo do país, da imprensa livre e da sociedade civil e fizeram visitas técnicas a organizações e instituições dinamarquesas.

Além de Minas Gerais também participam do curso representantes dos estados do Ceará, Espírito Santo, Goiás, Paraná, Rondônia e Santa Catarina.



A ATUAÇÃO DO CONTROLE EXTERNO EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

A Presidência, por meio da Portaria n. 23/PRES./2020, instituiu o Comitê de Coordenação das Ações de Acompanhamento das Medidas de Combate à Pandemia da COVID-19 adotadas pelo Estado e pelos municípios, ao qual foram conferidas as atribuições de estabelecer diretrizes para as ações de acompanhamento das medidas de combate à pandemia adotadas pelo Estado e pelos municípios de Minas Gerais, e de planejar as ações de orientação aos jurisdicionados, com o apoio da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo.

Com o intuito de garantir entregas eficazes e tempestivas às demandas relacionadas ao combate da pandemia do COVID-19, 93 (noventa e três) servidores e colaboradores foram divididos em equipes multidisciplinares, distribuídos em 9 (nove) grupos de trabalho.

Foram instituídos grupos para trabalhar com a emissão de orientações e com a realização de acompanhamentos, considerando os eixos temáticos principais:

- gestão financeira e orçamentária, prestação de contas e LRF;

- conformidade e desempenho das aquisições de bens e serviços;
- gestão de pessoal; e
- transparência.

Além desses, foi instituído um grupo de apoio aos demais, para gestão e distribuição do fluxo de demandas, padronizações dos processos de trabalho e para orientar os jurisdicionados sobre o funcionamento do TCE-MG, além de outros assuntos não incluídos nas competências dos demais grupos de trabalho.

O Comitê promoveu, conjuntamente com a Diretoria de Tecnologia da Informação desta Corte, o desenvolvimento do *hotsite* <https://www.tce.mg.gov.br/covid/>, disponibilizado no portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais ao final do mês de abril. Nesse ambiente, os gestores públicos e os cidadãos têm livre acesso aos normativos, às orientações expedidas pelo TCEMG, por outros órgãos de controle e pela Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção (ARCCO), indicações de sites de outros órgãos e instituições, tais como do governo federal, do Instituto Rui Barbosa (IRB), e do Webnar IBRAOP, que disponibilizam informações relevantes sobre logística pública no combate ao COVID-19, manuais e cursos a distância para gestores públicos, obras e serviços de engenharia em tempos de pandemia, dentre outros materiais instrutivos.

Além disso, o *hotsite* oferece um formulário para os gestores municipais preencherem com dados sobre as contratações e as aquisições relacionadas ao combate ao COVID-19, além de ter um *link* para o “Fale com o TCE”, um canal

para envio de dúvidas e questionamentos relacionados à pandemia.

A partir do formulário criado para o recebimento imediato dos dados com as aquisições realizadas no enfrentamento da pandemia, o TCEMG estruturou uma importante plataforma de transparência dos gastos realizados em todo o Estado. Com isso, potencializamos o exercício do controle social e de todos os órgãos de controle no Estado para buscar garantir o bom uso dos recursos públicos em benefício da sociedade.

Foram elaborados *dashboards* disponibilizados no *hotsite*, contendo lista de contratações informadas pelos municípios; demonstrativos de despesas dos municípios; demonstrativo de despesas do Estado; demonstrativo de repasses para municípios; e decretos de calamidade ratificados pela ALMG.

A partir do formulário de contratações e aquisições do *hotsite* COVID-19, com informações alimentadas diretamente pelos jurisdicionados, o TCEMG, até o dia 15/12/2020, recebeu informações de 23.276 aquisições de diversos municípios, correspondentes a R\$3.316.384.900,89 de gastos realizados pelos municípios em todo o Estado.

Além desses dados, apurou-se no Painel COVID-19 do *hotsite* que o Governo do Estado de Minas Gerais empenhou, até 02/12/2020, a soma de R\$1.904.775.641,55, considerados os empenhos dos projetos descritos na Lei n. 23.632/2020 e outros processos de compra cujos objetos mencionam o enfrentamento ao COVID-19.



Os Grupos de Orientação, instituídos pela Portaria n. 01/SCE/2020, receberam e responderam demandas por meio do Fale com o TCE (CRTCE), Central de Relacionamento com o

Período	Número de demandas recebidas e respondidas por tema					
	Gestão Financeira e Orçamentária	Aquisições	Gestão de Pessoal	Outros temas (grupo de apoio)	Portal COVID-19	TOTAL
Abr/2020 – Jan/2021						
Demandas analisadas	135	40	73	45	112	405
Respostas publicadas no site	39	22	15	0	9	85

A partir das respostas concluídas e dos estudos e pesquisas, em atuação preventiva, foram elaborados 11 (onze) ofícios-circulares do Presidente, destinados aos jurisdicionados, contendo orientações gerais sobre a legislação editada durante a pandemia para o combate à COVID-19; bem como orientação e nota técnica em conjunto com os demais integrantes da ARCCO.

Houve, ainda, a deliberação pelo Tribunal Pleno e publicação de acórdãos das Consultas n. 1.092.501, 1.092.248, 1.088.930, 1.092.268, 1.092.369 e 1.092.376, para as quais foram realizadas análises técnicas pelos Grupos de Orientação.

Os grupos de acompanhamento, instituídos pelas Portarias n. 2, 5, 6, 7 e 11/SCE/2020, ficaram responsáveis por desenvolver e implementar sistemática de controle concomitante relacionada aos temas para os quais foram designados, adotando como referência o Manual de Acompanhamento do Tribunal de Contas da União.

Seguem os dados atualizados até o dia 27/01/2021 do Acompanhamento da conformidade das aquisições de bens e serviços no Estado e Municípios, extraídos da ferramenta Acompanhamento COVID-19:

Jurisdicionado (CRJ), Ouvidoria e Protocolo, conforme detalhamento abaixo, atualizado até o final de janeiro de 2021:

Estado	Aquisições	Abrangência
Registros totais	1.647	43 órgãos
Registros classificados e estruturados	1.077	39 órgãos
Registros em análise	9	5 órgãos
Registros com análise concluída	136	24 órgãos

Municípios	Aquisições	Abrangência
Registros totais ⁵	52.076	853 municípios
Registros classificados e estruturados	7.253	590 municípios
Registros em análise	44	22 municípios
Registros com análise concluída	80	28 municípios

O Acompanhamento da transparência das contratações da COVID-19 e da transparência da saúde, baseada nas metodologias da Transparência Internacional e da *Open Knowledge*, elaborou análises iniciais, enviadas às Prefeituras e, após, foram feitas reanálises, sendo possível constatar a resolutividade do trabalho, pois muitos indícios de irregularidade foram sana-

⁵ É importante ressaltar que, dado a multiplicidade de fontes de informação que compõem o banco de dados das aquisições Covid, os valores referentes aos municípios na tabela acima estão superestimados, dado que diferentes fontes de informação contêm registros de um mesmo município, acarretando em duplicidade de registros.

dos na fase de manifestação, conforme os dados a seguir:

Acompanhamento dos Contratos	
Número de itens verificados	18722
Número de indícios de fragilidade identificados nos portais eletrônicos dos Municípios	7099
Número de fragilidades resolvidas após o envio do relatório preliminar para manifestação	1742
Benefício qualitativo efetivo inicial	24,5%

Acompanhamento da Saúde	
Número de itens verificados	14498
Número de indícios de fragilidade identificados nos portais eletrônicos dos Municípios	11125
Número de fragilidades resolvidas após o envio do relatório preliminar para manifestação	1927
Benefício qualitativo efetivo inicial	17,3%

	Processos de seleção verificados	Contratos temporários verificados	Processos de Seleção que possuem relação com a COVID-19	Contratos temporários que possuem relação direta com a COVID-19
Estado	40	10	40	10
Municípios	347	660 ⁶	145	373
Total	387	670	185	383

Cumpre-nos destacar que, durante os trabalhos de orientação e acompanhamento das medidas de combate à COVID-19, o Suricato desenvolveu diversas atividades estratégicas, entre elas a estruturação de banco de dados de aquisições, a atualização e consolidação da base de regis-

O Acompanhamento das **aquisições de bens e serviços** avaliou o desempenho das medidas de enfrentamento à pandemia, adotadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais e pelos municípios mineiros, elaborando relatórios e adotando outras medidas cabíveis quando identificadas irregularidades.

O Acompanhamento da **Gestão Financeira e Orçamentária** avaliou os controles orçamentários e financeiros aplicados sobre as contas municipais produzidas no período e as medidas adotadas para enfrentamento da pandemia em relação ao planejamento orçamentário para 2020, origem de recursos, gastos com saúde e assistência social, concessão de benefício tributário, suspensão de pagamento de dívidas com a União e Estado, realização de Operações de Crédito e transparência, tanto no âmbito estadual quanto municipal.

O Acompanhamento da **Gestão de Pessoal** analisou as contratações temporárias e os processos de seleção que os regulamentaram, realizados pelo Estado de Minas Gerais e em municípios, cujo motivador tenha sido o enfrentamento da pandemia da COVID-19. Foram levantados os seguintes dados atualizados até a data de 30/11/2020:

tros, checagem dos dados, elaboração de relatórios de conhecimento, estudos e análises baseadas em trilhas desenvolvidas, elaboração de matriz de priorização, elaboração e atualização de relatórios interativos e controle de duplicidades e redundâncias.

PROJETO “A EDUCAÇÃO NÃO PODE ESPERAR”

O projeto ‘A educação não pode esperar’ foi uma grande iniciativa destinada a minimizar os impactos no ensino provocados pelas ações de enfrentamento à COVID-19. Realizado em conjunto com outros Tribunais de Contas, com o IEDE (Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional) e com o Instituto Rui Barbosa – IRB, conforme o Termo de Cooperação Técnica n. 02/2020, envolveu, no Estado de Minas Gerais, a elaboração e aplicação de questionários e a realização de entrevistas, via telefônica, com os secretários de educação de doze municípios mineiros e com a secretaria da rede estadual de educação.

As informações colhidas foram encaminhadas ao IEDE e, com base nas respostas obtidas, foi elaborado pelos técnicos do TCEMG e de outros Tribunais um relatório com recomendações pertinentes à educação nos Estados. Foram identificadas as práticas pedagógicas utilizadas durante o período de suspensão das aulas presenciais, como o monitoramento de acesso às atividades e plataformas, os principais desafios à adaptação às atividades não presenciais e as expectativas em relação à aprendizagem dos alunos. As estratégias para possibilitar melhor aprendizagem no período foram mapeadas e estudadas e foi aferida a atuação e formação dos professores. Também foram tabuladas e sugeridas orientações aos responsáveis pelos estudantes quanto ao planejamento e à distribuição de alimentos ou vouchers, estudos para a volta às aulas presenciais e o levantamento das principais dúvidas das redes de ensino, perante o trabalho remoto.

O projeto “A educação não pode esperar” ofereceu recomendações e sugestões aos Tribunais de Contas brasileiros para apoiar a atuação dos gestores e dos profissionais da educação, proporcionando grande benefício à qualidade do ensino remoto.

LEI ALDIR BLANC - CGE

Em parceria com a Controladoria-Geral do Estado, nos termos do Acordo de Cooperação Técnica n. 06/2016, o TCEMG, por meio de ação integrada de fiscalização, cruzamento de dados, contribuiu para a identificação de possíveis servidores e empregados públicos vinculados a entidades da administração pública direta ou indireta estadual e municipal, beneficiários de recursos relativos à Lei Aldir Blanc, cujo recebimento de benefício é vedado nos editais disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria Estadual de Cultura.

AÇÕES ARTICULADAS PELO INFOCONTAS

Foi constituída, por meio da PORTARIA ATRICON n. 04/2020, uma comissão encarregada da elaboração, proposição e execução de um plano de trabalho conjunto entre os Tribunais de Contas brasileiros para produção de conhecimentos específicos referente ao tema “aquisição de equipamentos médicos diante da pandemia de coronavírus”, com vistas a ampliar a eficiência e a efetividade das ações de controle externo (especificamente a aquisição de respiradores e testes).

Em síntese, cada Unidade de Informação Estratégica executou procedimentos padronizados (definidos na fase de planejamento) com o objetivo de levantar informações/dados que foram remetidos (via Labcontas) para formar uma base consolidada nacional referente às aquisições no âmbito da pandemia do coronavírus. Esta etapa foi executada pelo Suricato.

Na sequência, o grupo designado pela ATRICON irá aplicar tipologias com o objetivo de gerar informações estratégicas que serão disponibilizadas para a ATRICON e remetidas para cada Tribunal de Contas.

⁶ Registre-se que se incluiu no montante destacado o total de, aproximadamente, 100 contratações temporárias celebradas por determinado município e que chegaram ao conhecimento do grupo através de demanda apresentada à ouvidoria deste Tribunal.

FISCALIZAÇÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL – CGU E CGE

No que tange ao trabalho conjunto com a Controladoria-Geral da União - CGU e Controladoria-Geral do Estado - CGE de fiscalização de eventuais fraudes no cadastro de pessoas que receberam o auxílio de R\$600,00 ou de R\$1.200,00 do governo federal em MG, em junho foi realizada pela equipe do SURICATO a extração dos dados solicitados pela CGU; foi encaminhado e depurado pela equipe do SURICATO o resultado do cruzamento realizado com a base de dados do governo federal; e foi assinada a Nota Técnica com a síntese do resultado do trabalho.

A TV Globo exibiu duas reportagens no dia 18/6/2020 sobre a ação, veiculadas no Jornal Nacional e MGTV. A matéria mostra um levanta-

tamento que identificou o pagamento irregular de auxílio emergencial a milhares de servidores públicos. O estudo checou os registros de pagamento do auxílio emergencial com as bases de pagamento de milhares de servidores públicos municipais, estaduais e federais.

De acordo com o levantamento, em Minas Gerais, duas parcelas do auxílio emergencial foram liberadas de forma irregular para mais de 16 mil servidores. “Muitos receberam o dinheiro de forma automática porque estavam legalmente cadastrados no Bolsa-Família ou no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)”, explicou a reportagem. A superintendente de controle externo do TCEMG, Flávia Alice Dias, concedeu entrevista à TV Globo. Flávia é responsável por supervisionar o trabalho técnico de fiscalização do Tribunal de Contas.



Os projetos estratégicos estão descritos em capítulos específicos destinados a essa finalidade, no final do documento.

CAPÍTULO II

INSTITUCIONAL

PALAVRA DO SUPERINTENDENTE



Além de assegurar o suporte necessário ao funcionamento do Tribunal, as unidades da Superintendência de Gestão e Finanças - SGF, na esteira da essência da gestão do biênio 2019/2020 e no âmbito de suas atribuições, focaram sua atuação no fortalecimento do papel educacional do Tribunal, na consolidação dos avanços tecnológicos, no aprimoramento do controle interno e no auxílio aos jurisdicionados na busca de receita em prol do cumprimento da missão institucional do Tribunal: exercer o controle da gestão pública de forma eficiente, eficaz e efetiva, em benefício da sociedade.

Como resultado, a infraestrutura da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo foi completamente revitalizada, destacando-se a modernização de suas instalações e a implantação do Núcleo de Educação à Distância (NEaD). Paralelamente, centenas de ações educacionais foram realizadas, atingindo jurisdicionados e o público interno do Tribunal. A pandemia imposta pelo COVID-19 impôs à Escola a realização de eventos virtuais, visualizados por mais de 46.000 pessoas. Igualmente, o Projeto Receitas, que objetiva aumentar as receitas tributárias próprias dos municípios mineiros, foi consolidado por meio de ações de capacitação, assim como foi fortalecida a oferta de cursos a distância, notadamente o curso de pós-graduação em Finanças Públicas na modalidade totalmente a distância, o primeiro do gênero no país. Com a implantação do Projeto Sob Controle, que visa o aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos pelas Controladorias

Internas e a melhoria da gestão pública, o Tribunal interagiu permanentemente com o controle interno e, com isso, conferiu efetividade ao controle preventivo. Destaca-se, ainda, o projeto Trilhas de Aprendizagem, que visa apoiar a busca do conhecimento de forma autônoma

A implantação da Governança de Pessoas também avançou no biênio. Nesse sentido, destaca-se a execução de 13 Projetos (08 concluídos e 05 em curso) do Programa Sistema Integrado de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento (SIGESP), que visa a automatização, integração e agilidade dos procedimentos da Diretoria de Gestão de Pessoas, e a Revisão do Mapeamento de Competências e Dimensionamento da Força de Trabalho do Tribunal.

Progressos também foram verificados no Projeto TCSIC, que tem por objetivo dotar o Tribunal de um sistema de gestão de custos visando subsidiar a tomada de decisão, além de atender às exigências legais, mediante a criação, por meio da Resolução n. 04/2020, de uma unidade de custos na estrutura organizacional do Tribunal.

Entregas importantes também ganharam corpo com a implantação da Conta Vinculada, mecanismo de gestão de riscos que visa assegurar o pagamento dos direitos trabalhistas de colaboradores terceirizados, e com a consolidação da implantação do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD), que propiciou ganhos significativos para o Tribunal, especialmente no que tange a economia de recursos.

Na área de Tecnologia da Informação a implantação da computação em nuvem iniciou uma nova era no Tribunal em termos capacidade de armazenamento de dados, disponibilidade, flexibilidade e redução de riscos de segurança da informação e de custos. Investimentos maciços também se fizeram presentes na segurança da informação, e no suporte e infraestrutura e no desenvolvimento de sistemas, destacando-se o incremento da segurança para acessos remotos e para proteção contra ações nocivas à rede, necessários em virtude do regime de trabalho remoto, a aquisição de licenças *Microsoft Office* 365 e de computadores portáteis e o desenvolvimento de inúmeras soluções de TI que propiciaram a agilização, melhorias e automação dos processos de trabalho do Tribunal, a exemplo do Programa Tribunal Digital.



Na Segurança Institucional cabe realçar as ações de atualização do sistema de controle de acesso e a manutenção e testes de funcionamento dos sistemas de alarme e de todos os equipamentos que integram o sistema de segurança instalado nas edificações do Tribunal, visando o fortalecimento da segurança das pessoas e do patrimônio do órgão.

Em 2020, a pandemia causada pelo COVID-19 compeliu o Tribunal a adotar inúmeras medidas de cuidados com a saúde, distanciamento social, higiene pessoal, monitoramento das condições de saúde, limpeza e higienização de ambientes, ambientes de refeições, transporte, gestão de pessoas e comunicação a fim de evitar contaminações e preservar a saúde e

a vida das pessoas. As unidades da SGF participaram decisivamente dessas ações, seja na composição do Comitê Gestor das Medidas Relativas à Prevenção e ao Contingenciamento do COVID-19, seja na execução das ações de cuidado e segurança adotadas para a prevenção do contágio da moléstia, seja na construção e implantação do Plano de Retomada das Atividades Presenciais no âmbito do Tribunal.

Por fim, em que pese todas as dificuldades e incertezas motivadas pelo novo coronavírus, a convicção é de que as unidades da SGF garantiram, com espírito de equipe, coesão e comprometimento, a sustentação necessária para a atuação do Tribunal e para o alcance dos resultados da gestão do biênio 2019/2020.

AÇÕES EDUCACIONAIS JUNTO AOS JURISDICIONADOS E PÚBLICO INTERNO DO TCEMG

A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo promove, por meio de ações de capacitação, o desenvolvimento profissional dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e a difusão de conhecimentos aos jurisdicionados, contribuindo para a efetividade do controle externo da gestão dos

recursos públicos. No biênio 2019/2020 a Escola de Contas desenvolveu e apoiou 314 ações educacionais nas modalidades presencial e a distância, capacitando um total de 27.082 pessoas, entre servidores e membros do TCEMG, jurisdicionados e sociedade civil.

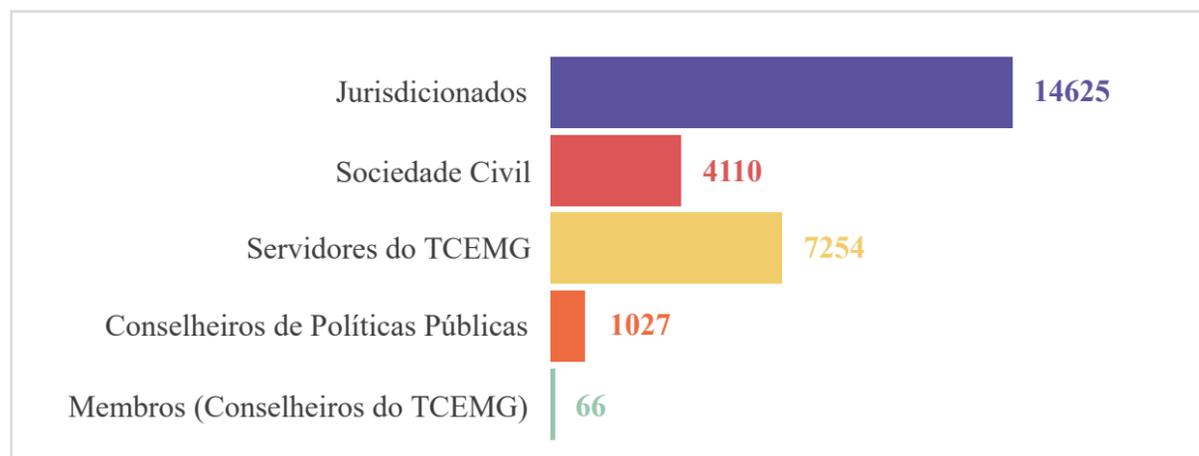
A pandemia do coronavírus e a modificação do regime de trabalho adotado pelo Tribunal em 2020 impactaram as ações da Escola de Contas, que desenvolveu e adequou seus projetos de capacitação para que pudessem atender às demandas exigidas por essa nova realidade. No levantamento a seguir consideramos a situação atual de algumas metas definidas no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG para o biênio 2019/2020, levando em consideração ações realizadas ou apoiadas pela Escola:

Indicador	Meta 2019	Atingido em 2019	Meta 2020	Atingido em 2020
Percentual de municípios do Estado de Minas Gerais abrangidos pelas ações de capacitação realizadas com base em diagnósticos do Tribunal [Indicador PPAG]	50% (426)	64% (542)	66% (563)	81,5% (695)
Número de pessoas capacitadas/orientadas [Indicador PPAG]	5.000	9.766	7.500	17.419
Média de horas de capacitação dos analistas de controle externo que exerçam atividades de fiscalização [Indicador PPAG]	40h	56h	42h	59,14h

Além disso, é possível perceber que, em sua maioria, os capacitados são jurisdiona-

dos do TCEMG, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Perfil de capacitados - N° de participações em ações de capacitação



No biênio 2019/2020 a Escola consolidou a oferta de cursos na modalidade a distância, aumentando significativamente o número de pessoas capacitadas por meio dessa modalidade de ensino. No total, 1.212 pessoas foram capacitadas.

Em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas, a Escola lançou o projeto **Trilhas de Aprendizagem**. Com uma proposta pedagógica moderna, as trilhas têm o objetivo de auxiliar os participantes a buscar o conhecimento de forma autônoma. Mediante o acesso de conteúdos em diversos formatos, o participante é o protagonista em seu desenvolvimento profissional e pessoal.

No biênio foram ofertadas as seguintes trilhas temáticas:

- Comprometimento Organizacional
- Principais aspectos da Lei 13.655/2018
- Controle Interno e Governança para municípios
- Programa Aprendendo a Recomeçar (PAR)

Cursos temáticos:

- Elaboração do Plano Anual de Auditoria
- Como elaborar Termo de Referência e Projeto Básico
- Arrecadação municipal: educar para arrecadar

De forma inédita no país, a Escola de Contas ofertou neste biênio um curso de pós-graduação na modalidade totalmente a distância, que teve início em fevereiro de 2020 com duas turmas que totalizaram 51 alunos, todos servidores efetivos municipais que atenderam aos requisitos determinados pelo edital de seleção. A aula inaugural, que recebeu os alunos na sede do TCEMG, aconteceu no dia 6 de fevereiro de 2020.

Por terem sido ofertadas a distância, as aulas não precisaram ser interrompidas durante a pandemia. A carga horária de **360 horas/aula** foi totalmente cumprida e, em fevereiro de 2021, **36 alunos** receberam o título de Especialistas em Finanças Públicas.

A Escola de Contas iniciou também, durante o biênio, duas novas turmas do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Finanças Públicas,

compostas por servidores efetivos e terceirizados do TCEMG e colaboradores de órgão parceiros.

- **Edital n. 3/2018** - O término das atividades letivas ocorreu no dia 18/12/2019 - **66 alunos** tornaram-se especialistas em Finanças Públicas.
- **Edital n. 2/2019** – As aulas tiveram início no mês de fevereiro/2020, mas precisaram ser interrompidas devido à pandemia do COVID-19. Em agosto de 2020, as aulas foram retomadas de forma remota. Das 432 horas/aula previstas para a conclusão do curso, **256 horas/aula** foram lecionadas.

Além dos alunos regularmente matriculados no curso de pós-graduação, **três disciplinas foram abertas de forma isolada** para servidores e funcionários que desejassem participar:

- Gestão do conhecimento, governança e qualidade de dados – 12 h/a
- Estatística descritiva e criação de indicadores de desempenho – 16 h/a
- Processo de contas - 16 h/a



Um significativo avanço desenvolvido pela Escola de Contas adveio da estipulação do isolamento social em função da Pandemia de COVID-19, período no qual foi formulada uma metodologia para realização dos eventos de capacitação de forma totalmente virtual. Os **eventos virtuais promovidos pelo TCEMG** alcançaram um público bastante satisfatório, superando em mais que o dobro a meta estipulada no planejamento, que era de 7.500 pessoas.

Evento	Nº de visualizações até 14/12/2020
Controle e avaliação de políticas públicas por tribunais de contas	416
Encontros Técnicos Virtuais – 6 módulos	18.845
Fórum Nacional de Auditoria - Edições II e V	9.616
Governança no Setor Público – Aspectos Práticos para implementação	745
III Encontro de Conselheiros de Educação	2.679
NBASP 12 – Valor e benefícios da atuação dos Tribunais de Contas para a sociedade	607
Ponto de Expressão - 2 eventos	2.811
Prefeito Ciente, Município Eficiente - 5 painéis	2.347
Tribunal do Futuro - 4 edições	8.183

Alguns dos eventos realizados foram: “Governança no Setor Público – Aspectos Práticos para implementação” e “V Fórum Nacional de Auditoria”. O primeiro, em busca de conferir maior eficácia aos resultados entregues, discutiu questões atuais sobre a importância do tema para a qualificação do serviço público prestado à sociedade e apresentou exemplos de boas práticas.

O segundo, por sua vez, teve como tema central Avaliação de Políticas Públicas e Controle Externo, com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho de fiscalização. O Fórum foi iniciativa do Instituto Rui Barbosa – IRB – para capacitar os servidores dos Tribunais de Contas na utilização das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

GRUPOS DE PESQUISA

Foram criados, no âmbito da Coordenadoria de Pós-Graduação, **seis** novos grupos de pesquisa no biênio 2019/2020:

1. A implementação dos procedimentos contábeis patrimoniais pelas entidades mineiras;
2. Financiamento da Educação Pública Básica sob a Ótica do Controle Externo;
3. Verificação da eficácia do mapeamento de

perfil profissional dos servidores recém-empossados no cargo de Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Minas;

4. Reflexos da pandemia nas concessões públicas;
5. O fortalecimento das redes de controle na educação: contribuições dos pareceres emitidos pelos conselhos de acompanhamento e controle social do FUNDEB para o aprimoramento do controle externo;
6. Nível de transparência ativa dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPSs) dos municípios mineiros e aferição de mecanismos para o aprimoramento do controle externo desses institutos.

ENCONTRO TÉCNICO

O Encontro Técnico TCEMG e os municípios de 2019 teve como tema **“O fortalecimento das receitas e o aprimoramento da gestão municipal”**. No total, os Encontros Técnicos certificaram **1.695 participantes e alcançaram 335 municípios**⁷, no decorrer do primeiro ano da gestão, tendo sido realizado: em Belo Horizonte nos dias 13 e 14 de junho; em Montes Claros, nos dias 8 e 9 de agosto; em Paraca-

⁷ Excluindo-se repetições de municípios que estiveram presentes em mais de um encontro.





tu, nos dias 22 e 23 de agosto; em Alfenas, nos dias 12 e 13 de setembro; em Ipatinga, nos dias 03 e 04 de outubro; em Patrocínio, nos dias 07 e 08 de novembro; e em Juiz de Fora, nos dias 21 e 22 de novembro. Neles, foram ministradas palestras sobre o Controle com desenvolvimento, Eficiência na arrecadação tributária, Aproximação entres os controles, Empreendedorismo e fomento à economia local, Consolidação do Programa Na Ponta do Lápis, como também debates sobre Tomadas de Contas especiais e prevenção de ilícitos e, ainda, exposição do Projeto Receitas Públicas Municipais.

A novidade dos Encontros Técnicos de 2019 foi a apresentação de boas práticas e casos de sucesso que resultaram em melhorias na gestão dos recursos públicos municipais, especialmente na área tributária. Além disso, os participantes puderam realizar atendimentos nos estandes do TCEMG relacionados a Ouvidoria, Cadastro de Agentes Públicos de Minas Gerais (CAPMG), *App* Na Ponta do Lápis, Sistema Informatizado de Contas dos Municípios – SICOM –, sobre o Sistema de Informações de Serviços e Obras Públicas – SISOP – e sobre o Espaço do Controle Interno – ECI – para esclarecimento aos participantes.

Essa importante ação da Escola de Contas teve apenas uma edição presencial em 2020, no município de Guaxupé. Devido à pandemia, o for-

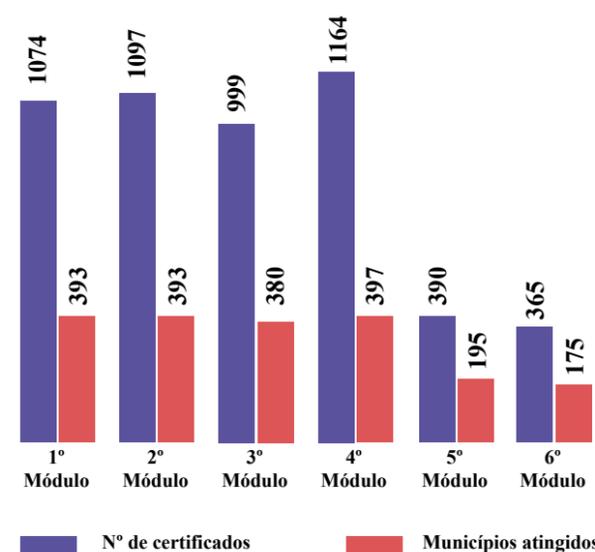
mato do evento presencial foi convertido para virtual, a fim de que a oferta dessa capacitação para municípios jurisdicionados não fosse interrompida. A partir de junho de 2020, a Escola de Contas iniciou uma série de 6 módulos do **Encontro Técnico Virtual TCEMG e os Municípios**, com o tema “A atuação do controle em tempos de pandemia”.

No primeiro módulo, as palestras ministradas abordaram os temas Lei de Responsabilidade Fiscal, Transparência e Licitações. No segundo módulo, os palestrantes abordaram os tópicos A atuação do controle interno em tempos de crise, O regime das contratações no contexto da pandemia e O acompanhamento dos atos de pessoal. No terceiro módulo, as palestras versaram sobre Serviços de engenharia, Gestão orçamentária e Transferências de recursos. No último módulo, o tema Os desafios da Educação Pública em tempos de Pandemia. O módulo contou com debates acerca dos impactos da pandemia no financiamento da Educação Pública, as fiscalizações (na modalidade acompanhamento) da gestão da saúde e da educação feitas pelo TCEMG e a importância do trabalho em rede para a Educação Pública em tempos de pandemia.

Os eventos foram um sucesso de público e alcançaram um total de **570 municípios mineiros**² certificando **5.089 pessoas**. A seguir apresentamos os números dos eventos de 2020:

² Excluindo-se repetições de municípios que participaram de mais de um módulo

Encontro Técnico Virtual TCEMG e os municípios: nº de pessoas certificadas e nº de municípios atingidos por módulo



PARCERIAS INSTITUCIONAIS

FÓRUM MUNICIPAL PERMANENTE DE EDUCAÇÃO

O Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte foi instituído no Plano Municipal de Educação (o PME, aprovado pela Lei n. 10.917/2016) e tem como objetivos elaborar e divulgar avaliações periódicas sobre o alcance das metas e estratégias previstas no PME e propor políticas públicas para assegurar a implementação dessas estratégias e o cumprimento das metas. O TCEMG possui cadeira cativa nesse Fórum e é representado pela diretora da Escola de Contas.

PROJETO INTEGRAR

Desenvolvido em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e nove Tribunais de Contas brasileiros, o Integrar pretende melhorar a atuação do sistema de controle externo brasileiro. O ob-

jetivo é criar uma estratégia sistematizada e coordenada para seleção de auditorias com base em risco, que contribuirá para o aprimoramento dos serviços prestados ao cidadão na área da educação. A diretoria da Escola de Contas atua como ponto focal do Tribunal no projeto.



COMITÊ TÉCNICO DE EDUCAÇÃO DO INSTITUTO RUI BARBOSA

A diretoria da Escola de Contas integra o Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa – IRB, responsável pela coordenação das ações da plataforma TC Educa e tem acordo firmado com o IEDE – Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional - para a realização de atividades de capacitação, intercâmbio e cooperação técnico-científica para a realização dos estudos “Educação que faz a diferença” e “Educação não pode esperar”. Representa o IRB no “Pacto Nacional pela Primeira Infância” que, por meio de parcerias importantes com diversos órgãos brasileiros, pretende efetivar direitos previstos legalmente para a população brasileira nos primeiros anos na escola.



TCEMG E TRIBUNAL DE CONTAS DE MOÇAMBIQUE

Em 2019 o TCEMG recebeu uma delegação de 12 auditores do Tribunal Administrativo de Moçambique, que vieram participar do curso “Auditoria como instrumento de controle para o aprimoramento da administração pública municipal”. Os visitantes participaram de 40 horas de atividades no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, entre palestras, cursos e visitas técnicas, e puderam conhecer os tipos de auditorias feitas nos municípios (conformidade, operacional, financeira), seu levantamento e monitoramento, a metodologia utilizada, procedimentos, técnicas, modelos de trabalho, produto final e regulamentação.



TCEMG E PUC MINAS

Dois projetos marcaram a parceria entre o Tribunal de Contas e a Universidade Católica de Minas Gerais neste biênio:

Tecnologia para Acessibilidade aos Bens Culturais: audiodescrição da Casa dos Contos do Estado de Minas Gerais: O projeto que visa promover a acessibilidade do acervo da Casa dos Contos pelos deficientes visuais desenvolveu uma audiodescrição da exposição. O trabalho foi validado pelos alunos cegos do Instituto São Rafael em visita ao TCEMG.



E o “Controle e avaliação de Políticas Públicas por Tribunais de Contas”: painel virtual sobre a “Academia e Controle Externo com foco na Avaliação de Políticas Públicas e seu protagonismo no orçamento público”, entendendo a função da receita e da despesa em relação à demanda da sociedade. O painel foi realizado em parceria com o Programa de Pós-Graduação em direito da PUC Minas e o Instituto de Estudos Fiscais.



PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Com vistas à obtenção de resultados efetivos para o alcance do desenvolvimento sustentável, ressalta-se a participação do Tribunal no I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, realizado em Foz do Iguaçu, de 11 a 14 de novembro de 2019, para debater o controle externo contemporâneo. O evento proporcionou oportunidade para discutir o aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas, direcionado à efetivação das políticas públicas, baseado no compromisso com a boa governança dos recursos públicos, nas ações pedagógicas que reduzem danos ao erário, no diálogo e nas parcerias interinstitucionais, como meio para o enfrentamento de problemas atuais do Brasil.

Em 2020 o TCEMG participou também do VII Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, realizado nos dias 19 e 20 de novembro, em formato *online*, com o tema central “O olhar para o novo: o Tribunal de Contas contemporâneo e o mundo pós-pandemia – mudanças no Controle Externo e mudança na sociedade”.

O evento é fruto de parceria entre a Atricon, IRB, Abracom e Audicon. Entre as várias abordagens, elucidaram que os Tribunais de Contas são constitucionalmente legitimados para a fiscalização das políticas públicas e da boa aplicação dos recursos públicos. As políticas públicas devem materializar os direitos assegurados a todos os cidadãos e sua avaliação é um novo produto e se diferencia em alguns pontos de Auditoria Operacional. Nesse caso, é preciso selecionar as auditorias em ordem prioritária, como quesito fundamental para o alcance da efetividade das políticas públicas.

O Tribunal participou também das edições do AMM nos Municípios: Encontro *online* nas Microrregionais, organizado pela Associação Mineira de Municípios – AMM. Os eventos fazem parte do projeto Desenvolve Minas Gerais, fruto de parceria entre a AMM e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. O Tribunal de Contas e o Governo do Estado, juntamente com outras entidades, apoiaram o evento.

Destaca-se ainda a participação no VI Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas, realizado no formato virtual, nos dias 23 e 24 de novembro de 2020, promovido e organizado pelo Instituto Rui Barbosa e pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia, com o objetivo de discutir as políticas públicas e experiências dos Tribunais de Contas. Entre as palestras e atividades, o TCEMG participou do painel Experiências dos Tribunais de Contas em Avaliação de Políticas Públicas.

O Congresso reuniu palestrantes nacionais e internacionais para multiplicação de conhecimento e intercâmbio de experiências, com o objetivo de melhorar a gestão pública e o aperfeiçoamento dos TCs nacionais. O evento foi transmitido pela página oficial do TCE da Bahia no *Youtube* e reuniu membros, procuradores e técnicos do Sistema Tribunais de Contas, além de instituições interessadas e envolvidas no controle externo da gestão pública.

O evento teve o propósito de estimular os três compromissos fundamentais do Instituto Rui Barbosa: integração, inovação e internacionalização. A integração se consagra na participação de todos os Tribunais de Contas do Brasil, jurisdicionados e academia; a inovação na apresentação e reflexão de temas atuais que refletem a

busca constante dos órgãos de controle por uma atuação relevante em benefício dos cidadãos; e a internacionalização com a participação de palestrantes internacionais compartilhando temas e tendências do mundo globalizado.

Enfatiza-se ainda a participação do Tribunal de Contas no XXV Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento, entre os dias 24 e 27 de novembro de 2020, com o tema a Reforma do Estado e da Administração Pública, realizado pelo Governo de Portugal. O TCEMG, no dia 27/11, participou do painel com o tema *A imprescindibilidade da tecnologia como meio de transparência e participação cidadã no controle de efetividade das políticas públicas* e apresentou as ferramentas desenvolvidas nos últimos anos: *Na Ponta do Lápis e Lupa de Minas*.

Houve ainda a participação no III Seminário Nacional Educação é da Nossa Conta, nos dias 10 e 11 de março de 2020, na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, em Salvador. Constatou-se a programação do Seminário a apresentação do Aplicativo Na Ponta do Lápis, criado pelo TCE mineiro, e de outras boas práticas utilizadas pelos Tribunais de Contas para monitoramento e avaliação das políticas públicas educacionais.

TERMOS E PARCERIAS ASSINADOS

O Tribunal assinou o Compromisso dos Tribunais de Contas com a Educação. O documento destaca o direito à educação, “patrimônio jurídico inalienável dos brasileiros” e propõe um compromisso com os dispositivos constitucionais, que devem garantir a educação a todos por meio das políticas públicas coordenadas. Além disso, aderiu ao projeto nacional “Educação que Faz a Diferença”, visando mapear as redes de ensino municipais do País com bons resultados no ensino fundamental. O projeto procede de parceria entre o Instituto Rui Barbosa e o Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional.

Em outro contexto, com vistas a garantir mais eficiência ao serviço prestado à sociedade, enfatiza-se o Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 04 de novembro, pelo Tribunal de Contas e pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais - TRE/MG, intermediado pela União. O termo tem o objetivo de trocar informações recebidas e geradas pelos sistemas de informação CAPMG e SICOM, criados pelo TCEMG, e o Sistema de Informações de Óbitos e Direitos Políticos (InfoDIP) e o Sistema de Informações Eleitorais (SIEL), geridos pelo TRE/MG. A integração do acesso aos dados recebidos pelas plataformas digitais visa contribuir para a tomada de decisão pelo Tribunal de Contas nas ações de controle externo, bem como otimizar o desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas no âmbito das atribuições do Tribunal Eleitoral de Minas. O Acordo seguiu as recomendações da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais que entrou em vigor em setembro de 2020.

Ressalta-se o Acordo de Cooperação Técnica n. 001/2020, assinado com o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, vigência por 60 (sessenta) meses. O objeto do Acordo é a conjugação de esforços entre os partícipes, mediante ações institucionais, no âmbito de suas respectivas competências, e ações conjuntas de orientação aos gestores públicos com o objetivo de tornar mais célere e eficaz a recomposição das receitas públicas municipais, tendo em vista que o Poder Judiciário se encontra instalado em várias regiões de Minas Gerais.

TCEMG - 85 ANOS

Em 09 de setembro de 2020, o Tribunal completou 85 anos de existência com a nobre função de fiscalizar o dinheiro público e orientar Estado e Municípios sobre boas práticas de gestão pública. Para comemorar essa data, foi lançada a Linha do Tempo comemorativa pelos 85 anos do Tribunal, com fatos históricos envolvendo seu desempenho desde sua fundação. No decorrer desse período, é notável o aprimoramento do controle externo para a prestação de serviço de qualidade no cumprimento de suas atribuições. O cidadão, cada vez mais exigente acerca da boa gestão dos recursos pú-

blicos, cobra das instituições públicas serviços com qualidade e eficiência. Para o devido cumprimento de sua missão constitucional, como guardião do erário, nesses 85 anos, o TCEMG sempre buscou aperfeiçoar sua atuação como forma de auxiliar gestões públicas a se tornarem mais eficientes e eficazes, na implementação de políticas que atendam, de fato, aos anseios da sociedade. Confira no link abaixo a reportagem da TV TCE sobre o lançamento da Linha do Tempo: <https://www.youtube.com/watch?v=-j2QrbAfEx0>

PREMIAÇÃO CONIP 2020

Em 2020 o Tribunal de Contas foi o grande vencedor do Prêmio CONIP 2020 de Excelência em Inovação no Judiciário e Controle, na categoria Órgãos de Controle, com o trabalho Inovação e tecnologia no controle externo: Política de Fiscalização Integrada Suricato. O Prêmio tem como objetivo identificar e divulgar as iniciativas de modernização do Poder Judiciário e dos órgãos de controle que trazem contribuição para o fortalecimento da cidadania e da gestão pública.

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

Como desdobramento do projeto de Gestão do Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT) Integrado à Gestão por Competências, concluído na gestão do biênio 2017/2018, foi executada a atividade de Revisão do Mapeamento de Competências e Dimensionamento da Força de Trabalho do Tribunal.

Em termos práticos, essa atividade consiste em orientar todos os gestores do Tribunal para manterem atualizadas as informações referentes ao mapeamento de competências e ao Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT), conforme a metodologia adotada para a respectiva unidade.

Com base nas atividades relacionadas à revisão dos MAPs, que possibilitou a realização do

DFT nas unidades que adotaram essa metodologia, a lotação e mudança de lotação dos servidores passaram a ser norteadas por critérios objetivos, viabilizando o atendimento das demandas a partir de critérios técnicos, observada a Resolução n. 01/2017, que dispõe sobre os procedimentos de lotação e movimentação interna de servidores efetivos do Quadro de Pessoal deste Tribunal.

Para monitoramento e aprimoramento da gestão do dimensionamento da força de trabalho foram definidos indicadores estratégicos, que consistem na apuração de percentual de adequação da mudança de lotação dos servidores ao dimensionamento da força de trabalho e no percentual de adequação do perfil profissional do servidor ao perfil requerido para as atividades a serem desempenhadas em cada unidade.

CONTA VINCULADA

Em torno de 70% dos gastos de custeio do Tribunal referem-se a contratos de terceirização com *dedicação exclusiva* de mão de obra. Para assegurar os recursos necessários ao cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada, bem como para a segurança jurídica dos gestores e fiscais de contrato, o Tribunal instituiu a ferramenta conhecida como Conta Vinculada por meio da Portaria n. 76/PRES./2019.

Na prática, mediante esse mecanismo, o Tribunal, ao invés de permitir que as contratadas provisionem, ao longo da execução contratual, os valores para o pagamento de férias, adicional de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias (multas do FGTS) dos trabalhadores terceirizados, retém das notas fiscais/faturas esses valores e os deposita em Conta-Depósito Vinculada, cuja movimentação condiciona-se à autorização expressa do Tribunal, quando esses trabalhadores fizerem jus à percepção desses direitos.

Com isso, o Tribunal previne e garante o cumprimento dos direitos dos terceirizados em casos de inadimplência, insolvência ou inobservância no cumprimento de legislação social e trabalhista por parte da contratada.



AÇÕES DESENVOLVIDAS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 1.500 licenças perpétuas do Software McAfee ETP renovadas e aquisição de 300 licenças novas, permitindo a atualização dos antivírus e antimalwares de todos os dispositivos do Tribunal, inclusive nos móveis, protegendo e bloqueando ações nocivas à rede;
- 500 certificados digitais em dispositivos de armazenamento (*token*) adquiridos e gerenciados para incremento da segurança nos acessos remotos do programa de Teletrabalho e nos demais acessos fora do Tribunal;
- 200 licenças adquiridas para permitir duplo fator de autenticação no acesso às VPNs (Teletrabalho e acessos externos), através da utilização do FortiToken;
- Aquisição de ferramenta de segurança (Fortiauthenticator), possibilitando a utilização de duplo fator de autenticação para acesso à rede do Tribunal;
- Contratação do serviço de atualização das ferramentas de filtragem da internet (Webgateway), de fundamental importância no gerenciamento das informações que entram e saem do Tribunal através da rede pública;

- Aquisição de software com a função de CASB (Agente de Segurança para o Acesso à Nuvem), possibilitando o controle de usuários a serviços fora do ambiente do Tribunal;
- Início dos serviços de análise de vulnerabilidades nos sistemas e nos ativos de TI do Tribunal, permitindo identificar possíveis falhas de intrusão e sua consequente reparação;
- Conclusão da implantação do SIEM (Solução de Gestão de Eventos e Incidentes de Segurança), permitindo a coleta e gerenciamento dos logs de todas as ferramentas de segurança para alerta e ação imediata em casos de incidentes no Tribunal;
- Aquisição de ferramenta NAC, de Controle de Acesso à Rede, e E.M.S., de proteção avançada para endpoints.

SUPORTE E INFRAESTRUTURA DE TI

- 2.000 licenças adquiridas, da ferramenta Microsoft Office 365, que proverá capacidade técnica para pleno funcionamento do Tribunal de forma remota, realização de sessões plenárias digitais e reuniões em regime de videoconferências;
- 100 computadores portáteis (*notebooks*) adquiridos para melhorar a infraestrutura do trabalho remoto;
- Migração do *software* de gestão da Biblioteca do Tribunal (De “Siabi” para “Sophia”);
- Aperfeiçoamento da arquitetura VDI para o Teletrabalho;
- Atualização de *softwares* do parque de servidores;
- Assinatura de contrato *Link* 1GB e implantação do serviço visando o tráfego de dados de aplicações corporativas, tráfego de voz e imagens, videoconferência e acesso à Internet;

SISTEMAS INFORMATIZADOS

- Concepção e construção de solução para gestão de receitas municipais, envio da prestação de contas do exercício por meio do sistema e-TCE, sistema para recebi-

mento das prestações de contas de órgãos e entidades estaduais, e-Certidão no Sistema de Contas dos Municípios (SICOM), nomeadamente limites e competência tributária, Lupa de Minas, incluindo módulos COVID-19, Servidores e Concursos, novos módulos do SICOM (recebimento de dados estruturados e documentos de procedimentos licitatórios, obras, portal SICOM Consulta, formulário e portal do COVID-19), fluxo de documentos sigilosos, módulo DFT e Funcionalidades Administrativas no Sistema de Gestão e Gerenciamento de Processos (SGAP), SISOP (portal com relatórios gerenciais e operacionais do módulo de obras e edital do SICOM), Atos de Pessoal Eletrônico, Mina de Dados, PCA Análise e FOCUS.

- Gestão, manutenção, adaptação, evolução e melhoria dos processos e ferramentas de desenvolvimento de soluções de softwares aplicativos utilizados no Tribunal, tais como implementação de aperfeiçoamentos no SGAP e e-TCE para adequação à realidade do COVID-19, SGAP BI (1ª Fase), rotinas de cargas do SICOM, cargas e evolução do TCEduca, SECMULTAS 2.0, automatização de testes no SICOM Remessa, reestruturação de carga e modelagem da base de dados do SICOM BI, documentação do SGAP, ajustes e adequações na PCA 2020.

NOVA CADEIA DE VALOR

A Resolução n. 07/2020 aprovou a **nova Cadeia de Valor do TCEMG, na sessão do Tribunal Pleno realizada no dia 11 de novembro de 2020**. No ano de 2020 o Escritório de Processos e Projetos Estratégicos consolidou todos os processos de trabalho do TCEMG levantados durante o ano de 2019. O trabalho de consolidação incluiu a comparação com processos registrados na Cadeia de Valor do ano de 2015, a aglutinação de processos, a exclusão de processos e a inclusão de 17 novos processos de trabalho. Após essa etapa foi realizada a vinculação dos processos de trabalho aos macroprocessos e a validação dos novos macroprocessos. A nova Cadeia de Valor pode ser

acessada por meio do *link* https://www.tce.mg.gov.br/img/Informativo/2020/cadeia_de_valor_2020.pdf

GESTÃO DA INOVAÇÃO

O Programa de Inovação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais foi instituído pela Resolução n. 03/2020 e tem como objetivo estimular e apoiar a geração de ideias e de soluções inovadoras que tenham a finalidade de solucionar problemas, de agregar valor e de qualificar as atividades inerentes ao controle externo.

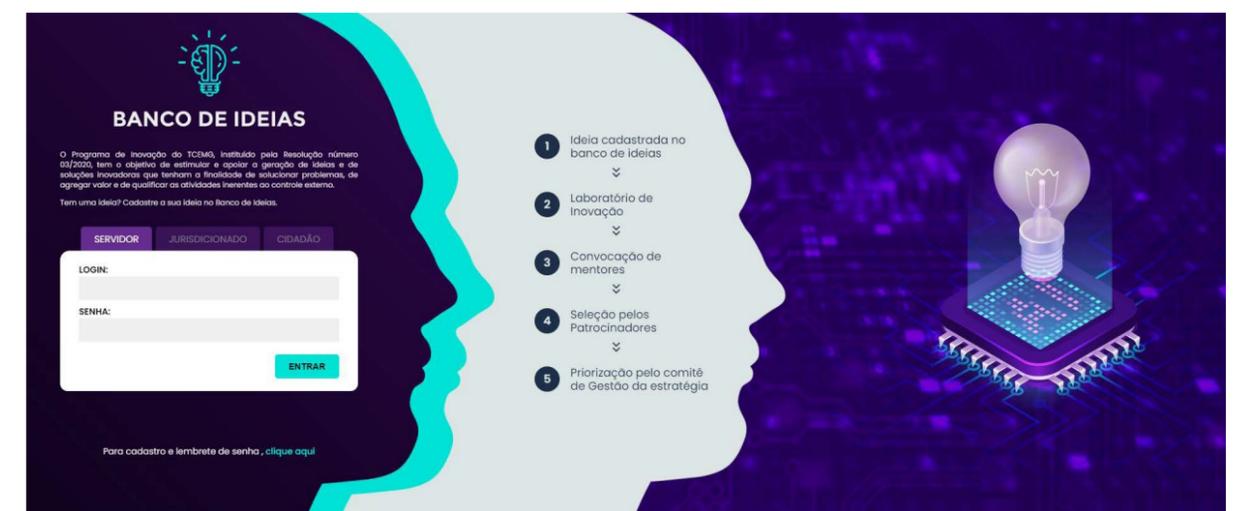
Para a elaboração do Programa de Inovação no TCEMG foram considerados os valores institucionais definidos no Plano Estratégico do Tribunal e a Meta n. 16.6 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS da Organização das Nações Unidas – ONU, a qual visa desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, além dos princípios da inovação aberta.

Os pilares do Programa de Inovação do TCEMG são: implementação e gestão do Banco de Ideias em plataforma digital; implantação do Laboratório de Inovação do TCEMG; implementação de Programa de Mentoria; realização de eventos de capacitação.

O Banco de Ideias tem como objetivo permitir a participação de servidores/colaboradores do TCEMG, além de jurisdicionados e cidadãos na geração de ideias inovadoras, que contribuirão para o alcance dos objetivos estratégicos do Tribunal. Ele foi implementado de forma pioneira em dezembro de 2020 e funciona como uma incubadora de ideias, permitindo a contribuição de todos, o que torna o processo de inovação e escolha de projetos muito mais democrático e horizontal. Conforme o Art. 5º da Resolução n. 03/2020, “As ideias cadastradas consideradas viáveis serão objeto de processo de seleção com a participação dos principais patrocinadores do TCEMG”.

Já o Laboratório de Inovação do TCEMG é um ambiente de experimentação, onde a pessoa que compartilhou a sua ideia terá a oportunidade de refiná-la com a ajuda da equipe da DGEI e de mentores.

A equipe do Escritório de Processos e Projetos Estratégicos foi a unidade responsável por implantar a dinâmica do Laboratório de Inovação, que utilizará ferramentas e oficinas para auxiliar os inscritos na formatação e detalhamento das ideias de forma que essas possam ser apresentadas como projetos viáveis e sustentáveis. O Laboratório do TCEMG utilizará a metodologia *design thinking* para melhor identificar o estágio da ideia inscrita, além de outras metodologias e ferramentas que considerar interessantes.





De acordo com a pesquisa realizada pela servidora Ana Karina O. Milhomem, um laboratório de inovação visa gerar novos produtos, serviços ou orientar a reformulação de processos de trabalho por meio de melhorias que podem ser de ordem incremental e disruptiva.

Um espaço designado para a inovação atualmente já é uma realidade no Tribunal de Contas, a Sala das Ideias. Esse espaço estimula a criatividade e possui a capacidade de adaptação a diferentes contextos.

Com as mudanças trazidas pela Pandemia do COVID-19, o Laboratório de Inovação do TCEMG também poderá realizar suas atividades utilizando ferramentas como Miro, Google Meet, Zoom, Teams, Trello, entre outras.

Por fim, o Programa de Mentoria é um instrumento que visa ao aprimoramento de uma ideia inovadora por meio do auxílio oferecido por um profissional, tanto do TCEMG quanto de outras organizações, cuja trajetória se destaque nas áreas de interesse desta instituição, buscando compartilhar experiências com o mentorado e promover o desenvolvimento de competências essenciais para o amadurecimento de sua respectiva ideia.

Os principais objetivos do Programa de Mentoria são: propiciar a conexão entre mentores e mentorados, utilizando-se de um Banco de Mentores Voluntários selecionados para esse fim, agregando capital humano ao desenvolvi-

mento das ideias inovadoras inscritas no Banco de Ideias; proporcionar acesso a mentorias nas áreas pertinentes às suas propostas de ideias cadastradas no Banco de Ideias para desenvolvimento e aperfeiçoamento; proporcionar, aos mentores voluntários, aprimoramento profissional em suas áreas de atuação, por meio da realização de mentorias, bem como reconhecimento de sua contribuição no desenvolvimento de projetos de relevância para o Tribunal e a sociedade.

O primeiro edital para seleção de mentores voluntários para o TCEMG foi publicado no dia 16 de novembro de 2020: <https://www.tce.mg.gov.br/IMG/2020/edital%20mentores%20voluntarios.pdf>

Além disso, a Resolução n. 3/2020 ainda prevê a realização de uma série de eventos de capacitação, como pode ser observado nos incisos III e IV do Art. 2º, que diz que o Programa de Inovação será efetivado mediante:

III – realização de eventos de inovação por meio de workshops, palestras e demais atividades, com tempo e espaço próprios para discutir, disseminar e incentivar a inovação;

IV – capacitação de recursos humanos sobre o tema da inovação, entendida como forma de atuação empreendedora, dinâmica e criativa conforme o Plano Estratégico.

A Portaria n. 51/2019 instituiu, ainda, o Dia da Inovação Ada Lovelace no TCEMG com os objetivos de incentivar a inovação e o crescimento tecnológico e científico para aperfeiçoar a atuação do órgão, além de inspirar e incentivar os servidores ao desenvolvimento de trabalhos voltados às áreas do Controle Externo.

Celebrou-se em 2020 o segundo ano de comemoração do Dia da Inovação Ada Lovelace TCEMG. Em virtude da Pandemia de COVID-19, o Dia da Inovação foi realizado de forma remota e transmitido pela TV TCE no *Youtube*. Neste ano participaram do evento o Conselheiro Sebastião Helvecio, a servidora e coordenadora do Escritório de Processos e Projetos Estratégicos, Bárbara Couto e a Doutora Waleska Caiáffa, que recebeu homenagem da Corte de Contas pelos seus relevantes trabalhos científicos e de inovação.



Comemoração do Dia da Inovação Ada Lovelace no TCEMG.

NOVO PLANO ESTRATÉGICO



Dentre as atividades relevantes na gestão, destacamos a elaboração do novo **Plano Estratégico do Tribunal de Contas para o período de 2021 a 2026** iniciada com a abertura do ciclo de revisão e formulação na sessão do Pleno do dia 04 de setembro de 2019, oportunidade em que foram apresentadas a logomarca e a identidade visual desenvolvidas para o projeto Estratégia 2026.

Principal destaque na elaboração do novo plano estratégico foi a ampla participação de toda a Casa. Gestores, servidores e colaboradores apresentaram sugestões e explicitaram o que querem para o futuro da Instituição, por meio da *Árvore dos Desejos* e em outros momentos, nas atividades do *webnário* Tribunal do Futuro e em outras atividades desenvolvidas.

O *webnário* Tribunal do Futuro foi um evento realizado com objetivo de fomentar a discussão de temas altamente relevantes para a atuação dos órgãos de controle, como parte do processo de Formulação da Estratégia. Realizado com o apoio do Instituto Rui Barbosa – IRB, esse Seminário abordou temas como Atuação colaborativa dos Tribunais de Contas no enfrentamento à crise, em busca do benefício do controle externo para uma boa governança pública. Na ocasião, os debates e discussões acerca do tema permitiram que servidores, gestores, sociedade civil e terceiro setor tivessem um canal para interagirem sobre a atuação dos Tribunais nesse momento emergencial, e as palestras chegaram a atingir mais de três mil visualizações na página do Tribunal na plataforma do *Youtube*.

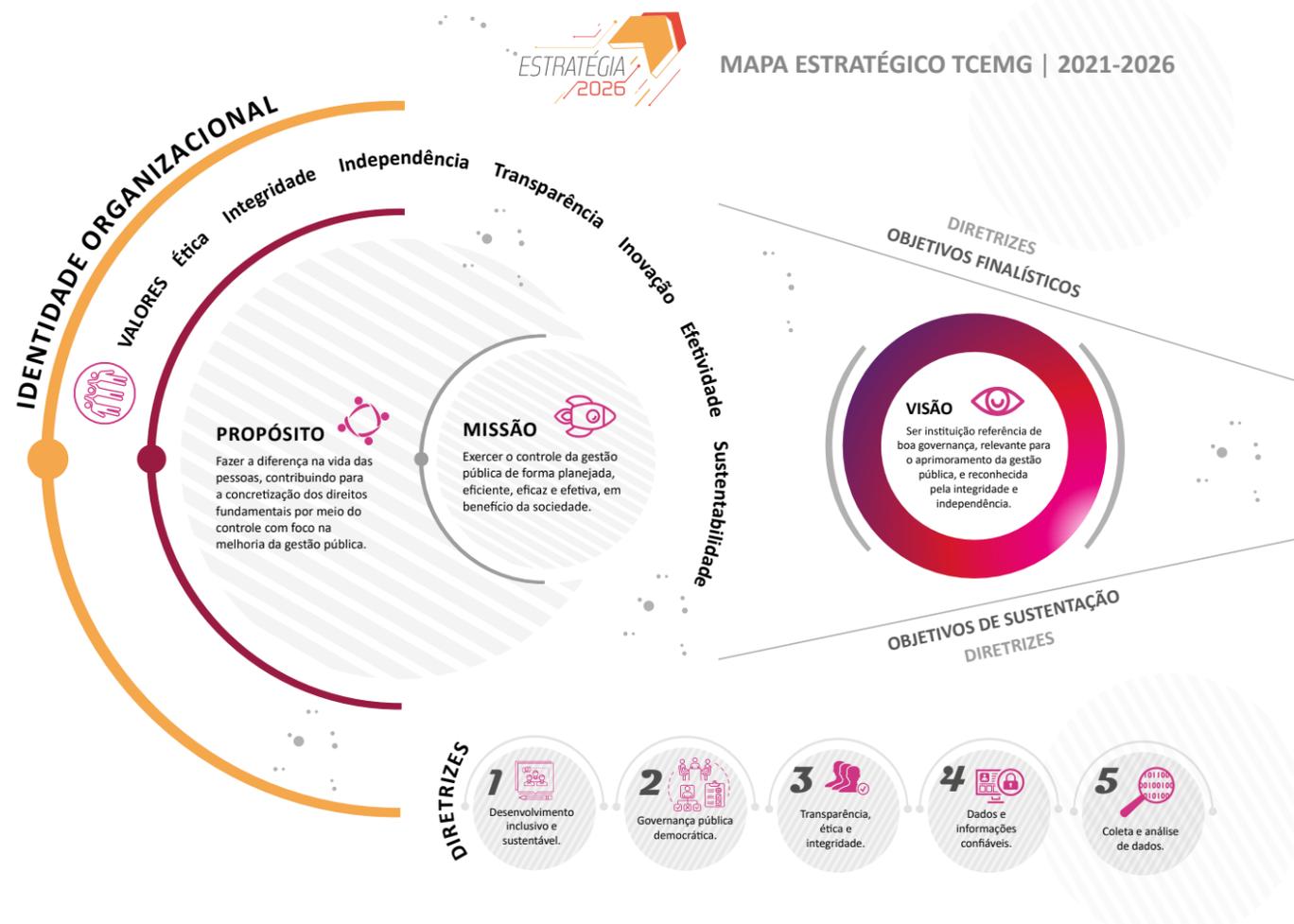
Outro tema relevante abordado no segundo *webnário* foi a Tecnologia, Inteligência Artificial e Tribunais. No evento, os palestrantes discutiram sobre as tecnologias disponíveis e necessárias à atuação dos Tribunais de Contas, compartilhando seus entendimentos sobre as soluções tecnológicas para a construção de bases de informações mais seguras, úteis e inclusivas. Na terceira edição do *webnário*, o tema central foi Agenda 2030, que trouxe a discussão sobre o papel dos Tribunais de Contas no fomento e fiscalização do alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda da ONU (Organização das Nações Unidas). Uma das propostas da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores – *Intosai* (reconhecida pela ONU como

órgão consultivo) aos Tribunais de Contas é realizar auditorias de desempenho que examinem a economia, a eficiência e a eficácia dos programas governamentais que contribuem para os objetivos de desenvolvimento sustentável. Outra proposta é ser modelos de transparência em suas próprias atividades.

O quarto e último painel do *webnário* abordou o tema avaliação de políticas públicas, promovendo uma reflexão sobre o futuro nesse contexto. No evento, os palestrantes debateram sobre como as políticas públicas podem ser aferidas, com abordagens desde o seu planejamento, passando pela influência da política na vida em sociedade na gestão democrática.

Abordaram também a importância da avaliação na administração pública e a função dos Tribunais de Contas.

Um dos principais produtos nesse plano direcionador do TCEMG para os próximos 06 anos é a revisão da sua identidade organizacional e elaboração dos objetivos estratégicos e iniciativas estratégicas que vão nortear o caminho institucional rumo à visão de futuro. Abaixo apresentamos a identidade organizacional e os objetivos estratégicos.



OBJETIVOS FINALÍSTICOS

- ✓ Criar sistemática institucionalizada de monitoramento das ações e decisões do Tribunal, que possibilite registrar e mensurar seus resultados e o benefício gerado para a sociedade.
- ✓ Aprimorar a comunicação e diversificar os instrumentos de divulgação dos resultados das ações de controle externo, considerando os diferentes públicos de interesse.
- ✓ Intensificar a atuação do controle na avaliação do desempenho e do impacto dos programas e políticas públicas, com foco na melhoria da governança pública.
- ✓ Desenvolver e implantar uma estratégia de transformação digital, repensando as ações de controle no contexto digital.
- ✓ Implantar sistemática de seleção de temas e de planejamento das ações de controle alinhadas às diretrizes estratégicas, às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASPs e aos pronunciamentos da *Intosai*.
- ✓ Promover aderência aos padrões nacionais e internacionais de qualidade nas ações de controle externo.
- ✓ Aprimorar a gestão de processos finalísticos, com foco em resultados tempestivos e relevantes, que agreguem valor à sociedade.
- ✓ Aprimorar e intensificar as ações de cooperação, coordenação e colaboração com outros órgãos de controle, bem como as ações em parceria com a academia, a administração pública e a sociedade.
- ✓ Intensificar a atuação preventiva, concomitante e dialógica, baseada em análise de risco e na visão sistêmica do objeto fiscalizado, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão pública.

OBJETIVOS DE SUSTENTAÇÃO

- ✓ Otimizar o planejamento e a gestão dos recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais, assegurando o alinhamento com a estratégia por meio de critérios institucionais de priorização e com o desenvolvimento sustentável.
- ✓ Aprimorar a governança de pessoas, considerando os diversos vínculos de trabalho, e fortalecer a gestão por competências alinhando todos os subsistemas de gestão de pessoas.
- ✓ Estabelecer e implementar estratégia institucional para gestão da terceirização e a sua integração na força de trabalho do Tribunal.
- ✓ Criar e implementar modelo institucional estruturado de governança, integridade e gestão de riscos.
- ✓ Implantar a gestão do conhecimento, com a definição de política, processos e práticas.
- ✓ Promover integração e sinergia institucional, aprimorando os instrumentos de comunicação interna.
- ✓ Desenvolver e mapear competências gerenciais, considerando o perfil profissional necessário e a criação de um programa permanente de formação e seleção de líderes.
- ✓ Aprimorar a estratégia de dimensionamento e gestão da força de trabalho e do desempenho, vinculando a movimentação e a alocação de pessoas a critérios técnicos.
- ✓ Desenvolver competências digitais, disseminar a cultura de dados e implantar a governança de dados e de tecnologia da informação alinhada à estratégia.
- ✓ Implantar política e programa de educação corporativa, estabelecendo princípios e diretrizes de aprendizagem organizacional, alinhados às melhores práticas educacionais.



EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DOS EXERCÍCIOS DE 2019 E 2020 DO TCEMG E DO FUNCONTAS – TCEMG

Exercício de 2019				
Unidade Orçamentária: Tribunal de Contas				
DESCRIÇÃO	Crédito Autorizado (Lei nº 23.290/2019 e Lei nº 23.452/2019)	Despesa Empenhada	% de Despesa Empenhada em relação ao Crédito Autorizado	Saldo Orçamentário
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 725.147.752,00	R\$ 691.359.141,85	95,34%	R\$ 33.788.610,15
Outras Despesas Correntes	R\$ 84.704.855,00	R\$ 75.255.375,28	88,84%	R\$ 9.449.479,72
Investimentos	R\$ 12.396.770,00	R\$ 4.561.067,61	36,79%	R\$ 7.835.702,39
TOTAL	R\$ 822.249.377,00	R\$ 771.175.584,74	93,79%	R\$ 51.073.792,26

Exercício de 2019				
Unidade Orçamentária: FUNCONTAS – TCEMG				
DESCRIÇÃO	Crédito Autorizado (Lei nº 23.290/2019 e Lei nº 23.452/2019)	Despesa Empenhada	% de Despesa Empenhada em relação ao Crédito Autorizado	Saldo Orçamentário
Outras Despesas Correntes	R\$ 304.081,65	R\$ 52.000,00	17,1%	R\$ 252.081,65
Investimentos	R\$ 1.143.604,70	----	0%	R\$ 1.143.604,70
TOTAL	R\$ 1.447.686,35	R\$ 52.000,00	3,59%	R\$ 1.395.686,35

Exercício de 2020				
Unidade Orçamentária: Tribunal de Contas				
DESCRIÇÃO	Crédito Autorizado (Lei nº 23.579/2020 e Decreto nº 505/2020)	Despesa Empenhada	% de Despesa Empenhada em relação ao Crédito Autorizado	Saldo Orçamentário
Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 747.631.736,00	R\$ 730.374.233,66	97,69%	R\$ 17.257.502,34
Outras Despesas Correntes	R\$ 97.306.342,00	R\$ 76.194.521,41	78,30%	R\$ 21.111.820,5
Investimentos	R\$ 9.677.650,00	R\$ 4.489.842,18	46,39%	R\$ 5.187.807,82
TOTAL	R\$ 854.615.728,00	R\$ 811.058.597,25	94,90%	R\$ 43.557.130,75

Exercício de 2020				
Unidade Orçamentária: FUNCONTAS – TCEMG				
DESCRIÇÃO	Crédito Autorizado (Lei nº 23.579/2020)	Despesa Empenhada (projeção)	% de Despesa Empenhada em relação ao Crédito Autorizado	Saldo Orçamentário
Outras Despesas Correntes	R\$ 1.289.559,00	R\$ 127.000,19	9,85%	R\$ 1.162.558,81
Investimentos	R\$ 1.039.559,00	----	0%	R\$ 1.039.559,00
TOTAL	R\$ 2.329.118,00	R\$ 127.000,19	5,45%	R\$ 2.202.117,81

No exercício de 2019, houve economia de recursos orçamentários no valor de R\$ 52.469.478,61, equivalente a 6,37% do crédito orçamentário autorizado.

AÇÕES ADMINISTRATIVAS RELACIONADAS À COVID-19

Em virtude da pandemia causada pelo COVID-19, o Tribunal, ao longo do ano de 2020, editou uma série de normativos nos quais estabeleceu medidas preventivas ao contágio da doença no âmbito do Tribunal. Por conseguinte, processos de trabalho e a infraestrutura da Casa tiveram de ser adaptados à realidade trazida pelo novo coronavírus e medidas se impuseram para garantir cuidados com a saúde, distanciamento social, higiene pessoal, monitoramento das condições de saúde, limpeza e higienização de ambientes, ambientes de refeições, transporte e gestão de pessoas. Dessa forma, o Tribunal adotou todas as medidas sanitárias sugeridas para combater o coronavírus. Dentre essas providências, adaptações e medidas destacam-se:

- O procedimento uniformizado para **conversão de documentos físicos em eletrônicos**, por meio da Portaria n. 39/PRES./2020, devido às incertezas quanto ao prazo de

duração das providências adotadas. Esse procedimento se justificou também pela necessidade de manter a prestação de serviços públicos, no caso, as atividades de controle e de fiscalização, garantindo, ao mesmo tempo, as medidas de prevenção ao contágio no âmbito do Tribunal. Entre as providências adotadas, o Tribunal definiu que os novos processos autuados e distribuídos deverão ser eletrônicos. Isso permitiu celeridade e economicidade na tramitação processual, bem como está em consonância com as medidas de prevenção estabelecidas pelas autoridades estaduais, nacionais e internacionais de saúde.

Além disso, para melhor enfrentamento à situação de emergência em saúde e adequação a esse momento, o **desenvolvimento de ferramentas inovadoras e tecnológicas**, uma das prioridades do Tribunal para evoluir cada vez mais na prestação de serviço de qualidade, ganhou grande impulso. Um exemplo disso é a **reformulação do e-TCE**, principal ferramenta eletrônica de relacionamento com o público, de modo a permitir o recebimento também de petições, defesas e diligências em processos físicos. Esse aprimoramento garante o direito de defesa sem que sejam necessários deslocamentos ao Tribunal, bem como evita o manuseio de papéis externos e permite, ainda, uma redução de custos para todos. Buscou-se, com essa ação, a continuidade das atividades de tramitação processual e controle externo e, ao mesmo tempo, a se-

- gurança dos servidores, das partes processuais e do público em geral. Dessa forma, o e-TCE tornou-se uma solução completa, permitindo que o cidadão tenha acesso aos processos eletrônicos.
- Criação do Comitê Gestor das Medidas Relativas à Prevenção e ao Contingenciamento, a quem compete acompanhar a evolução do quadro epidemiológico do coronavírus, bem como adotar e fixar as medidas de saúde pública e de segurança necessárias à prevenção e ao controle do contágio no âmbito do Tribunal.
 - **80% da força de trabalho do Tribunal em regime de trabalho remoto, aproximadamente;**
 - Redesenho da Central de Cópias do Tribunal, que, além do serviço de reprodução de documentos, passou a digitalizar os processos físicos, em local único, para apoio e maior agilidade do processo de digitalização do acervo processual do Tribunal;
 - Ações de melhorias nos acessos remoto à rede do Tribunal;
 - Disponibilização de toda a infraestrutura necessária para trabalho remoto (preparação de notebooks, desktops e kits de trabalho);
 - Execução de plano de ação para suporte remoto e presencial, com time reduzido, visando atender as demandas oriundas do trabalho remoto (criação de e-mail exclusivo, utilização massiva do CRS e CRJ, atendimento interno e ao público externo);
 - Elaboração do Questionário COVID-19, sistema que recebe diariamente informações sobre as condições de saúde dos agentes e colaboradores terceirizados que trabalham presencialmente no Tribunal;
 - Suspensão do agendamento de consultas médicas e da exigência de comparecimento físico para perícia médica;
 - Identificação dos espaços internos das unidades para observância do distanciamento mínimo necessário de 1,5 m entre os colegas de trabalho lotados na mesma unidade.
 - Sinalização do piso em locais de maior circulação para manter o distanciamento;
 - Identificação de espaços internos sem nenhuma ou com baixa ventilação natural, e espaços que possuem maior risco de permanência de pessoas por tempo prolongado para eventual indicação de fechamento temporário;
 - Aquisição e instalação de placas de acrílico protetoras nas unidades responsáveis pelo atendimento presencial de público interno ou externo e aquisição de “face shield” para a utilização pela equipe dessas unidades, como complemento à máscara de tecido;
 - Revisão da lotação de elevadores para garantir o distanciamento e afixação de sinalização da lotação máxima de cada elevador em sua entrada e em seu ambiente interno;
 - Instalação e zelo pela reposição de álcool em gel 70% nos elevadores, nas principais recepções e em pontos estratégicos;
 - Identificação de servidores, prestadores de serviço terceirizado e estagiários portadores de doenças crônicas (diabetes, pneumopatias, coronariopatias, doentes renais crônicos, portadores de câncer, pessoas em uso de imunossupressores e hipertensos);
 - Identificação, dentre servidores, prestadores de serviço terceirizado e estagiários, de grávidas e lactantes;
 - Orientação para o isolamento domiciliar por quatorze dias de servidores, prestadores de serviço terceirizado, estagiários, Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas que apresentarem sintomas relacionados à COVID-19;
 - Recomendação de isolamento domiciliar por sete dias para servidores, prestadores de serviço terceirizado, estagiários, Conselheiros, Conselheiros Substitutos e Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, em casos suspeitos de contaminação pelo coronavírus, mesmo que não tenham sintomas relacionados à COVID-19, mas que tiveram contato direto ou que residam com pessoas que tenham sido diagnosticadas com COVID-19;
 - Treinamento de equipe responsável pela medição de temperatura corporal obrigatória para acesso às dependências do Tribunal;

- Medição de temperatura corporal de todos que acessarem as dependências do Tribunal;
- Monitoramento dos dados obtidos por meio do questionário eletrônico para acompanhamento das condições de saúde de todos aqueles que ingressarem no Tribunal;
- Orientação às equipes quanto à necessidade e à importância de preencher o questionário eletrônico para acompanhamento das condições de saúde de todos aqueles que ingressarem no Tribunal;
- Orientação e fiscalização do uso obrigatório de máscara facial nas dependências do Tribunal;
- Ampliação da frequência da limpeza dos banheiros com produtos para desinfecção de superfícies e manutenção dos lavatórios em condições adequadas de higiene, dotados de sabonete líquido e toalhas de papel;
- Higienização de equipamentos de uso coletivo, como mesas, braços de cadeiras, teclados, mouses e superfícies de alto contato, como maçanetas, puxadores, telefones e estações de trabalho, com o uso de produtos de higienização adequados ao tipo, ao uso, à frequência de uso e à rotatividade de usuários dos equipamentos;
- Criação de zona de desinfecção, contendo álcool 70%, para o recebimento de encomendas;
- Disponibilização de meios de higienização das mãos (lavatórios com água, sabonete líquido, papel toalha e/ou dispensers, mantendo abastecidos com álcool gel 70%) nas entradas e saídas dos edifícios, áreas comuns, corredores e outros locais que dão acesso aos ambientes de trabalho;
- Elaboração de procedimento operacional padrão de limpeza das áreas, com a especificação, em função do contexto da edificação e de cada ambiente, da frequência de limpeza por tipo de local, e medidas de controle do cumprimento das limpezas.
- Garantia de meios que propiciem a ventilação abundante de todos os espaços, para assegurar a renovação e a circulação ade-

quadas do ar interno e, em não sendo possível, higienização frequente do espaço e indicação de espaços mais adequados para eventual utilização;

- Eliminação do autosserviço do restaurante localizado na sede do Tribunal;
- Disponibilização de meios de higienização das mãos (lavatórios com água, sabonete líquido, papel toalha e/ou dispensers) abastecidos com álcool 70% nas entradas e saídas dos ambientes de refeições.
- Orientação aos usuários das copas e cantinas a não compartilhar pratos, copos, talheres e outros utensílios de alimentação, mesmo que limpos;
- Aumento do espaçamento entre mesas e cadeiras, bem como o quantitativo de cadeiras por mesa, de acordo com as normas municipais;
- Reforço da higiene e da desinfecção do ambiente e superfícies, principalmente de mesas, cadeiras e balcões do restaurante;
- Manutenção das janelas dos veículos em aberto para promover ventilação natural e evitar a recirculação do ar quando for necessária a utilização do sistema de ar condicionado;
- Higienização regular de assentos e superfícies do veículo que são mais frequentemente tocadas pelos usuários;
- Identificação das atividades do Tribunal que estão suspensas ou limitadas em razão do regime de trabalho remoto ou da suspensão da entrada de público externo, por meio de questionário virtual.
- Identificação de servidores, prestadores de serviço terceirizado e estagiários que possuem menor ou maior incapaz sob sua guarda ou tutela que necessitam exclusivamente de sua assistência até o retorno das atividades escolares, por meio de questionário virtual.
- Promoção de atividades remotas de confraternização das equipes;
- Promoção de ações com o objetivo de homenagear os profissionais de saúde e da

limpeza do Tribunal e do Estado de Minas Gerais;

- Monitoramento do desempenho do trabalho remoto;
- Mapeamento do interesse dos servidores que se adaptaram ao trabalho remoto, ouvidos os respectivos gestores e o Comitê Gestor do Teletrabalho;
- Proposição de atividades a serem desenvolvidas pelos servidores incluídos no banco de horas negativo durante a suspensão dos trabalhos presenciais e até que seja possível o retorno desses servidores às atividades presenciais.
- Mapeamento das atividades que gradativamente não terão mais necessidade de serem realizadas em razão da transformação digital do Tribunal, para que os gestores e equipe possam se planejar para a retomada gradual do trabalho presencial, considerando que determinadas atividades não serão mais realizadas por meio da revisão do Mapas de Atribuição por Produtos – MAPs e descrição de funções;
- Definição de nova sistemática de tramitação eletrônica dos requerimentos apresentados por servidores e autoridades;
- Promoção de atividade de Consultoria Interna em gestão de pessoas;
- Conscientização dos gestores sobre a importância da liderança, com foco na gestão de equipes que desempenharão atividades presenciais e remotas;
- Realização de atividades de acompanhamento individualizado de servidores e gestores durante a pandemia;
- Prestação de apoio psicológico e de assistência social, remotamente, aos servidores;
- Realização virtual do Programa Aprendendo a Recomeçar (PAR), preparatório para a aposentadoria, por meio de trilha de aprendizagem;
- Apresentação de proposta de revisão da Resolução n. 16, de 31 de outubro de 2018, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;

- Promoção de campanhas de conscientização dos riscos e das medidas de higiene necessárias para evitar o contágio pelo coronavírus e solicitação de divulgação das informações via intranet, televisão interna, e-mail institucional e grupos de *WhatsApp*.
- Publicação de notícias sobre as portarias específicas e outras orientações sobre a COVID-19;
- Envio de e-mail marketing sobre as medidas de precaução e contenção do COVID-19;
- Promoção de campanhas de incentivo e valorização dos servidores e prestadores de serviço terceirizado durante a pandemia.
- Envio de e-mails oficiais com orientações para os jurisdicionados
- Promoção de ações de orientação relativas às medidas necessárias para evitar o contágio pelo coronavírus em locais estratégicos de grande movimentação de pessoas.

OUTRAS AÇÕES RELEVANTES

ESCOLA DA CONTAS

No biênio, **cinco** edições da Revista do TCEMG foram lançadas.

- Edição n.1, ano 2019, volume 37
- Edição n.2, ano 2019, volume 37
- Edição n.1, ano 2020, volume 38
- Edição Especial 2020 – Controle Interno e Receitas Públicas
- Revista n. 2, ano 2020, volume 38

A Revista do TCEMG é uma publicação que objetiva divulgar atos, pareceres e decisões do Tribunal, orientando os jurisdicionados quanto à correta aplicação dos recursos públicos, divulgando doutrinas e jurisprudência e fomentando o debate acadêmico-científico. O periódico é de circulação semestral com publicação impressa e *online*.

Ressaltando o compromisso firmado pela gestão, foram realizadas Novas Pesquisas Temá-

ticas sobre as temáticas do Controle Interno e da Receitas Públicas, ou seja, uma seleção de publicações legislativas, doutrinárias, jurisprudenciais, orientações técnicas, manuais, cartilhas e pareceres jurídicos referentes aos temas, sem a intenção de esgotá-los. Essas pesquisas temáticas têm como objetivo primordial divulgar a informação, não possuindo caráter oficial, tampouco vinculativo a qualquer entendimento oficial do TCEMG. As pesquisas também podem ser acessadas pelas páginas da CBGI na intranet (<https://intranet.tce.mg.gov.br/?p=147687>) ou portal (<http://www.tce.mg.gov.br/noticia/Detalhe/1111623153>).



Além disso, alguns dados e ações realizadas pela Coordenadoria de Biblioteca e Gestão da Informação estão descritas abaixo:

Atividade	Números
Atendimentos ao público interno e externo	11.727
Empréstimos, renovações e devoluções de publicações	6.918
Indexação de publicações, vídeos, normas e decisões	6.406
Disponibilização e atualização de arquivos na intranet e portal	48.100
Acessos <i>online</i> à CBGI	143.239
Acessos <i>online</i> às Plataformas disponibilizadas pela CBGI	45.415
Acessos à base de legislação <i>TCLegis</i>	91.378
Revisão de Indexação em horas gastas	430h45min
Atualização do Vocabulário Controlado por horas gastas	293h55min

Acessos <i>online</i> aos arquivos da Biblioteca Digital do TCEMG (iniciado em 2020)	4.429
Avaliação de atos normativos	5.103

- Reestruturação do *layout* da Biblioteca
- Tesouro de Contas de Minas Gerais: Estudos de vinculação do Tesouro de Contas de Minas Gerais aos sistemas institucionais FOCUS, SGAP, TCJuris, TCLegis, Map Juris e SophiA (Projeto Estratégico Gestão do Conhecimento)



- Implantação da Biblioteca Digital do TCEMG no *software* SophiA (Projeto Estratégico Gestão do Conhecimento);
- Inclusão e disponibilização de 593 livros digitais, 3.836 analíticas de periódicos, 206 vídeos, 23 boletins, 11 analíticas de livros, 2 teses, 1 pesquisa temática, 612 atos normativos, 30 relatórios da Corregedoria e 3 tabelas da Corregedoria;
- Implantação da política de desenvolvimento e descarte do acervo;
- Manutenção e atualização do acervo de livros e periódicos;
- Implementação de novo *layout* de página para a CBGI na intranet e no portal do TCEMG: alteração dos menus da página da CBGI, na intranet e no portal; autorização para implementação de um portal da CBGI com disponibilização de mais conteúdo aos usuários.

GESTÃO DE PESSOAS

- 05 (cinco) unidades do Tribunal participantes da experiência piloto de um novo modelo de avaliação de desempenho, com foco em competências, cuja avaliação redundará na apresentação de um Projeto de Resolução pelo Grupo de Estudos criado por meio da Portaria n. 80/PRES./2019.

- 01 (um) Encontro de Integração de Alinhamento dos Gestores para o biênio 2019/2020, objetivando apoiar os gestores nas atividades relativas à gestão de pessoas, mediante conversas estruturadas, para identificar as principais dificuldades enfrentadas na gestão das pessoas e orientar as ações a serem desenvolvidas pela DGP, em parceria com a Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo;
- Projeto Servidor Aposentado Voluntário, iniciativa experimental instituída por meio das Portarias n. 63/PRES./2020 e n. 72/PRES./2020, que tem por objetivo a valorização do servidor aposentado, especialmente quanto à experiência profissional e à capacidade técnica;
- 02 (duas) edições do Programa Aprendendo a Recomeçar (PAR), voltado aos servidores que adquiriram o direito de se aposentar e pretendem se desligar do quadro do Tribunal, com a participação de 53 servidores;
- Realização do evento comemorativo do Dia do Servidor. O evento teve ampla participação dos servidores e em especial ressaltamos as boas-vindas aos novos servidores, nomeados em virtude do concurso de 2018, que tiveram sua primeira experiência nesta comemoração, em 2019, tendo sido, essa edição, marcada pela confraternização entre diferentes gerações e cultura de servidores (2019). Já a edição de 2020 foi uma série de eventos virtuais realizados em torno do tema “Reconectando o coração do Tribunal”.
- 05 (cinco) ações sociais realizadas no bojo do Programa TCEndo Ações Solidárias, que tem como diretriz o estímulo, o reconhecimento e a divulgação de práticas de cidadania e iniciativas de ação social dos servidores e o apoio às iniciativas vinculadas à responsabilidade social, bem como de difusão da responsabilidade social entre os servidores, nomeadamente: Creche Santa Sofia, Projeto Casas de Esperança, Papai Noel dos Correios em 2019, Sementes do Moura e Adote uma cartinha *online* e seja Você Noel! em 2020;
- 04 (quatro) Campanhas “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”, de conscientização sobre a importância do autoexame e a prevenção contra o câncer de mama e a respeito de doenças masculinas, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata, veiculadas pela Intranet;
- 01 (uma) proposta de alteração da Resolução n. 16/2018, que regulamenta o Teletrabalho no Tribunal, com base nas experiências vividas pelos servidores que passaram a trabalhar em regime remoto em virtude da pandemia do COVID-19, além da experiência de outros Tribunais de Contas do Brasil e demais instituições públicas;
- 12 (doze) atividades de Consultoria Interna, via reuniões pela plataforma Teams, com atendimento individualizado ou em grupo de gestores, com suporte nas ações de treinamento, desenvolvimento e gerenciamento do desempenho das equipes;
- 01 (uma) minuta de Projeto de Lei que trata das atribuições dos cargos em comissão, funções gratificadas e das atribuições dos cargos efetivos, incluindo propostas para ajustes na sistemática das funções gratificadas com atribuição definida (FG), objetivando aprimorar a sistemática de distribuição e definição de valores, ajustando à realidade da atual estrutura organizacional, extinção e transformação de cargos, com base no mapeamento de competências realizado neste Tribunal;
- 01 (uma) pesquisa de clima organizacional, cujo resultado possibilitou foco em ações prioritárias visando a melhoria de processos e do ambiente de trabalho, tais como revisão da sistemática da avaliação de desempenho e capacitação de liderança;
- 01 (uma) servidora participante do grupo de trabalho de Trajetórias Profissionais, junto com a equipe do Tribunal de Contas da União (TCU), sob a coordenação do Instituto Rui Barbosa (IRB), como representante da região Sudeste.
- 01 (uma) proposta de conteúdo para composição das Trilhas de Aprendizagem por Competências, para implantação do Programa Permanente de Capacitação Gerencial e de Liderança.
- 02 (duas) participações de servidores, como

palestrantes, em eventos na área de gestão de pessoas, a saber, IX Encontro Técnico de Gestão de Pessoas, em 2019, e X Encontro Técnico de Gestão de Pessoal e I Encontro Técnico Virtual de Gestão de Pessoas, em outubro de 2020;

- Aprimoramento do Sistema de tramitação de documentos, com a unificação do sistema “Balcão” ao SGAP, conferindo maior transparência à tramitação desses documentos.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

- Realização de cursos, com destaque para: “Gestão e Fiscalização de Contratos”, com carga de 20 horas/aula, com a participação de 39 servidores que exercem as funções de gestores e fiscais de contratos e de apoio administrativo na formalização e execução de contratos; e “Formação de Pregoeiros”, com ampliação do rol de profissionais, de 2 (dois) para 4 (quatro) Pregoeiros;
- Revitalização do espaço físico e da infraestrutura de toda a Coordenadoria de Transportes (sala dos motoristas e do controlador de tráfego, instalações sanitárias, lava jato, refeitório, instalação de aparelhos de ar condicionado, insulfilme, troca de armários, reforma de estofados, mobiliário, pintura de paredes, aquisição de ferramentas e peças para pequenos reparos);
- Apoio na concepção de projeto e acompanhamento da execução da reforma da Escola de Contas, especialmente das salas de aula, Laboratório de Informática e criação do estúdio EAD;
- Execução de Projeto de Proteção de Segurança Contra Incêndio e Pânico (PSCIP) aprovado pelo Corpo de Bombeiros visando a obtenção do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB).

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

- Migração de sistema de controle de acesso, de “ForAcesso” para “ForAcesso Dot”, plataforma mais moderna e totalmente compatível com os equipamentos de segurança instalados no Tribunal. A versão atualizada

do novo sistema favorece o fortalecimento da segurança, pois é dotado de ferramentas que facilitam o seu uso e possui a possibilidade de integração com o sistema CFTV-IP, ampliando consideravelmente os mecanismos de controle de entrada, permanência e a saída de pessoas e bens integrantes do acervo patrimonial do Tribunal.

- Realização de manutenção e de testes de funcionamento dos sistemas de alarme e de todos os equipamentos que integram o sistema de segurança instalado nas edificações do Tribunal, visando a identificação de eventuais anomalias que possam comprometer o adequado funcionamento desses sistemas.
- Manutenção e troca das lâmpadas convencionais por lâmpadas de Led no nível de estacionamento G8, proporcionando iluminação mais eficiente, econômica e sustentável.
- Treinamento, capacitação e medição, pelos vigilantes e atendentes de portaria, da temperatura corporal do público interno e externo que acorrem ao Tribunal.
- Concepção de projeto e deflagração de licitação visando à instalação de pódios de detectores de metal e scanners de raio X visando ao fortalecimento das medidas de segurança para acesso às dependências do Tribunal.

Características do sistema de combate a incêndio e pânico do Tribunal:

- Extintores de incêndio portáteis: 230 unidades;
- Sistema de hidrantes: 75 unidades;
- Reservatório de água para Combate a Incêndio: Edifício Sede: 61 mil litros; Edifício Anexo I: 75 mil litros; Prédio Suricato: 50 mil litros; Total: 186 mil litros;
- Alarme de incêndio com sensores de fumaça/calor distribuídos em vários pontos da edificação: Edifício Suricato: 51 unidades;
- Acionadores manuais de alarme: Edifício Anexo I: 27 unidades; Edifício Suricato: 26 unidades;
- Iluminação de emergência: Edifício Sede: 27 unidades; Edifício Anexo I: 106 unidades;

des; Edifício Suricato: 49 unidades;

- Desfibrilador Externo Automático (DEA): 01 Unidade.

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Tribunal de Contas mantém um canal direto com a sociedade e, em 2020, ampliou consideravelmente essa comunicação por meio da TV TCE, principalmente devido ao isolamento social ocasionado pela pandemia do Coronavírus, que obrigou a todos a adaptar-se a comunicação *online*. O canal do órgão no *YouTube* finalizou o ano com mais 4.000 (quatro mil) inscritos, um número três vezes maior quando comparado com 2019, que era de 1.340 (um mil trezentos e quarenta) inscritos. Além disso, disponibilizou diversas notícias e reportagens sobre as ações e decisões do TCEMG, além da transmissão das 83 (oitenta e três) sessões realizadas no ano.

O TCE realizou uma série de eventos *online* e, por meio do TCE Notícias divulgou os eventos promovidos pelo Tribunal ao longo do ano, como o Prefeito Ciente, Município Eficiente, além de importantes ações de controle externo, como monitoramento de auditoria operacional na educação.

Em prol do direito de acesso à informação e alinhado com o objetivo estratégico de “fomentar o controle social e a participação da sociedade nas ações de controle externo”, foram disponibilizados dados e informações atualizados periodicamente no Portal da Transparência - <https://transparencia.tce.mg.gov.br/#/>.

Continuaram disponíveis, ainda, os canais de diálogo com a sociedade listados abaixo. Vale ressaltar que, em 2020, foi criado ainda o *Instagram* oficial do TCEMG, por meio do qual foram divulgadas e noticiadas ações relevantes.

Site do TCEMG: www.tce.mg.gov.br

Redes sociais:

Facebook: @TCEMGoficial

Twitter: @tcecmg

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/tcecmg>

Flickr: <https://www.flickr.com/tcecmg>

Instagram: @tcecmgoficial

Telefone: (31) 3348-2111

Presencialmente: no endereço Avenida Raja Gabaglia, 1.315, bairro Luxemburgo, em Belo Horizonte, Minas Gerais, em dias úteis, das 8h às 18h.



Foram 1.465.000 (um milhão quatrocentos e sessenta e cinco mil) acessos ao portal www.tce.mg.gov.br, sendo 350.229 (trezentos e cinquenta mil, duzentos e vinte e nove) de usuários que acessaram o portal com IP único. Além disso, os atendimentos da Central de Relacionamento com o TCEMG – CRTCE - e Fale com TCE totalizaram 3.882 (três mil, oitocentos e oitenta e dois) solicitações em 2020.

Atento à sua participação no mundo digital, o Tribunal incrementou sua influência nas mídias sociais. O recém-criado *Instagram* já conta com 1.679 (um mil seiscentos e setenta e nove) seguidores e o *Twitter* conta com 4.290 (quatro mil duzentos e noventa) seguidores, na sua Fan Page do *Facebook* o número de inscritos chegou a 14.442 (quatorze mil quatrocentos e quarenta e dois).

Intranet de cara nova

A intranet do Tribunal de Contas foi totalmente reformulada. Mais moderna e interativa, a página da rede interna ganhou novo *layout* com mais destaques e funções, com um visual mais limpo e intuitivo para favorecer a dinâmica da navegação. O trabalho agregou esforços da Diretoria de Comunicação Social (DCS) e da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), com o apoio da Diretoria de Gestão, Estratégia e Inovação (DGEI), Diretoria Geral (DF) e da Presidência.

O bloco central continua sendo dedicado às **notícias** das ações, decisões e cobertura de eventos do Tribunal de Contas, porém, a área foi ampliada para receber maior quantidade de matérias. Para aumentar a interatividade, as publicações do noticiário ganharam o recurso para curtir ou não seu conteúdo. O espaço reservado para a **divulgação** de avisos e chamadas para eventos e outras atividades do TCE continua em destaque, na lateral direita da tela.

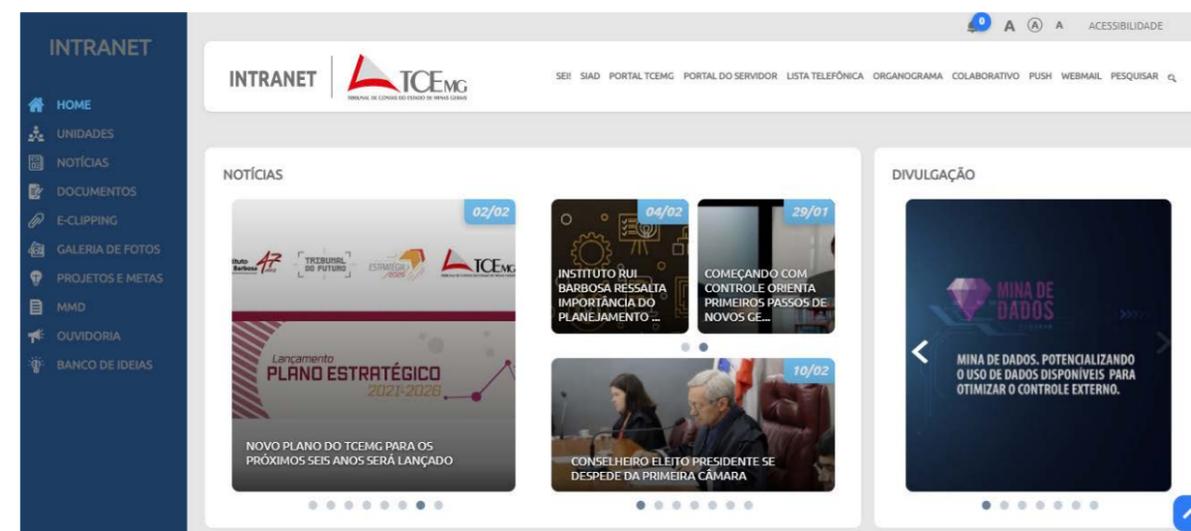
A TV TCE passou a integrar a intranet e os vídeos gravados ou transmitidos pelo canal **TV TCE**, no *YouTube*, podem ser assistidos diretamente pela nova página. As reportagens, as sessões plenárias, os eventos e as apresentações ganharam mais destaque e estão mais acessíveis.

O **Painel de Avisos**, dedicado a recados, ações solidárias - como pedidos de doações de sangue - anúncios de missas e o mensal “Tecendo a palavra de Deus no coração”, cresceu e possibilitou a exibição de mais publicações.

Uma das novidades é a coluna reservada para lembrar os **aniversariantes do dia**. Todos os servidores e funcionários do TCE vão receber essa pequena homenagem na data do nascimento (alertando que não será informado o ano). É uma forma de mostrar gratidão e uma tentativa de tornar um dia importante em ainda mais especial.

As pautas e atas das sessões, a agenda do Tribunal, o Diário Oficial de Contas (DOC), o link para acompanhamento de processos e o caminho para o site da Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo receberam destaque ainda maior na nova intranet.

Os atalhos para **Acesso Rápido** aos sistemas do TCE foram agrupados por assuntos e o usuário pode usar um filtro para buscar o sistema/serviço que deseja acessar. Por exemplo, na aba “Gestão do Conhecimento”, pode-se encontrar as plataformas da Biblioteca, Revista e os Informativos de Jurisprudência. Em “Sistemas Administrativos” estão reunidos os canais de comunicação interna, para solicitar matéria ou algum serviço.



CAPÍTULO III

PROJETOS E AÇÕES ESTRATÉGICOS

RECEITAS

Entre os diversos projetos desenvolvidos, enfatiza-se um dos carros-chefes da gestão, o **Projeto Receitas**, que visa qualificar gestores e servidores municipais, fomentar o aprimoramento de procedimentos, a atualização tecnológica e de legislação para tornar a arrecadação dos municípios mais eficiente, induzindo melhores práticas de gestão e, assim, incrementar as receitas tributárias próprias dos municípios mineiros, diminuir a dependência dos repasses estaduais e federais. Otimizar a receita foi a alternativa apresentada pelo Tribunal para que os municípios possam efetivar suas políticas públicas e enfrentar a atual crise financeira e orçamentária. Com o desenvolvimento desse Projeto, o Tribunal analisa não apenas os indicadores percentuais, numéricos, mas também os indicadores de qualidade, trabalhando junto com os municípios pela efetividade na gestão pública.

Em 2019, foi lançado o Portal Receitas, por meio do qual os municípios que aderiram ao Projeto e responderam o questionário elaborado pelo Tribunal estão recebendo um diagnóstico personalizado sobre suas fragilidades e sendo orientados sobre quais providências podem adotar para melhorar a arrecadação municipal. É por meio do próprio Portal Receitas que os municípios podem informar ao Tribunal quais medidas estão tomando para melhorar a sua gestão tributária. A equipe do Centro de Fiscalização Integrada e Inteligência (SURICATO) acompanha quais ações já foram adotadas por cada município e a Superintendência conta com um grupo dedicado para realizar estudo mais aprofundado sobre o impacto do projeto na arrecadação dos municípios mineiros.



Em 2019, foi lançado o Portal Receitas, por meio do qual os municípios que aderiram ao Projeto e responderam o questionário elaborado pelo Tribunal estão recebendo um diagnóstico personalizado sobre suas fragilidades e sendo orientados sobre quais providências podem adotar para melhorar a arrecadação municipal. É por meio do próprio Portal Receitas que os municípios podem informar ao Tribunal quais medidas estão tomando para melhorar a sua gestão tributária. A equipe do Centro de Fiscalização Integrada e Inteligência (SURICATO) acompanha quais ações já foram adotadas por cada município e a Superintendência conta com um grupo dedicado para realizar estudo mais aprofundado sobre o impacto do projeto na arrecadação dos municípios mineiros.

Esse acompanhamento é reforçado por ações de capacitação dos servidores municipais que atuam na área tributária, tendo em vista que é um tema complexo e desafiador, entre as quais o curso “Arrecadação Municipal: Educar para Arrecadar”, estruturado pela Escola de Contas, que teve por objetivo apresentar aos servidores públicos dos municípios mineiros conhecimentos específicos sobre as ações a serem desenvolvidas na Administração Tributária local, a fim de lhes capacitar a agir pautados nas melhores práticas de fiscalização. No total **182 pessoas** participaram do curso. A Escola de Contas buscou assim, por meio de ações de capacitação, auxiliar na consolidação do projeto, oferecendo atividades voltadas para jurisdicionados e sociedade civil.



Além desse enfoque no gestor e no servidor municipais, faz parte do Projeto Receitas o “Jogo do Tributo”, desenvolvido em 2019 em conjunto com a Escola de Contas, que consiste em uma iniciativa para promover a educação fiscal a partir de apresentações voltadas para alunos do ensino médio das escolas públicas de cidades mineiras. A atividade pedagógica objetiva estimular os alunos a refletirem e aprenderem algumas noções sobre o funcionamento do município e a forma como a sociedade financia as atividades estatais e as políticas públicas

mediante o pagamento de tributos. O jogo foi aplicado em **18 escolas mineiras**, alcançando um total de **680 alunos**. E pelo link <https://www.youtube.com/watch?v=BIKhAQAh-2A> é possível acessar o vídeo sobre o Jogo do Tributo que ilustra o potencial que a iniciativa tem.



SOB CONTROLE: CONTROLE INTERNO PARA AMPLIAR RESULTADOS

O **Projeto Sob Controle**, por sua vez, teve como objetivos fomentar ações que promovam maior interação entre o controle externo e o controle interno; e colaborar para o aprimoramento das atividades realizadas pelas controladorias internas, para a melhoria da qualidade da gestão pública e para o atendimento aos anseios da sociedade por uma gestão eficiente e eficaz dos recursos públicos.

Foi totalmente revitalizado o Espaço do Controle Interno, ambiente *online* dentro do portal do Tribunal em que há um canal de comunicação direto dos controladores internos com o TCEMG, além de um repositório de normas e informações e notícias sobre o tema, e de acesso a ações de capacitação. No ano de 2019, o espaço do controle interno (<https://www.tce.mg.gov.br/espacodocontroleinterno/>) alcançou 1.109 novos usuários e 6.989 visualizações de páginas, já no ano de 2020 foram alcançados 3.198 novos usuários e 17.277 visualizações de página.

Foram ministradas palestras em 5 regiões do Estado de Minas Gerais (Paracatu, Alfenas, Ipatinga, Patrocínio e Juiz de Fora) alcançando 220 municípios e 1.203 participantes. Assim, foi levado conhecimento aos jurisdicionados, juntamente com a aproximação do controle externo de forma presencial, propiciando um importante momento de interação.

Com o objetivo de contribuir para o fortalecimento das ações desenvolvidas pelas controladorias dos municípios de Minas Gerais, em parceria com a Escola de Contas, foram disponibilizados cursos à distância destinados aos controladores internos, conforme cronograma prévio e ofertados por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle, no formato autoinstrucional. Assim dois temas importantes foram escolhidos para a realização de duas atividades integradas de controle (AIC), a 1ª chamada de “Controle Interno - de olho na

transparência do município” com 181 participantes e a 2ª chamada de “Elaboração do Plano Anual de Auditoria”, com 172 participantes, auxiliando-os na compreensão da importância de tal documento e de como torná-lo compatível com as estratégias e as diretrizes da gestão. No total **189 municípios foram alcançados**.

Ademais, no 36º Congresso Mineiro de Municípios, foi montado estande do Tribunal com a participação de 296 municípios nas 4 ações do projeto sob controle, com atividades interativas: 1- De onde você é: Foi disponibilizado

um mapa no qual os participantes marcavam as cidades que estavam representando; 2- Você sabia?: Foram sintetizados diversos normativos em pequenas frases para que os participantes pudessem ler e aprender; 3- Caça-Palavras: Foi disponibilizado um Caça-Palavras de um texto do Conselheiro Mauri Torres relacionado ao Controle Interno; 4- Frase sobre controle interno: Foi disponibilizada a oportunidade de os jurisdicionados escreverem frases relacionadas ao Controle Interno, as quais foram selecionadas para o Espaço do Controle Interno.



Foi realizado um amplo diagnóstico do sistema de controle interno dos municípios do Estado. Após diversos estudos, foi adotada uma metodologia aderente à Decisão Normativa n. 02/2016 deste Tribunal de Contas, que aprova as “Orientações sobre Controle Interno”, alinhada à metodologia do COSO 2013 (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*)^{8 9}.

⁸ Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway (tradução nossa).

⁹ SILVA, José William Gomes da. Avaliação dos sistemas de controle interno dos municípios do Estado de

O diagnóstico utilizou o processo de autoavaliação, considerando as respostas enviadas ao Questionário de Avaliação de Controles Internos (QACI), respondido prioritariamente pelo(a) Prefeito(a); e ao Questionário de Diagnóstico da Unidade de Controle Interno (QDUCI), respondido pelo(a) responsável pela unidade central de controle interno.

Alagoas: Aplicação da metodologia do COSO 2013. 2017. 229 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

Apesar de tal iniciativa não ser impositiva, através de várias ações de comunicação, obtivemos a resposta de 779 Prefeitos e 794 Controlado-

res Internos, gerando, por exemplo, o painel abaixo do grau de maturidade, conforme escala de pontuação:



Em parceria com o Suricato, utilizando o banco de dados do projeto e o método de simulação de Monte Carlo, foi criado o ICI (Indicador de Controle Interno), o qual futuramente, entre outras ações, pode ser usado para calcular o risco de controle dos jurisdicionados.

Para consultar maiores detalhes, consultar o material disponível em <https://escoladecontas.tce.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/RESULTADOS-DO-PROJETO-SOB-CONTROLE-THIAGO-HENRIQUE.pdf>.

Já a Escola de Contas buscou apoiar e contribuir para as atividades educativas desenvolvidas para o projeto Sob Controle. A seguir listamos ações e eventos alinhados ao projeto.

O II Seminário de Controle Interno aconteceu nos dias 12 a 14 de agosto de 2019 e abordou o tema “A atuação do Controle Interno contribuindo para uma gestão pública eficiente”, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dos municípios, como forma de sensibilizar os gestores políticos acerca da importância do tema. **334 pessoas de 151 municípios** mineiros participaram do evento, que buscou reforçar a função pedagógica do Tribunal de Contas com os órgãos de controle interno.

O TCEMG e o Conselho Regional de Contabilidade realizaram em 2019 a sexta edição da Jornada de Contabilidade, que promoveu importantes debates para aqueles que atuam ou pretendem atuar na esfera pública. O evento reuniu **320 participantes de 127 cidades mineiras**. E, reconhecendo a importância dos contadores, o Tribunal inaugurou a “Sala do Contador”, espaço reservado aos profissionais de Contabilidade.

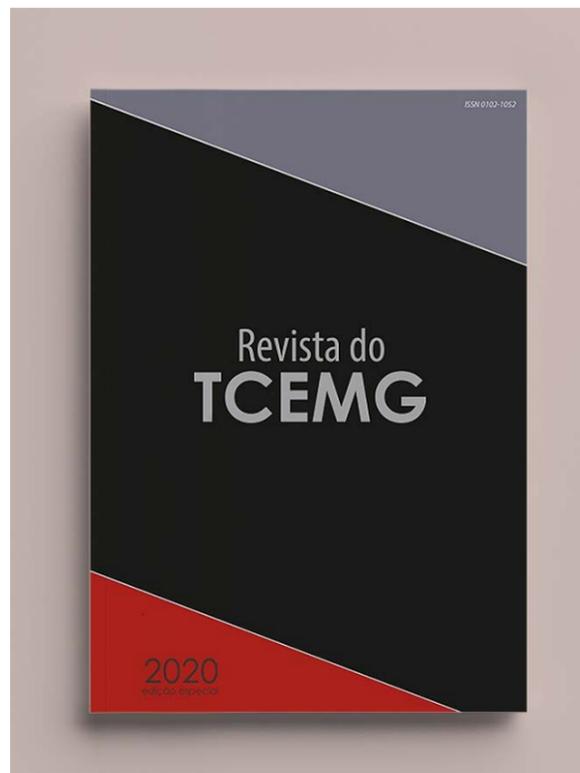
Os Treinamentos de Controle Interno visam ao fortalecimento do Controle Interno nos municípios como instrumento de combate à corrupção e de eficácia e eficiência da gestão pública, por meio de ações de capacitação, atuando, preferencialmente, na formação técnica dos controladores internos dos municípios de pequeno e médio porte. O primeiro encontro ocorreu na cidade de Curvelo, nos dias 13 e 14 de fevereiro, e contou com a participação de 51 municípios, certificando 190 pessoas.



Além disso, buscando o desenvolvimento contínuo dos servidores do TCEMG, a Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo lançou a trilha de aprendizagem Controle Interno e Governança para Municípios. Esse curso foi criado com o objetivo de auxiliar os municípios na construção de diretrizes eficazes para implantação de um Sistema de Controle Interno alinhado a um conjunto de práticas em prol da boa governança.



E foram publicados trabalhos doutrinários e técnicos, bem como resultantes de pesquisas de campo quantitativas e qualitativas, e experiências inovadoras sobre investigação científica, versando sobre os temas receita pública e controle interno.



AUTOMATIZAÇÃO DOS ATOS DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO

Tem como objetivo a implantação do processo eletrônico dos atos concessórios de aposentadoria, reforma e pensão, bem como dos atos de complementação e de cancelamento, com o desenvolvimento de ferramenta que permita a tramitação eletrônica dos processos irregulares, considerando que esses processos ainda têm natureza híbrida. O maior ganho foi o desenvolvimento de um módulo para autuação eletrônica dos processos no FISCAP, que antes era feita manualmente pela DTI, obtendo maior celeridade dessa fase. O projeto foi apresentado à Casa em 13/11/2020 no evento “Rumo ao Tribunal Digital” e pode ser acessado por meio do *link* divulgação do evento <https://intranet.tce.mg.gov.br/?p=169103>.

vidade; e 2) o dimensionamento da força de trabalho (DFT) em cada Coordenadoria/Diretoria da Unidade Técnica, o que dá base para o aprimoramento da gestão de pessoas nas unidades.

Perspectivas futuras de melhorias: 1) a mesa de trabalho do SGAP vai passar a contemplar documentos para serem distribuídos aos servidores; 2) a mesa de trabalho vai agregar critérios de priorização (materialidade, relevância, risco e oportunidade) para qualificar a definição das metas e a gestão do estoque das unidades (além de possibilitar identificar quais processos são mais difíceis/complexos, a ferramenta vai permitir identificar quais são prioritários, de acordo com os critérios definidos no PPAG e pelo Presidente para as metas anuais); 3) integração com o Focus para o preenchimento automático de critérios que demandam a análise técnica dos processos e documentos; 4) integração com o TCSIC para que haja a aferição do custo dos processos de trabalho nas diferentes unidades.

MINA DE DADOS



DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO - DFT - MESA DE TRABALHO DO SGAP

O objetivo da ferramenta é permitir a mensuração do grau de complexidade das atividades realizadas pela Unidade Técnica em fiscalizações, documentos e processos de diversas naturezas.

O *status* atual do projeto é: calculadora de complexidade das atividades ligadas a processos finalizada e aguardando o treinamento das equipes da Unidade Técnica para ampla utilização.

Os benefícios para o servidor/gestor são: 1) o planejamento das atividades de controle considerando o impacto de todas as atividades e a força de trabalho disponível; a definição de metas para toda a equipe considerando o prazo médio necessário para a conclusão de cada ati-

A plataforma, atualmente inserida no sistema Focus, tem como objetivo ajudar e subsidiar as análises processuais nas áreas técnicas. A Mina de Dados visa adaptar o Tribunal às novas formas de tecnologia, bem como aprimorar os serviços internos e consolidar o TCEMG no pioneirismo do uso da inteligência artificial na atividade de controle externo.

A analista de controle externo e gerente do projeto Mina de Dados, Ana Elisa de Oliveira, apresentou a Mina de Dados aos servidores, pontuando que “*Entre os objetivos do projeto, estão a facilitação do uso de dados abertos, autonomia para a elaboração de análises, redução de diligências internas e externas e elevação da busca de dados qualificados*”.

SISOP-MG



O novo **Sistema de Informações de Serviços de Engenharia e Obras Públicas de Minas Gerais - Sisop-MG**, regulamentado pela Resolução n. 11/2019, substituiu o antigo Geo-Obras objetivando mais agilidade e menos retrabalho no envio de informações de obras (antes enviadas para dois sistemas diferentes). A falta de integração com o Sistema Informatizado de Contas Municipais (Sicom) e a existência de informação “não estruturada no formato PDF” e em duplicidade foram motivos que levaram à substituição. Sandro Miguez, gerente do projeto do Sisop, identificou que os sistemas atuais do TCE têm uma aparência muito parecida e garantiu que “*Essa padronização sem dúvida nenhuma é um grande facilitador para o usuário dos sistemas*”.

PRESTAÇÕES DE CONTAS ELETRÔNICAS ESTADUAIS

A partir do exercício de 2019, as prestações de contas anuais, no âmbito da Administração Direta e Indireta do Estado, passaram a ser encaminhadas ao Tribunal de Contas exclusivamente por meio eletrônico, por intermédio do e-TCE, disponível para acesso no portal do Tribunal. Esse processo gerou muitos benefícios internos e externos.

Atualmente, não é mais necessária a gestão de documentos físicos, o que torna mais célere a movimentação e a análise das prestações de contas. Documentos que antes precisavam ser transportados fisicamente, tanto para envio ao Tribunal quanto para movimentações internas,

agora tramitam de forma muito mais rápida em sistema informatizado. Além disso, a opção por arquivos eletrônicos também contribui para a qualidade da saúde das pessoas envolvidas com esse trabalho e da sustentabilidade ambiental.

O envio de prestações de contas por meio eletrônico também contribui para a qualidade das análises que são realizadas, uma vez que é muito mais fácil acessar outras prestações de contas do mesmo jurisdicionado de exercícios distintos, ou que tenham assuntos correlatos. Ademais, antes dessa implantação, as contas dos jurisdicionados que não eram atuadas para julgamento ficavam arquivadas “in loco”, ao passo que, atualmente, todas as prestações de contas são enviadas ao Tribunal, o que facilita o monitoramento de determinações e subsidia outras ações de fiscalização.

Em suma, o envio das prestações de contas em meio eletrônico, além de agregar facilidade às análises, contribui muito em termos de efetividade, economicidade, eficácia e eficiência, princípios que devem ser inerentes à atividade da Administração Pública.

BENEFÍCIO DO CONTROLE



O projeto objetiva expandir a metodologia para as demais unidades do Tribunal e ampliar o registro eletrônico no Sistema Focus. Ele é executado desde a publicação da Orientação Normativa n. 01/2017, emitida pela Superintendência de Controle Externo do TCEMG, que propôs uma nova forma de avaliação e registro das atividades que já são executadas pela Corte de Contas mineira, valorizando os bene-

fícios à sociedade trazidos pela atuação do Tribunal. O *status* atual do projeto é: aguardando a consolidação da utilização do FOCUS pelos gabinetes para registro do benefício do controle de forma automatizada.

APP DA TRANSPARÊNCIA



O *App* Lupa de Minas tem o objetivo de facilitar o acesso à informação fiscal dos municípios mineiros a todas as classes sociais, como determina a Lei de Acesso a Informação – LAI, por meio de um linguajar simples, de fácil entendimento e de forma lúdica. A ferramenta permite ao cidadão exercer o controle social da aplicação dos recursos públicos. Por meio do aplicativo, todos podem ter acesso aos principais dados sobre saúde, educação, obras públicas e convênios de seu município. Também, o Lupa de Minas permite ao Tribunal identificar os eventuais desvios e a má aplicação do dinheiro público por irregularidade ou ineficiência. Isso representa meios de modernização do controle em prol da transparência e do aprimoramento da gestão pública e, em consequência, da adoção de boas políticas públicas.

Para o desenvolvimento do projeto o Tribunal empenhou recursos para a aquisição de equipamentos de segurança da informação, aumento

da velocidade dos links de internet e da prestação de serviços de divulgação do aplicativo.

A Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal – DTI foi a responsável pelo desenvolvimento do aplicativo. Os acessos ao aplicativo, com buscas constantes ao sistema, decodificando as informações solicitadas, trabalhariam com dados que devem ser resguardados do ataque de *rackers*.

O projeto também necessitava de uma internet rápida para fazer a interface com os usuários, além de ser divulgado amplamente nas mídias, especialmente as sociais e de radiodifusão que atinge os locais mais recônditos do Estado de Minas Gerais. O sucesso de um aplicativo depende essencialmente da sua divulgação, até que ele se solidifique como uma ferramenta social, como é o caso do *WhatsApp*.

O aplicativo foi lançado em 16/12/2019, na sede do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, com a presença de órgãos de controle do âmbito estadual e já estava disponível nas lojas virtuais, *google store* e *apple store*, desde 1/12/2019.

O lançamento teve a cobertura das mídias televisiva, jornalística e de radiodifusão nas rádios Inconfidência, Itatiaia, Record e CBN, de vídeo, no Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro - TERGIP, de Belo Horizonte, no portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e nos portais de instituições parceiras, além das mídias do Tribunal no Youtube e no *Twitter*. Dando prosseguimento à sua divulgação ocorreram inserções de radiodifusão em todo território mineiro, três vezes ao dia por 22 dias, indispensável à adesão e conhecimento do *App* pela população. Vide notícia no link: <https://intranet.tce.mg.gov.br/?p=163518>

O *App* foi apresentado aos participantes da Décima Conferência Ibero-Americana de Complexidade, Ciência da Computação e Cibernética - CICIC 2020 -, ocorrida no período de 10 a 13/03/20, em Orlando FL, Estados Unidos, onde foi proferida palestra sobre o tema: “O Controle Social e a Experiência do TCEMG - Lupa de Minas”. Vide notícia no link: <https://intranet.tce.mg.gov.br/?p=164711>

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) participou do XXV Congresso Internacional do Centro Latino-Americano

de Administração para o Desenvolvimento (CLAD). O evento foi realizado de forma *on-line* e teve a República Portuguesa como país anfitrião. A notícia sobre o evento pode ser acessada pelo *link*: <https://intranet.tce.mg.gov.br/?p=169668>

O aplicativo é bem interativo. Na sua abertura ele apresenta os significados de seus ícones, facilitando o entendimento do usuário. Essa apresentação só ocorre no primeiro acesso.

Logo após a oportunidade de escolha do município que se quer consultar dentre os oitocentos e cinquenta e três municípios do Estado e o ano. O usuário pode escolher na tela do menu o assunto que quer consultar, que pode ser sobre as informações gerais do município em questão, ou sobre a aplicação de recursos na Educação, Saúde, Obras, Receitas e Despesas, Licitações ou Aquisições, Processos que tramitam dentro do TCE, Convênios firmados e falar com o TCE. A qualquer momento da sua consulta o usuário pode optar por trocar de município.

Na tela das informações dos municípios tem-se o nome do prefeito, a nota da avaliação de sua gestão segundo os critérios estabelecidos pelo Instituto Rui Barbosa – IRB, fato gerador do Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEGM, o número de eleitores, a qualidade de vida (i) que é medida pelo IDH, a população, a extensão territorial, os outros órgãos que compõem a administração pública (+), a riqueza (i) que é representada pelo Produto Interno Bruto – PIB, a riqueza por habitante (i) que é a renda *per capita*. Muitas vezes o munícipe desconhece informações simples, como o nome do seu prefeito, como o Tribunal de Contas avaliou a sua gestão, a qualidade de vida das pessoas que lá vivem, ou mesmo o número de eleitores do seu município.

Se optar pela “educação” estarão disponíveis o índice mínimo de aplicação estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil - CR/88 e o valor aplicado, os gastos com a Administração da Educação, com o Transporte Escolar, com os Ensinos Infantil e Fundamental, com a Educação de Jovens e Adultos, com a Educação Especial, com o Magistério da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com a Frota de Veículos da Educação e outras informações consideradas relevantes à população

local, como o número de alunos matriculados, a relação e localização das escolas.

Ao optar pela “saúde” estarão disponíveis o índice mínimo de aplicação estabelecido pela CR/88 e o valor aplicado, os gastos com a Administração da Saúde, com os Serviços de Saúde (Atenção Básica), com a Assistência Hospitalar e Ambulatorial, com a Alimentação e Nutrição, com a Prevenção e Controle de Doenças (Vigilância Sanitária) e com a Prevenção de Risco à Saúde (Vigilância Epidemiológica). Atente-se que a troca da nomenclatura das ações de saúde, que estão entre parênteses, é proposital tornando-as de mais fácil entendimento ao cidadão comum.

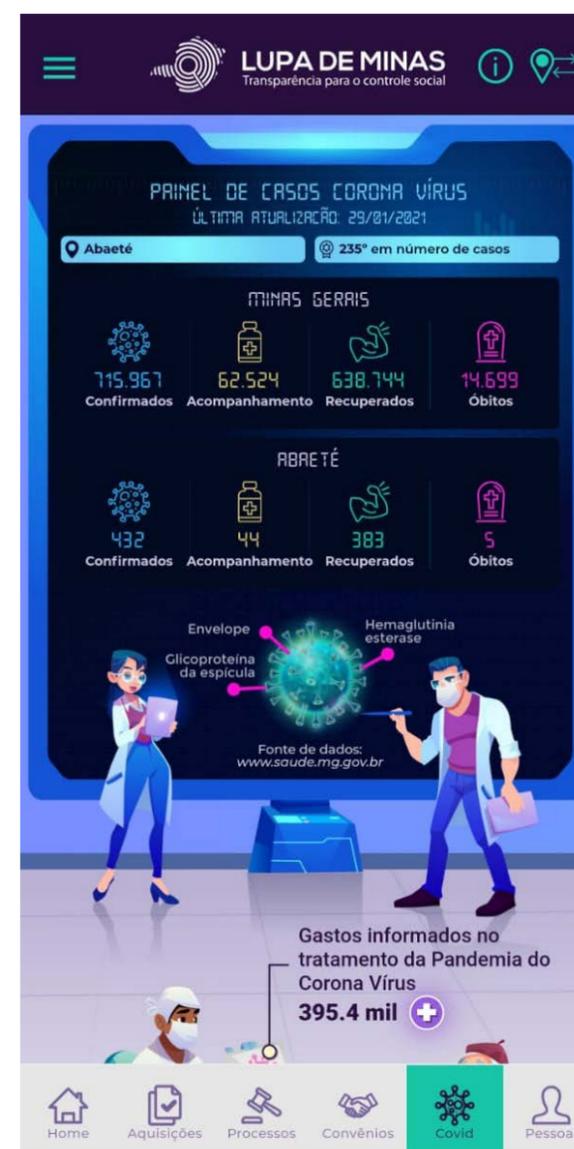
Assim o usuário pode seguir na opção “obras” para tomar conhecimento das obras que foram concluídas, as que estão em andamento e as que estão sem movimentação financeira em período igual ou superior a seis meses, acompanhadas de seu objeto e valor.

A opção Receitas/Despesas apresenta todas as receitas e despesas de forma geral e por órgão da administração pública, com os dados pertinentes aos processos de licitação, de dispensa e de inexigibilidade de licitação, acompanhadas de seu objeto e valor.

Na opção de Processos em Tramitação no Tribunal, são apresentados os processos em tramitação, bem como os conclusos, informando a sua natureza. Em Processos, o usuário também terá acesso ao relatório do controle interno municipal sobre a prestação de contas anual.

Na opção Convênios o usuário tomará ciência dos convênios que estão em execução, seu objeto e valores vinculados, bem como os já conclusos.

No decorrer do ano de 2020 foi desenvolvida mais uma funcionalidade. O *App* passou a apresentar informações atualizadas sobre os gastos realizados pelos municípios no enfrentamento da pandemia do COVID-19 e diariamente sobre a condição sanitária relativa à contaminação, tratamento, recuperados e óbitos no seu município, que podem ser comparados com os dados da situação no Estado.



Para estruturar a aba Covid, do *App*, o Tribunal solicitou aos municípios que lhe informassem sobre as aquisições por eles realizadas para o enfrentamento da pandemia e buscou junto à Sala de Situação da Secretaria de Estado de Saúde os dados relativos à contaminação, tratamento e óbitos no âmbito geral do Estado e individualmente por município.

O aplicativo não é estático ou acabado, ele trará novas versões onde serão inseridas outras informações, já disponíveis no portal do Tribunal e consideradas relevantes à população.

Além das informações sobre os gastos realizados para o enfrentamento da pandemia e o ranking do município no Estado relativo aos números de casos confirmados, em tratamen-

to, recuperados e óbitos no âmbito do Estado e do município escolhido, o Tribunal apresentou informações sobre a área de pessoal, tais como últimos concursos, se concluídos ou em vigência; dos servidores, destacando o seu vínculo, se contratado ou concursado; reformados/pensionistas e outros e ampliou as informações sobre a saúde e a educação.

Pode-se trocar de município a qualquer momento fazendo comparações entre eles ou mesmo verificando a performance em outro ano.

Caso o usuário deseje falar com o TCE clica no “Fale Conosco”, que lhe dará acesso a duas opções: solicitar esclarecimentos ou fazer críticas ao aplicativo, bem como fazer denúncias sobre quaisquer fatos que não correspondam às informações declaradas pelos municípios, caindo direto na página da Ouvidoria do Tribunal.

Os munícipes podem exercer a cidadania participativa na gestão dos recursos e políticas públicas influenciando diretamente nos seus resultados. A interlocução do cidadão com o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais otimiza as ações contra fraudes e crimes na administração pública, uma vez que se multiplicaram os olhos sobre a coisa pública, criando uma sensação de pertencimento ao processo de entrega das políticas públicas.

Reforça no munícipe a responsabilidade sobre a execução do orçamento público, a participação nas audiências públicas que definem as ações que correspondem à suas necessidades. Cria o espírito político, onde ele pode debater com os agentes políticos, municiado das informações mais relevantes do seu município, propondo alterações ou requisitando respostas a má utilização dos recursos públicos.

Se todo poder emana do povo, que é representado, em tese, pelo corpo legislativo e executivo, quando esses se afastam do outorgante do poder, para valer-se do interesse próprio, se faz necessário criar mecanismos de transparência da atuação de seus representantes para que ele exerça a função de conduzir as políticas públicas na solução dos problemas sociais e incrementar o crescimento econômico.

Verificou-se uma boa resposta dos cidadãos e das associações comunitárias, indagando sobre preços e necessidade de gastos públicos, corroborada pelo ano de eleições para prefeitos mu-

nicipais, gerando uma preocupação dos agentes políticos nesse sentido.

Além disso, a manifestação dos controladores internos municipais, buscando o Isso para correções de dados na plataforma do Sicom ou mesmo questionando dados disponibilizados pelo *App*, para verificação dos desenvolvedores. Estamos em franco processo de melhoramento e solidificação da ferramenta na sociedade.

O aplicativo está disponível para quaisquer entes públicos de controle que queiram adaptá-lo à sua realidade, em todo Isso brasileiro.

Principalmente com o povo, exercendo seus direitos e consciente de suas responsabilidades, com os dados fiscais de seu município na palma de suas mãos, pode alterar os caminhos da corrupção e da fraude, pois o controle abrange o seu alcance e se desmistifica perante o olhar daquele que exerce a cidadania.

A ESCOLA NA FORMAÇÃO PARA EXCELÊNCIA NA GESTÃO



A gestão 2019/2020 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais teve como um de seus pilares o fortalecimento de seu papel educacional. Como parte desse esforço, a Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo foi totalmente reestruturada para apoiar a concretização desse compromisso do Tribunal com a capacitação dos servidores e jurisdicionados. Uma nova logomarca foi criada para anunciar essa nova fase, inspirada nos conceitos da seriedade, comprometimento, segurança, confiança, entusiasmo e ética.

A gestão do biênio marcou de forma significativa a história da Escola de Contas, pois executou uma grande obra de modernização de suas instalações. Essas obras seguramente irão acar-

retar um salto na qualidade dos serviços prestados pela Escola e pelo Tribunal como um todo. Destacam-se as seguintes melhorias:

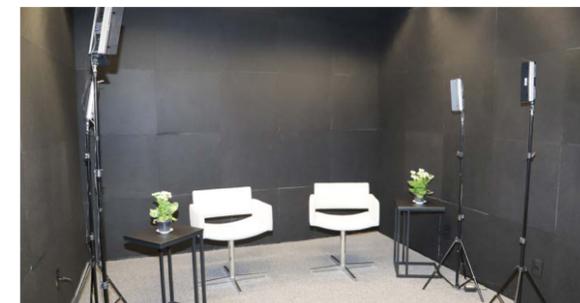
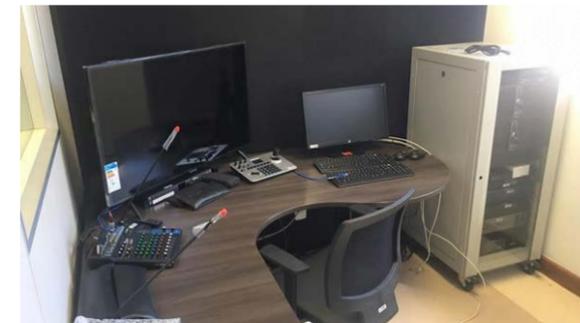
- Troca de mobiliário e equipamentos multimídia nas salas de aula, além da instalação de um sistema de automação e sonorização;
- Troca de mobiliário e equipamentos multimídia do auditório Simão Pedro para atender às demandas de eventos diversos do Tribunal, além da adaptação do auditório para contemplar sala de aula conjugada;
- Isolamento acústico das dependências da Escola de Contas;
- Redistribuição de ilhas de trabalho para os servidores e colaboradores, garantindo maior conforto para a execução das tarefas;
- Melhor aproveitamento do espaço físico da Escola de Contas, que passou a contar com ambiente específico para instalação do Núcleo de EAD;
- Modernização do laboratório de Informática.



Além disso, sabe-se que a excelência na prestação do serviço público está diretamente relacionada à qualificação, treinamento e preparo

dos servidores. Nesse sentido uma capacitação que encurte distâncias entre o saber e a necessidade de formação, que permita explorar novas formas de atuar na administração pública traz resultados mais céleres e eficientes ao cidadão e facilita a comunicação entre o Tribunal e os seus jurisdicionados.

Haja vista essa necessidade apresentada pelo serviço público mineiro, o Tribunal de Contas, que já ofertava cursos no formato de ensino a distância, reconheceu a necessidade de melhorias da infraestrutura técnico-operacional da Escola de Contas e implantou um Núcleo de Educação a Distância (NEaD). Cuidadosamente pensado, o Núcleo foi equipado com recursos modernos de iluminação, gravação, sonorização, produção e montagem para o desenvolvimento de atividades pedagógicas em ambiente virtual e a gravação de vídeoaulas com qualidade. Para compor a equipe do NEaD foram contratados profissionais qualificados nas áreas de design educacional, designer multimídia, *web designer* e especialista em audiovisual.



E o Laboratório de Informática da Escola de Contas recebeu uma repaginação completa. Além do novo espaço, o laboratório foi reequipado com computadores de última geração e mobiliário adequado às demandas atuais.

PREFEITO CIENTE: MUNICÍPIO EFICIENTE



O projeto visou a capacitação dos candidatos a prefeito do pleito eleitoral do quadriênio 2021/2024, ministrando treinamento básico sobre a administração e gestão pública e prestação de contas eleitorais.

Os treinamentos aconteceram no mês de outubro de 2020 em dois formatos de capacitação, sendo ministrados quatro *webnários*, de duas horas cada, às sextas-feiras, e um evento presencial, de oito horas, para 150 participantes, no dia 27, respeitando todas as regras sanitárias. Atingindo assim o objetivo pretendido, abrindo, ainda, a possibilidade de visualização de candidatos a prefeito de todo o território nacional, uma vez que as capacitações permanecerão no canal do Tribunal no *Youtube*.

ATUALIZAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS

O programa integra o Plano de Gestão do biênio e visa centralizar as ações destinadas à revisão, atualização e consolidação dos atos normativos do Tribunal, conferindo maior segurança jurídica ao jurisdicionado e à própria instituição. Os principais avanços alcançados nesse período foram:

- **4.508** - Avaliação dos atos normativos do TCEMG;
- **595** - Reavaliação de atos normativos para mudança no padrão de exibição;
- Estudo e definição de novo padrão de exibição dos textos normativos;

- Atualização e inclusão, no sistema TCEgis, de 1.207 normas;
- Levantamento de requisitos de reestruturação do Sistema TCEgis;
- Elaboração e envio de Relatório de análise de 14 Instruções Normativas e 16 Resoluções conflitantes;
- Migração do Tesouro de Contas de Minas Gerais para o projeto de Atualização de atos Normativos.

SIGESP



Esse Programa objetiva, por meio da execução de uma série de projetos, automatizar, integrar e dar mais agilidade aos procedimentos da Diretoria de Gestão de Pessoas, com o intuito de assim consolidar a governança de pessoas no âmbito do TCEMG.

Durante o biênio 2019/2020 foram desenvolvidas novas funcionalidades no SIGESP, dentre as quais se destacam:

Projetos SIGESP	Conclusão	Funcionalidade
Simulação de Impacto Financeiro	Abr./2019	Módulo criado para simular cenários de evolução da despesa de pessoal
RAIS	Abr./2019	Módulo criado para possibilitar o envio da Relação Anual das Informações Sociais ao Governo Federal
BI/SIGESP	Set./2019	Disponibilização de estrutura que permite a extração de relatórios operacionais, gerenciais e estratégicos

DIRF – Estagiários	Fev./2020	Módulo criado para inclusão de estagiários para envio da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte
Contagem de Tempo	Fev./2020	Módulo que permite obter de forma automática a contagem do tempo de contribuição de agentes públicos
Automatização das rubricas de despesas anteriores (DEA x DIF)	Jul./2020	Módulo criado para proporcionar maior precisão na apuração do índice de gastos com pessoal e maior confiabilidade da classificação da competência das despesas, mediante a automatização da rotina referente às Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) e diferenças de valores (DIF)
Reforma da Previdência dos servidores do Estado de Minas Gerais	Out./2020	Adequação do sistema à Emenda Constitucional n. 104/2020
Projeto BI da Contagem de Tempo	Nov./2020	Disponibilização de estrutura para extração de relatórios gerenciais relacionados a Contagem de Tempo de Contribuição.

Encontra-se **em curso**, ainda, o desenvolvimento das seguintes funcionalidades no SIGESP:

Projetos	Status	Observação
Reestruturação do Módulo da Comunicação Administrativa	90,00%	Previsão de conclusão para homologação em janeiro de 2021.

E-Social	92,50%	O Governo Federal instituiu o e-social simplificado, com bastante alterações, que estão sendo analisadas pela DTI para avaliação do impacto dessas alterações, considerando o prazo para entrada em vigor, previsto para julho de 2021.
Integração com o Sistema Integrado de Gestão Governamental (GRP)	99,00%	Já foram feitos os ajustes conforme último <i>layout</i> encaminhado pela equipe do Governo Estadual, cujos testes e ajustes estão sendo realizados pela DTI.
Serviços Integrados de Saúde: Alerta de Licenças	10,00%	Concluída a fase de levantamento de requisitos; encontra-se na fase de construção dos casos de uso pela DTI.
Automatização dos Procedimentos da folha de Pagamento	10,00%	Etapas iniciais do levantamento dos requisitos finalizada e entregue a DTI.

TCSIC – SISTEMA DE CUSTOS



Trata-se de um projeto estratégico que tem por objetivo dotar o Tribunal de um sistema de gestão de custos visando subsidiar a tomada de decisão, além de atender às exigências legais.

Com o sistema, espera-se que os gestores do TCEMG sejam munidos de ferramenta gerencial que seja capaz de gerar informações mais elaboradas para o processo de tomada de decisão, assim como possibilitar a análise de custo

x benefício das ações de controle.

A importância da apuração de custos deve estar associada ao uso que os gestores do Tribunal irão fazer dessa informação, que pode abarcar o gerenciamento de atividades ou programas, a mensuração do desempenho de um programa, a formulação e a execução do orçamento, dentre outras utilidades.

Durante o biênio 2019-2020, ocorreram os seguintes avanços no desenvolvimento do projeto TCSIC:

- Criação, por meio da Resolução n. 04/2020, de uma unidade de custos na estrutura organizacional do Tribunal intitulada Coordenadoria de Custos;
- Apuração do custeio direto de 2017-2018, por Unidade Administrativa;
- Consolidação da criação dos Centros de Custos;
- Apuração dos custos por elo da Cadeia de Valor;
- Apuração do custeio direto de 2017-2018, por Unidade Administrativa, por Centros de Custos e por elo da Cadeia de Valor;
- Apuração do custeio direto de 2019, por Unidade Administrativa, por Centros de Custos e por elo da Cadeia de Valor.

SIAD



A gestão do biênio 2019/2020 priorizou a consolidação dos avanços tecnológicos verificados nas gestões anteriores.

Nesse contexto, situa-se o Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços (SIAD), cuja implantação foi concluída em 2020.

O SIAD é um sistema corporativo desenvolvido pelo Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, integrado aos demais sistemas corporativos do Estado, a exemplo do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que tem como finalidade controlar o ciclo dos materiais, serviços e obras, desde a sua solicitação até a distribuição dos materiais, a baixa dos bens permanentes do patrimônio e a realização dos serviços e obras.

Durante a implantação do SIAD, verificou-se que o sistema não possuía funcionalidade para depreciação de bens móveis. A funcionalidade foi desenvolvida no sistema e, após testes e ajustes aos parâmetros junto ao órgão gestor do SIAD, a depreciação passou a ser operacionalizada em consonância com os critérios técnicos e normativos aplicáveis ao caso.

Por fim, cabe registrar, com base nos dados disponíveis no SIAD, que no biênio o Tribunal obteve economia de R\$ 5.253.397,57 em seus processos de aquisição de bens e serviços, considerando os preços de referência fixados na fase interna das licitações e os preços homologados. Com efeito, os preços totais de referência em 2019 e 2020 foram de R\$ 27.238.189,61 e R\$ 30.665.490,31 e os preços homologados equivaleram a R\$ 24.754.166,55 e R\$ 27.896.115,80, respectivamente, conforme informação disponível no link <http://www.transparencia.mg.gov.br/compras-e-patrimonio/compras-e-contratos>.

GOVERNANÇA DE PRIVACIDADE E GESTÃO DE INFORMAÇÕES PESSOAIS - LGPD

Para garantir a adequação do Tribunal às determinações da Lei n. 13.708 /2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), foi concebido o projeto intitulado **Governança da Privacidade e Gestão das Informações Pessoais**.

No bojo desse Projeto, o Tribunal regulamentou e implantou um conjunto de medidas que garantam a correta gestão de dados pessoais.

Em 2020, foram realizadas as seguintes entregas do Projeto:

- Criação de Grupo de Estudos da LGPD para mapeamento de ajustes necessários em sistemas informatizados, normas e processos de trabalho do Tribunal;
- Estudo e nivelamento da LGPD e demais normas que regulamentam a matéria;
- Avaliação do impacto e dos desdobramentos da LGPD nas atividades relacionadas à gestão de informações pessoais e à segurança de dados pessoais do Tribunal;
- Criação do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Tribunal;
- Criação do Grupo de Trabalho para prestar apoio técnico às decisões do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais;
- Ações Prioritárias de Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Tribunal;
- Ações de Comunicação (veiculação, nos canais de comunicação do Tribunal, de informativos e notícias sobre a LGPD, bem como campanhas de conscientização sobre dados pessoais)

A execução do Projeto avançará pela gestão 2021/2022.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

Objetivo: Definir política de Gestão do Conhecimento e implantar práticas prioritizadas.

Benefícios esperados:

- transferência e compartilhamento estruturado do conhecimento dos servidores;
- facilidade de acesso a procedimentos e informações;
- melhoria dos processos de trabalho;
- retenção do conhecimento;
- inovação; e
- compartilhamento do conhecimento da Instituição com a sociedade.

Síntese das entregas realizadas:

- portfólio de práticas de Gestão do Conhecimento elaborado;
- referencial para o projeto (Glossário) elaborado;
- priorização das práticas realizada;
- planejamento da Biblioteca Digital realizado; e
- comunidade de prática virtual em auditoria especificada.

DASHBOARD SGAP



Objetivo: Disponibilizar ambiente inovador que centralize os dados e possibilite a geração de relatórios gerenciais, com acesso às informações de forma universal, rápida, clara e independente, conforme estrutura de perfis a ser proposta no escopo do projeto.

Benefícios esperados:

- maior agilidade e confiabilidade nas informações e análises de dados do sistema SGAP;
- centralização e padronização dos relatórios e análises;
- maior independência dos usuários quanto a suporte e desenvolvimento; e
- fim do retrabalho para obtenção de informações gerenciais.

Síntese das entregas realizadas:

- regras de negócio dos relatórios analisadas e especificadas;

- banco de dados modelado;
- rotinas de carga desenvolvidas;
- protótipo do Portal SGAP BI elaborado;
- relatórios gerenciais – Fase I especificados;
- relatórios Gerenciais Desenvolvidos; e
- relatórios do Portal Antigo migrados para o *dashboard*.

FASES RECURSAIS E INCIDENTAIS

Objetivos: Redesenhar e automatizar os recursos não relacionados à “Prestação de Contas Anual PCA”, “Pedido de Rescisão”, “Recurso Ordinário”, “Incidente de Uniformização de Jurisprudência” e “Incidente de Impedimento e Suspeição”.

Benefícios esperados:

- agilidade na tramitação dos documentos e processos eletrônicos da área fim;
- facilidade de acesso às informações dos documentos e processos em tramitação eletrônica;
- redução de papel e custos de impressão;
- aprimoramento do controle das deliberações de processos de forma eletrônica; e
- redução do tempo de análise e deliberação.

Síntese das entregas realizadas:

- Especificações de Requisitos elaboradas: Exibição de Vínculo de Processos; Recurso Ordinário; Pedido de Rescisão; Incidente de Impedimento e Suspeição; Incidente de Uniformização de Jurisprudência;
- proposição de Alteração Regimental elaborada; e
- regras do Recurso Ordinário automatizadas.

PLENÁRIO VIRTUAL



Objetivo: Reduzir em 80% a quantidade de processos deliberados em sessões presenciais em, no máximo, 1 (um) ano após a conclusão do projeto.

Benefícios esperados:

- informatização das sessões;
- redução de custos com a diminuição drástica do número de impressões e otimização de pessoal;
- maior qualificação das sessões plenárias;
- redução dos pedidos de vista;
- agilidade nos procedimentos de julgamento, propiciando a deliberação de um número maior de processos;
- maior celeridade na publicação das deliberações;

- decisões mais bem fundamentadas e documentadas; e
- atendimento completo ao artigo n. 489 do Código de Processo Civil.

Síntese das entregas realizadas:

- ato normativo validado;
- SGAP validado;
- desenho da interface desenvolvido;
- especificação de Requisitos elaborada;
- marcação e parametrização de sessões virtuais na pauta eletrônica do SGAP realizadas;
- estruturação eletrônica da pauta riscada realizada;
- ambiente gabinete elaborado;
- ambiente Conselheiros elaborado;
- tela de acompanhamento das sessões (status da votação) elaborada; e
- dashboards, mapa da sessão para gerenciamento das sessões, calendário das sessões com legendas elaborados.

O sistema foi apresentado no evento “Rumo ao Tribunal Digital – 2ª edição” – transmitido pela TVTCE, *Youtube*, dia 13/11/2020 às 10:00h, disponível no link: https://www.youtube.com/watch?v=irRZJ_Me5Xo



REGISTRO DAS SESSÕES

Objetivo: Implantar nova sistemática de registro das sessões utilizando ferramentas tecnológicas que atendam aos dispositivos regimentais, dispensando o método taquígráfico.

Benefícios esperados:

- registro das sessões, mesmo com menor número de taquígrafas, independente de acompanhamento presencial.
- atuação de taquígrafas, a partir da sessão em vídeo, em todas as sessões de julgamento;
- redução dos custos com mão de obra;
- celeridade processual;
- integridade das discussões e decisões das sessões; e
- continuidade do serviço e transcrição do registro das sessões.

Síntese das entregas realizadas:

- espaço para armazenamento liberado;
- *benchmarking* com outros Tribunais realizado;
- ato normativo elaborado; e
- *software* adquirido.

- do processo de acompanhamento;
- maior celeridade na emissão de certidões;
- maior efetividade à análise das contas de prefeitos;
- aprimoramento da gestão pública com base em adoção das medidas corretivas recomendadas; e
- possibilidade de uso das informações de gestão fiscal no planejamento das ações fiscalizatórias.

Síntese das entregas realizadas:

- regras de Negócio dos Relatórios analisadas e especificadas;
- regras de Negócio do Relatório de Conclusão especificadas;
- alterações STN especificadas; e
- instrução Normativa e Relatórios Técnicos implantados.

FOCUS



AUTOMATIZAÇÃO DOS RELATÓRIOS DA LRF



Objetivo: Estabelecer nova metodologia de acompanhamento da gestão fiscal, automatizando os procedimentos do processo.

Benefícios esperados:

- aumento da efetividade e tempestividade

O Focus é um sistema que promove uma maior eficiência e qualidade dos procedimentos adotados pelo Tribunal porque possibilita que, em um único ambiente, sejam elaborados relatórios e documentos padronizados usando a Tecnologia da Informação como grande aliada.

Além de promover a padronização dos procedimentos do TCEMG, ainda será possível pelo Focus visualizar todo histórico de um processo, gerar relatórios gerenciais e, dessa maneira, fazer com que ele funcione como uma grande base de dados para que se possa medir os benefícios das ações de controle do Tribunal para a sociedade. O *status* atual do projeto é: aguardando a apresentação para todos os gabinetes dos Conselheiros para ampla utilização.

CONSOLIDAÇÃO DO NA PONTA DO LÁPIS



O aplicativo Na Ponta do Lápis foi desenvolvido pelo TCEMG com o intuito de aproximar a população e os gestores da educação. A seguir apresentamos os números registrados sobre o uso do aplicativo no biênio, salientando que o período da pandemia, no qual houve o fechamento das escolas, impactou profundamente as ações de divulgação do APP, bem como seu uso pela comunidade.

Número de escolas que recebem relatos e respostas no App Na Ponta do Lápis



Número de municípios que receberam relatos no App Na Ponta do Lápis



Número de usuários do App



Número de relatos enviados no App Na Ponta do Lápis



O Projeto Conhecer, que anteriormente apenas recebia grupos de alunos e professores do Ensino Superior no TCEMG, foi ampliado a fim de alcançar os diversos atores das comunidades escolares. Por meio de visitas de equipes do TCEMG a escolas públicas e privadas, é feito

trabalho de conscientização do público sobre a atuação do TCEMG e sobre a utilização do aplicativo Na Ponta do Lápis. Em 2019 e 2020, o Projeto Conhecer na Escola visitou **28 escolas**, sendo duas delas no Estado do Piauí. Ao todo, **2.636 pessoas** foram apresentadas às funcionalidades do aplicativo Na Ponta do Lápis e às atribuições do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Garantir que o Aplicativo Na Ponta do Lápis seja conhecido e utilizado por toda a população é um grande desafio para a gestão do programa, e para alcançar esse objetivo são realizadas, pelos integrantes da Escola de Contas, participações em eventos internos e externos de vários segmentos, estados e municípios. Foram atingidas **5.692 pessoas** nos eventos. Merece destaque:

XXV Congresso Internacional do CLAD, realizado em Portugal, no qual a Escola de Contas apresentou a palestra “Na Ponta do Lápis: tecnologia a serviço da sociedade”



A Escola de Contas promoveu duas edições do Encontro de Conselheiros de Educação, uma presencial e outra virtual, contando com a participação de **1.310 pessoas de 351 municípios**. O objetivo do Encontro foi contribuir para a formação de membros dos Conselhos, fortalecendo-os na perspectiva de consolidar a gestão democrática da educação.



COMPUTAÇÃO EM NUVEM



Na gestão 2019/2020 migrou-se da infraestrutura e sistemas em produção do Tribunal para a Nuvem Pública Oracle mediante subscrição de serviços necessários à virtualização do Data Center do Tribunal. Com a computação em nuvem, advirão benefícios como maior disponibilidade, flexibilidade da oferta do serviço em função de variações na demanda, menor dependência de pessoal, maior capacidade de armazenamento de dados, redução de riscos de segurança da informação e redução de custos.

CONCLUSÃO

Neste relatório, foram apresentadas informações sobre as atividades realizadas no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais durante a gestão 2019-2020 sob a presidência do Conselheiro Mauri Torres, o período. Nesses dois anos foram implementadas ações para tornar a arrecadação municipal mais eficiente e induzir melhores práticas de gestão, o que apresentou resultados bastante positivos.

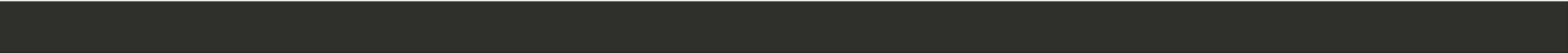
No momento atípico ocasionado pela pandemia de COVID-19, em 2020 e início de 2021, a atuação do controle externo foi fundamental na orientação ao jurisdicionado visando o bom uso dos recursos públicos aplicados em ações e projetos de prevenção e enfrentamento ao novo Coronavírus.

Importante destacar os resultados altamente positivos obtidos com a realização do teletrabalho pela maioria dos servidores, colaboradores e membros do TCEMG, durante a suspensão das atividades presenciais em razão da pandemia.

Os resultados institucionais foram impulsionados pelos avanços tecnológicos nas ferramentas de fiscalização, com o aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos pelo Centro de Fiscalização Integrada e Inteligência – SURICATO, e pela TV TCE, canal do Tribunal no *YouTube*, que potencializou a publicidade e transparência dos projetos e das atividades exercidas pelo Tribunal, dentre outras melhorias. Observamos também vários projetos implementados, além do constante aperfeiçoamento dos processos de trabalho e da atuação das unidades técnicas de controle externo. Além disso, foi dado um importante passo para a continuidade dos avanços e um novo direcionamento para um Tribunal ainda mais atento ao cidadão e ao seu papel como instituição imprescindível na democracia, com a elaboração do Plano Estratégico para o período de 2021 a 2026.

Dessa forma, investimos no aperfeiçoamento de métodos de controle e inovação visando o efetivo cumprimento da nossa missão institucional.





RELATÓRIO DE GESTÃO

2019-2020



